

# Índice

## Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

## DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	6
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	7

### Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2021 à 30/09/2021	8
DMPL - 01/01/2020 à 30/09/2020	9
Demonstração de Valor Adicionado	10

## DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	11
Balanço Patrimonial Passivo	12
Demonstração do Resultado	14
Demonstração do Resultado Abrangente	15
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	16

### Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2021 à 30/09/2021	18
DMPL - 01/01/2020 à 30/09/2020	19
Demonstração de Valor Adicionado	20

Comentário do Desempenho	21
--------------------------	----

Notas Explicativas	45
--------------------	----

## Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	131
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	133
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	134

**Dados da Empresa / Composição do Capital**

<b>Número de Ações (Unidades)</b>	<b>Trimestre Atual 30/09/2021</b>
<b>Do Capital Integralizado</b>	
Ordinárias	55.521.868
Preferenciais	53.958.180
<b>Total</b>	<b>109.480.048</b>
<b>Em Tesouraria</b>	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>0</b>

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/09/2021</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2020</b>
1	Ativo Total	1.583.798	1.487.003
1.01	Ativo Circulante	266.566	262.359
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	15.998	10.070
1.01.03	Contas a Receber	0	150
1.01.03.01	Clientes	0	150
1.01.06	Tributos a Recuperar	392	218
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	392	218
1.01.06.01.01	Ativo Fiscal Corrente	392	218
1.01.07	Despesas Antecipadas	1.773	511
1.01.07.01	Adiantamento a Fornecedores	1.773	511
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	248.403	251.410
1.01.08.03	Outros	248.403	251.410
1.01.08.03.01	Outros Créditos	690	259
1.01.08.03.02	Dividendos a Receber	34.692	42.724
1.01.08.03.04	Partes Relacionadas	10.393	25.879
1.01.08.03.05	Ativos Classificados como Mantidos para Venda	202.253	182.387
1.01.08.03.06	Despesas Antecipadas	375	161
1.02	Ativo Não Circulante	1.317.232	1.224.644
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	32.326	179.400
1.02.01.03	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	251	296
1.02.01.03.01	Titulos Mantidos até o Vencimento	251	296
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	29.309	176.659
1.02.01.09.02	Créditos com Controladas	29.309	176.659
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	2.766	2.445
1.02.01.10.03	Outros créditos	60	60
1.02.01.10.04	Depósitos Judiciais	2.706	2.385
1.02.02	Investimentos	1.280.209	1.038.857
1.02.02.01	Participações Societárias	1.280.209	1.038.857
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	1.280.209	1.038.857
1.02.03	Imobilizado	4.697	6.387
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	2.725	3.318
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	314	662
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	1.658	2.407

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/09/2021</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2020</b>
2	Passivo Total	1.583.798	1.487.003
2.01	Passivo Circulante	500.380	489.278
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	9.951	7.471
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	9.951	7.471
2.01.02	Fornecedores	24.776	9.485
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	24.776	9.485
2.01.03	Obrigações Fiscais	2.865	5.179
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	2.861	5.174
2.01.03.01.02	Obrigações Fiscais Federais	2.861	5.174
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	4	5
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	374.073	380.348
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	374.073	380.348
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	374.073	380.348
2.01.05	Outras Obrigações	73.720	72.849
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	47.839	43.131
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	47.839	43.131
2.01.05.02	Outros	25.881	29.718
2.01.05.02.04	Arrendamentos a pagar	320	613
2.01.05.02.05	Outras Contas a Pagar	25.561	29.105
2.01.07	Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda e Descontinuados	14.995	13.946
2.01.07.02	Passivos sobre Ativos de Operações Descontinuadas	14.995	13.946
2.02	Passivo Não Circulante	1.911.640	2.105.362
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	510.528	51.137
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	2.579	0
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	2.579	0
2.02.01.02	Debêntures	507.949	51.137
2.02.01.02.01	Debêntures privdas	507.949	51.137
2.02.02	Outras Obrigações	1.000.811	1.443.361
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	910.246	1.327.839
2.02.02.01.02	Débitos com Controladas	180.696	1.327.839
2.02.02.01.03	Débitos com Controladores	729.550	0
2.02.02.02	Outros	90.565	115.522
2.02.02.02.03	Tributos a recolher	2.791	3.661
2.02.02.02.04	Arrendamentos a pagar	79	96
2.02.02.02.05	Fornecedores	31.457	44.067
2.02.02.02.06	Outras contas a pagar	56.238	67.698
2.02.04	Provisões	400.301	610.864
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	147.510	132.177
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	93.949	92.291
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	8.173	8.772
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	42.338	28.176
2.02.04.01.05	Provisões Administrativas	550	438
2.02.04.01.06	Provisões Regulatórias	2.500	2.500
2.02.04.02	Outras Provisões	252.791	478.687
2.02.04.02.04	Provisões para perda sobre investimento	252.791	478.687

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/09/2021</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2020</b>
2.03	Patrimônio Líquido	-828.222	-1.107.637
2.03.01	Capital Social Realizado	3.308.179	2.919.019
2.03.01.01	Capital Social	3.349.936	2.960.776
2.03.01.02	Gasto na emissão de ações	-41.757	-41.757
2.03.02	Reservas de Capital	1	1
2.03.02.07	Reserva de Capital	1	1
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-4.123.720	-3.994.187
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-12.682	-32.470

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/07/2021 à 30/09/2021</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/09/2021</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2020 à 30/09/2020</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/09/2020</b>
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-20	-63	-15	-616
3.02.03	Depreciação e Amortização	-20	-63	-15	-616
3.03	Resultado Bruto	-20	-63	-15	-616
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-24.240	-72.527	-86.319	-129.617
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-4.867	-34.424	-21.936	-45.912
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-1.249	-1.894	-1.381	-2.751
3.04.05.02	Outras Despesas Operacionais	-871	-738	4	1.535
3.04.05.03	Depreciações e Amortizações	-378	-1.156	-1.385	-4.286
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-18.124	-36.209	-63.002	-80.954
3.04.06.01	Resultado de equivalência patrimonial	-18.124	-36.209	-63.002	-80.954
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-24.260	-72.590	-86.334	-130.233
3.06	Resultado Financeiro	-20.919	-56.943	-31.980	-92.706
3.06.01	Receitas Financeiras	550	987	95	-751
3.06.02	Despesas Financeiras	-21.469	-57.930	-32.075	-91.955
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-45.179	-129.533	-118.314	-222.939
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-45.179	-129.533	-118.314	-222.939
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-45.179	-129.533	-118.314	-222.939
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	-0,61	-1,74	-2,84	-5,34
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	-0,61	-1,74	-2,84	-5,34

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/07/2021 à 30/09/2021</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/09/2021</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2020 à 30/09/2020</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/09/2020</b>
4.01	Lucro Líquido do Período	-45.179	-129.533	-118.314	-222.939
4.02	Outros Resultados Abrangentes	3.192	19.788	3.174	1.619
4.02.04	Reflexo da perda de valor justo de instrumentos de hedge em controlada em conjunto	3.192	19.788	3.174	1.619
4.03	Resultado Abrangente do Período	-41.987	-109.745	-115.140	-221.320

**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/09/2021</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/09/2020</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-32.868	-28.541
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-25.402	-27.947
6.01.01.01	(Prejuízo) lucro do período	-129.533	-222.939
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	1.219	4.902
6.01.01.03	Juros líquido sobre partes relacionadas	23.959	69.274
6.01.01.04	Juros sobre contas a pagar	1.709	2.229
6.01.01.05	Juros sobre cauções	-751	-33
6.01.01.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	36.209	80.954
6.01.01.08	Baixa de ativo imobilizado	941	0
6.01.01.09	Encargos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	24.224	16.403
6.01.01.13	Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas	15.333	20.114
6.01.01.15	Juros sobre passivo de arrendamento	1.393	0
6.01.01.16	Perdão da dívida	-87	0
6.01.01.20	Atualização depósitos judiciais	-18	1.149
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-3.381	-594
6.01.02.01	(Aumento) em impostos a recuperar	-174	-121
6.01.02.02	(Aumento) em despesas antecipadas	-214	-304
6.01.02.03	(Redução) aumento em fornecedores	-1.894	2.800
6.01.02.04	(Redução) aumento em impostos e contr. sociais a recolher	-3.558	-884
6.01.02.06	(Aumento) redução em adiantamentos	-1.262	-95
6.01.02.07	(Redução) aumento em salários, férias e 13 a pagar	2.022	-1.045
6.01.02.08	(Aumento) redução em outras contas a receber	-431	21
6.01.02.09	(Redução) aumento em outras contas a pagar	2.283	0
6.01.02.11	(Aumento) redução em contas a receber de clientes	150	26
6.01.02.14	(Aumento) redução em Depósitos judiciais	-303	-992
6.01.03	Outros	-4.085	0
6.01.03.01	Pagamento de Juros sobre empréstimos	-4.085	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-392.344	-80.341
6.02.01	Aquisição de ativo imobilizado em serviço	-66	-258
6.02.02	Aquisição de ativo imobilizado em curso	-6.115	-1.471
6.02.04	Recursos para futuro aumento de capital	-14.635	0
6.02.06	Aportes de capital em investidas	-358.842	0
6.02.07	Mútuo com partes relacionadas	-10.632	-84.709
6.02.08	Aplicações financeiras	-2.054	6.097
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	428.290	108.971
6.03.04	Mútuo com partes relacionadas	-1.876	61.225
6.03.05	Integralização de ações	1.604	0
6.03.09	Pagamento de empréstimos e financiamentos	-22.831	0
6.03.11	Pagamento de passivos de arrendamento	-4.415	-3.254
6.03.12	Valores recebidos de empréstimos, financiamentos e debêntures privadas	455.808	51.000
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	3.078	89
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	10.070	81
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	13.148	170



**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 30/09/2021****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	2.919.019	1	0	-3.994.187	-32.470	-1.107.637
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.919.019	1	0	-3.994.187	-32.470	-1.107.637
5.04	Transações de Capital com os Sócios	389.160	0	0	0	0	389.160
5.04.01	Aumentos de Capital	389.160	0	0	0	0	389.160
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-129.533	19.788	-109.745
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-129.533	0	-129.533
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	19.788	19.788
5.05.02.06	Reflexo do valor justo em hedge de fluxo de caixa em controlada em conjunto	0	0	0	0	19.788	19.788
5.07	Saldos Finais	3.308.179	1	0	-4.123.720	-12.682	-828.222

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 30/09/2020****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	2.919.019	1	0	-4.016.621	-32.827	-1.130.428
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.919.019	1	0	-4.016.621	-32.827	-1.130.428
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-222.939	2.279	-220.660
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-222.939	0	-222.939
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	2.279	2.279
5.05.02.06	Reflexo do valor justo em hedge de fluxo de caixa em controlada em conjunto	0	0	0	0	2.279	2.279
5.07	Saldos Finais	2.919.019	1	0	-4.239.560	-30.548	-1.351.088

**DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/09/2021</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/09/2020</b>
7.01	Receitas	461	1.763
7.01.02	Outras Receitas	461	1.763
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-30.921	-35.476
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-30.921	-35.476
7.03	Valor Adicionado Bruto	-30.460	-33.713
7.04	Retenções	-1.219	-4.902
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-1.219	-4.902
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-31.679	-38.615
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	-35.173	-81.643
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-36.209	-80.954
7.06.02	Receitas Financeiras	1.036	-689
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	-66.852	-120.258
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	-66.852	-120.258
7.08.01	Pessoal	4.351	10.464
7.08.01.01	Remuneração Direta	2.045	6.435
7.08.01.02	Benefícios	343	1.364
7.08.01.03	F.G.T.S.	186	621
7.08.01.04	Outros	1.777	2.044
7.08.01.04.01	Honorários da Diretoria	1.777	2.044
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	614	1.863
7.08.02.01	Federais	614	1.863
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	57.716	90.354
7.08.03.01	Juros	50.103	88.222
7.08.03.02	Aluguéis	2	99
7.08.03.03	Outras	7.611	2.033
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-129.533	-222.939
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-129.533	-222.939

**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/09/2021</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2020</b>
1	Ativo Total	2.655.902	2.296.932
1.01	Ativo Circulante	1.177.696	997.577
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	246.930	29.374
1.01.02	Aplicações Financeiras	0	18.777
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	0	18.777
1.01.02.01.03	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	0	18.777
1.01.03	Contas a Receber	5.580	4.220
1.01.03.01	Clientes	5.580	4.220
1.01.06	Tributos a Recuperar	17.475	12.687
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	17.475	12.687
1.01.07	Despesas Antecipadas	2.273	722
1.01.07.01	Adiantamento a Fornecedores	2.273	722
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	905.438	931.797
1.01.08.03	Outros	905.438	931.797
1.01.08.03.01	Outros Créditos	584	595
1.01.08.03.03	Ativos Classificados como Mantidos para Venda	899.041	930.112
1.01.08.03.05	Despesas antecipadas	5.813	1.090
1.02	Ativo Não Circulante	1.478.206	1.299.355
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	3.849	3.554
1.02.01.03	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	251	296
1.02.01.03.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	251	296
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	3.598	3.258
1.02.01.10.04	Outros Créditos	60	60
1.02.01.10.06	Depósitos Judiciais	3.538	3.198
1.02.03	Imobilizado	1.474.357	1.295.801
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	2.725	3.318
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	12.494	12.742
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	1.459.138	1.279.741

**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/09/2021</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2020</b>
2	Passivo Total	2.655.902	2.296.932
2.01	Passivo Circulante	820.946	725.038
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	9.951	7.471
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	9.951	7.471
2.01.02	Fornecedores	90.165	45.492
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	90.165	45.492
2.01.03	Obrigações Fiscais	10.224	11.064
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	9.174	10.570
2.01.03.01.02	Obrigações Fiscais Federais	9.174	10.570
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	22	0
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	1.028	494
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	413.841	380.461
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	413.841	380.461
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	413.841	380.461
2.01.05	Outras Obrigações	177.631	154.726
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	47.839	43.131
2.01.05.01.01	Débitos com Coligadas	47.839	43.131
2.01.05.02	Outros	129.792	111.595
2.01.05.02.04	Outras Contas a Pagar	96.983	93.538
2.01.05.02.06	Contas a pagar - CCEE/ Eletrobrás	32.380	17.373
2.01.05.02.07	Arrendamentos a pagar	429	684
2.01.06	Provisões	7.010	17.854
2.01.06.02	Outras Provisões	7.010	17.854
2.01.06.02.04	Provisão para contrato oneroso	7.010	17.854
2.01.07	Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda e Descontinuados	112.124	107.970
2.01.07.02	Passivos sobre Ativos de Operações Descontinuadas	112.124	107.970
2.02	Passivo Não Circulante	2.663.178	2.679.531
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.418.120	1.082.641
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	1.418.120	1.082.641
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	1.418.120	1.082.641
2.02.02	Outras Obrigações	1.096.823	1.463.583
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	729.550	984.641
2.02.02.01.03	Débitos com Controladores	729.550	984.641
2.02.02.02	Outros	367.273	478.942
2.02.02.02.04	Contas a pagar - CCEE/ Eletrobrás	48.290	40.778
2.02.02.02.05	Fornecedores	198.568	301.826
2.02.02.02.07	Tributos a recolher	15.691	20.275
2.02.02.02.08	Arrendamentos a pagar	13.262	12.840
2.02.02.02.09	Outras contas a pagar	91.462	103.223
2.02.04	Provisões	148.235	133.307
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	148.235	132.826
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	93.949	92.291
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	8.173	8.772
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	43.063	28.825
2.02.04.01.05	Provisões Administrativas	550	438

**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/09/2021</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2020</b>
2.02.04.01.06	Provisões Regulatórias	2.500	2.500
2.02.04.02	Outras Provisões	0	481
2.02.04.02.04	Provisão para Contrato Oneroso	0	481
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	-828.222	-1.107.637
2.03.01	Capital Social Realizado	3.308.179	2.919.019
2.03.01.01	Capital social	3.349.936	2.960.776
2.03.01.02	Gasto na emissão de ações	-41.757	-41.757
2.03.02	Reservas de Capital	1	1
2.03.02.07	Reservas de Capital	1	1
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-4.123.720	-3.994.187
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-12.682	-32.470

**DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/07/2021 à 30/09/2021</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/09/2021</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2020 à 30/09/2020</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/09/2020</b>
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	15.396	63.578	25.080	48.672
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-22.701	-58.091	-15.943	-23.503
3.02.01	Depreciação e amortização	-20	-63	-1.554	-5.221
3.02.02	Custo de operação	-2.589	-6.020	-1.571	-5.061
3.02.03	Encargos de uso do do sistema de distribuição	-174	-637	-233	-636
3.02.04	Custo com compra de energia	-19.918	-51.371	-12.585	-12.585
3.03	Resultado Bruto	-7.305	5.487	9.137	25.169
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	27.000	11.591	-38.736	-5.055
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-15.836	-54.329	-28.380	-64.998
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-11.667	-43.395	-28.369	-20.086
3.04.05.01	Depreciações e Amortizações	-502	-1.535	-1.540	-4.766
3.04.05.02	Outras despesas	-11.165	-41.860	-26.829	-11.674
3.04.05.04	Redução ao Valor Recuperável de Ativo Imobilizado	0	0	0	-3.646
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	54.503	109.315	18.013	80.029
3.04.06.01	Resultado de equivalência patrimonial	45.426	107.888	18.013	80.029
3.04.06.04	Ganho na alienação de ativos	9.077	1.427	0	0
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	19.695	17.078	-29.599	20.114
3.06	Resultado Financeiro	-64.638	-145.395	-88.276	-241.770
3.06.01	Receitas Financeiras	4.194	8.094	286	-274
3.06.02	Despesas Financeiras	-68.832	-153.489	-88.562	-241.496
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-44.943	-128.317	-117.875	-221.656
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-236	-1.216	-439	-1.283
3.08.01	Corrente	-640	-1.509	-373	-1.077
3.08.02	Diferido	404	293	-66	-206
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-45.179	-129.533	-118.314	-222.939
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	-45.179	-129.533	-118.314	-222.939
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-45.179	-129.533	-118.314	-222.939

**DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/07/2021 à 30/09/2021</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/09/2021</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2020 à 30/09/2020</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/09/2020</b>
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	-45.179	-129.533	-118.314	-222.939
4.02	Outros Resultados Abrangentes	3.192	19.788	3.174	2.279
4.02.05	Reflexo da perda de valor justo de instrumentos de hedge em controlada em conjunto	3.192	19.788	3.174	2.279
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	-41.987	-109.745	-115.140	-220.660
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-41.987	-109.745	-115.140	-220.660



**DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)****(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício 01/01/2021 à 30/09/2021	Anterior 01/01/2020 à 30/09/2020
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-19.047	52.345
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-50.269	-46.712
6.01.01.01	(Prejuízo) Lucro no Período	-129.533	-222.939
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	1.579	9.987
6.01.01.03	Juros líquido sobre partes relacionadas	23.959	60.545
6.01.01.04	Juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	106.438	126.976
6.01.01.05	Juros sobre aplicações financeiras e cauções	-7.637	-882
6.01.01.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-107.888	-80.029
6.01.01.07	Multa sobre ressarcimento	29.934	20.303
6.01.01.08	Baixa de ativo imobilizado	0	416
6.01.01.09	Apropriação dos custos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	868	103
6.01.01.10	Ajustes CCEE/ Eletrobrás	14.861	793
6.01.01.11	Impostos Diferidos	-642	450
6.01.01.12	Juros sobre passivo de arrendamento	4.012	0
6.01.01.13	Comissões e outras penalidades	355	941
6.01.01.14	Perdão de dívida	-87	0
6.01.01.15	Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas	15.409	16.935
6.01.01.16	Redução ao valor recuperável de ativo imobilizado	0	3.646
6.01.01.17	Perda na alienação de ativos	-1.427	0
6.01.01.18	Atualização depósitos judiciais	-35	1.138
6.01.01.19	Juros sobre contas a pagar	10.890	38.448
6.01.01.20	Reversão provisão para contrato oneroso	-11.325	-23.543
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-17.158	-1.890
6.01.02.01	(Aumento) em impostos a recuperar	-4.762	-2.040
6.01.02.02	(Aumento) em despesas antecipadas	-4.566	-2.073
6.01.02.03	(Redução) aumento em fornecedores	14.930	13.457
6.01.02.04	(Redução) aumento em impostos e contr. sociais a recolher	-4.555	-1.721
6.01.02.05	(Aumento) redução em depósitos judiciais	-372	416
6.01.02.06	(Aumento) redução em adiantamentos	-1.669	-397
6.01.02.07	Aumento (redução) em salários, férias e 13 a pagar	-8.472	-1.654
6.01.02.08	(Aumento) redução em outras contas a receber	11	3.875
6.01.02.09	Aumento (redução) em outras contas a pagar	8.762	-898
6.01.02.10	(Aumento) em contas a receber de clientes	-3.556	-4.273
6.01.02.14	Aumento (redução) em contas a pagar - Eletrobrás/CCEE	-12.909	-6.582
6.01.03	Outros	48.380	100.947
6.01.03.01	Pagamentos de imposto de renda e contribuição social	-1.474	-1.167
6.01.03.02	Pagamentos de juros sobre empréstimos e financiamentos	-21.509	-1.388
6.01.03.03	Dividendos recebidos	71.363	103.502
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-65.052	-39.506
6.02.01	Aquisição de ativo imobilizado em serviço	-159	-262
6.02.02	Aquisição de ativo imobilizado em curso	-128.789	-3.105
6.02.05	Recebimento na alienação de ativos	59.807	0
6.02.06	Aplicações financeiras	4.089	-36.139
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	290.135	12.737

**DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/09/2021</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/09/2020</b>
6.03.01	Valores recebidos de empréstimos e financiamentos e debêntures privadas	362.465	0
6.03.02	Pagamento de empréstimos, financiamentos e debêntures	-52.753	-7.877
6.03.03	Partes relacionadas	-182	26.345
6.03.04	Pagamento de passivos de arrendamento	-6.607	-5.731
6.03.05	Integralização de ações	1.604	0
6.03.10	Custos na captação de empréstimos e financiamentos	-14.392	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	206.036	25.576
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	29.374	4.782
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	235.410	30.358

**DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 30/09/2021****(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	2.919.019	1	0	-3.994.187	-32.470	-1.107.637	0	-1.107.637
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.919.019	1	0	-3.994.187	-32.470	-1.107.637	0	-1.107.637
5.04	Transações de Capital com os Sócios	389.160	0	0	0	0	389.160	0	389.160
5.04.01	Aumentos de Capital	389.160	0	0	0	0	389.160	0	389.160
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-129.533	19.788	-109.745	0	-109.745
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-129.533	0	-129.533	0	-129.533
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	19.788	19.788	0	19.788
5.05.02.06	Reflexo do valor justo em hedge de fluxo de caixa em controlada em conjunto	0	0	0	0	19.788	19.788	0	19.788
5.07	Saldos Finais	3.308.179	1	0	-4.123.720	-12.682	-828.222	0	-828.222

**DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 30/09/2020****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>Participação dos Não Controladores</b>	<b>Patrimônio Líquido Consolidado</b>
5.01	Saldos Iniciais	2.919.019	1	0	-4.016.621	-32.827	-1.130.428	0	-1.130.428
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.919.019	1	0	-4.016.621	-32.827	-1.130.428	0	-1.130.428
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-222.939	2.279	-220.660	0	-220.660
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-222.939	0	-222.939	0	-222.939
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	2.279	2.279	0	2.279
5.05.02.06	Reflexo do valor justo em hedge de fluxo de caixa em controlada em conjunto	0	0	0	0	2.279	2.279	0	2.279
5.07	Saldos Finais	2.919.019	1	0	-4.239.560	-30.548	-1.351.088	0	-1.351.088

**DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/09/2021</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/09/2020</b>
7.01	Receitas	79.224	53.722
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	68.168	51.343
7.01.02	Outras Receitas	11.056	2.379
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-139.278	-82.118
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-58.114	-18.345
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-81.164	-60.127
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	0	-3.646
7.03	Valor Adicionado Bruto	-60.054	-28.396
7.04	Retenções	-1.598	-9.987
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-1.598	-9.987
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-61.652	-38.383
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	117.803	79.832
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	107.888	80.029
7.06.02	Receitas Financeiras	8.488	-197
7.06.03	Outros	1.427	0
7.06.03.02	Efeito da alienação de ativos disponíveis para venda	1.427	0
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	56.151	41.449
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	56.151	41.449
7.08.01	Pessoal	22.222	16.576
7.08.01.01	Remuneração Direta	9.569	4.598
7.08.01.02	Benefícios	3.112	3.000
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.230	1.195
7.08.01.04	Outros	8.311	7.783
7.08.01.04.01	Honorários da Diretoria	8.311	7.783
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	9.837	7.563
7.08.02.01	Federais	9.837	7.563
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	153.625	240.249
7.08.03.01	Juros	141.531	234.553
7.08.03.02	Aluguéis	171	498
7.08.03.03	Outras	11.923	5.198
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-129.533	-222.939
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-129.533	-222.939

# RESULTADO 3T21





## DESTAQUES DO PERÍODO



Em 14 de setembro, a BSB Energética e a Eletroriver S.A. exerceram o direito de preferência para aquisição da totalidade das ações do Grupo Renova na **Brasil PCH S.A.**



Em 3 de outubro, a Companhia e a GE Energias Renováveis LTDA., formalizaram um acordo para o encerramento do procedimento arbitral instaurado envolvendo o Fornecimento de Aerogeradores para o **Alto Sertão III**.



Em 17 de setembro, o Conselho de Administração aceitou a proposta vinculante da Vinci para aquisição da totalidade das ações da **Enerbrás**.



No 3T21 o **EBITDA** da Companhia foi de R\$ 28,6 milhões, enquanto no acumulado do ano foi de R\$ 18,6 milhões.



Em 28 de setembro, a **ANEEL** acolheu o Recurso Administrativo interposto pela Companhia contra 26 Termos de Intimação que visavam o cancelamento das outorgas do **Alto Sertão III – Fase A**.



Já o **Prejuízo** da Companhia foi de R\$ 45,1 milhões, enquanto no acumulado do ano foi de R\$ 129,5 milhões.

## VIDEOCONFERÊNCIA DE RESULTADOS

16 de novembro de 2021

16h00 (BRT)

Slides de apresentação e vídeo estarão disponíveis em:  
[ri.renovaenergia.com.br](http://ri.renovaenergia.com.br)



## 1. MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Como é de conhecimento do mercado, para reestabelecer o equilíbrio econômico-financeiro e honrar os compromissos assumidos com seus diversos stakeholders, a Companhia e determinadas controladas protocolaram pedido de Recuperação Judicial, na Comarca da Capital de São Paulo, em 16 de outubro de 2019, o qual foi deferido na mesma data. Os planos foram aprovados em Assembleia Geral de Credores em 18 de dezembro de 2020, e a decisão da homologação foi publicada no Diário da Justiça Eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, em 14 de janeiro de 2021.

Dentre as diretrizes do Plano de Recuperação Judicial aprovado, a Companhia alienou os ativos e direitos do Complexo Alto Sertão III – Fase B, as participações acionárias detidas na Brasil PCH S.A. e na Enerbrás (controladora indireta das PCHs Colino I, Colino II e Cachoeira da Lixa), essa última aguarda a homologação pelo Juízo da Recuperação Judicial. Também já foram realizadas as conversões de créditos detidos por credores em Capital da Companhia em montante superior a R\$ 350 milhões, em janelas de conversão estabelecidas no Plano.

Como grande marco para Companhia tivemos a decisão da diretoria da Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) que acolheu por unanimidade o Recurso Administrativo interposto pela Companhia e arquivou os 26 Termos de visavam a cassação das outorgas do empreendimento por atraso na execução das obras e o cancelamento dos Contratos de Energia de Reserva provenientes dos LER 2013 e LER 2014.

Outro acontecimento importante foi a formalização do acordo celebrado com a GE Energias Renováveis Ltda. que viabilizou o encerramento do procedimento arbitral envolvendo os Contratos de Fornecimentos de Aerogeradores para o Complexo Alto Sertão III – Fase A. Nesse contexto também foi confirmada a contratação da GE Energias Renováveis Ltda. e a GE Power & Water Equipamentos e Serviços de Engenharia e Tratamento de Água Ltda. para prestação de serviços relacionados com a conclusão do Complexo Alto Sertão III – Fase A.

O sucesso das ações apresentadas acima, bem como a finalização das obras do Complexo Eólico Alto Sertão III Fase A, são pilares estratégicos e fundamentais para o saudável soerguimento da Companhia, além de marcos relevantes do compromisso dos administradores com o plano de reestruturação do Grupo Renova.

## 2. PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Em 18 de dezembro de 2020, a Companhia e determinadas controladas protocolaram planos de recuperação judicial, sendo um plano referente exclusivamente às Sociedades do Projeto Alto Sertão III – Fase A vinculadas ao financiamento originalmente obtido junto ao BNDES e um segundo plano contemplando a Companhia e as demais Sociedades em recuperação judicial do Grupo Renova, os quais foram aprovados em Assembleia Geral de Credores realizada nessa mesma data. Os referidos planos foram homologados pelo Juízo da Recuperação judicial em 18 de dezembro de 2020, tendo a decisão sido publicada no Diário da Justiça Eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo em 14 de janeiro de 2021.

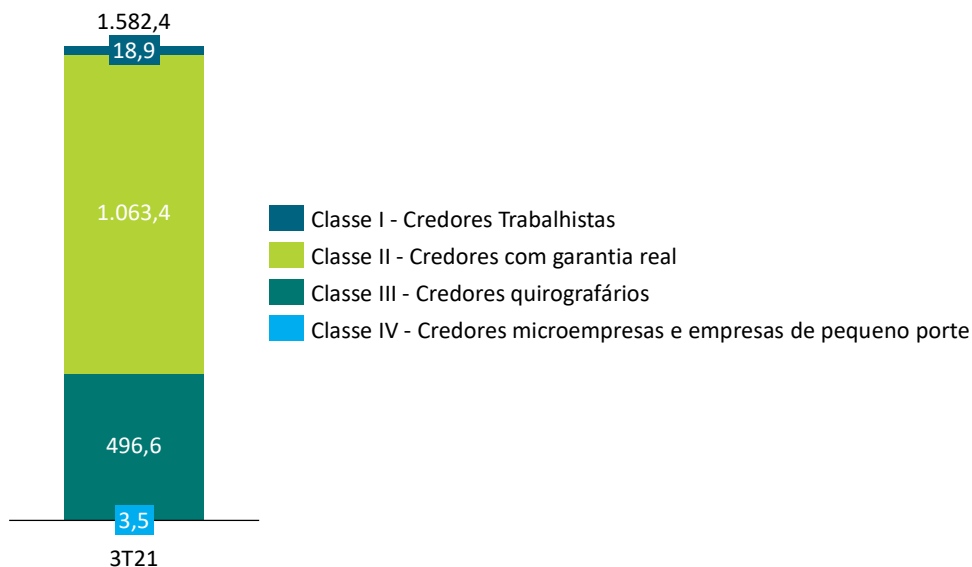


## 2.1. Recuperação financeira



## 2.2. Passivos Grupo Renova

Os passivos do Grupo Renova negociados no âmbito da recuperação judicial foram segregados em quatro classes, abaixo segue a posição atualizada dos credores em 30 de setembro 2021:



## 2.3. Pagamento dos Credores

### Classe I – Trabalhistas

Créditos trabalhistas de natureza estritamente salarial até o limite de 5 salários-mínimos com prazo de pagamento de 30 dias após a homologação do plano.

Pagamento de até R\$ 10 mil em até 60 dias, contados da data de publicação da decisão da homologação do PRJ.

Saldo após o pagamento inicial:

- Opção A: 100% em parcela única em até 12 meses com juros de TR+0,5% a.a.
- Opção B: 100% com 6 meses de carência e amortização em 18 meses com juros de 120% CDI, contados a partir da homologação.

A Companhia já realizou o pagamento dos créditos estritamente salarial e dos R\$ 10 mil reais. Quanto ao pagamento do saldo remanescente da Classe I, a Companhia interpôs recurso especial, com pedido de efeito suspensivo, contraparte da decisão homologatória que afastou o disposto nas cláusulas 8.2.1.3 dos Planos de Recuperação Judicial e limitou o marco final de pagamento dessa classe ao dia 08 de maio de 2021. Em 06 de maio de 2021, foi concedido o efeito suspensivo contra a citada decisão homologatória. A Companhia insiste na manutenção das referidas cláusulas, que desloca o marco final de pagamento para 18 de dezembro de 2021.

### Classe II – Garantia Real

Remunerados pelo equivalente a 100% do CDI a partir da data do pedido de recuperação judicial.

Carência de 24 meses a contar da data da publicação do plano. Durante esse período serão realizados pagamentos semestrais no valor total de R\$ 100 mil para todos os Credores Classe II, divididos *pro rata* conforme seus créditos, iniciando-se o primeiro pagamento 6 meses após a publicação da decisão de homologação do plano.

Saldo:

- Os juros não cobertos pelos pagamentos semestrais serão capitalizados semestralmente ao principal;
- O principal será pago de acordo com a escala abaixo:

Ano	1ª parcela semestral	2ª parcela semestral
Ano 3	2,5%	2,5%
Ano 4	2,5%	2,5%
Ano 5	2,5%	2,5%
Ano 6	2,5%	2,5%
Ano 7	2,5%	2,5%
Ano 8	5,0%	5,0%
Ano 9	5,0%	5,0%
Ano 10	5,0%	16,0%
Ano 11	16,0%	18,0%

Na hipótese de venda da UPI Diamantina e caso os recursos obtidos não sejam suficientes para a quitação integral dos Créditos com Garantia Real, o saldo será pago em parcela única na data da última parcela prevista no fluxo de pagamentos acima

Conforme previsto na cláusula 10.7.4 do Plano, em 21 de dezembro de 2020 a Companhia amortizou R\$10 milhões do saldo devido ao BNDES. Em 2021, com a alienação da UPI Fase B, a Companhia amortizou o montante de R\$7,9 milhões.

### Classe III – Quirografários

R\$ 2 mil reais para cada credor, sendo 50% em 90 dias e 50% em 180 dias a contar da data de publicação da decisão de homologação. Esses pagamentos já foram realizados pela Companhia.

Saldo:

- O saldo remanescente será reajustado pelo equivalente a 0,5% a.a. acrescidos da variação da TR, a partir da data do pedido de recuperação judicial;
- Pagamentos semestrais durante o período de carência de 24 meses, no valor total de R\$ 100 mil a serem divididos *pro rata* entre todos os Credores Classe III, conforme seus créditos, iniciando-se o primeiro pagamento 6 meses após a homologação do plano;
- Os juros não cobertos pelos pagamentos semestrais serão capitalizados semestralmente ao principal;
- Amortização em 24 parcelas semestrais após a carência de principal, de acordo com a escala abaixo.

Ano	1ª parcela semestral	2ª parcela semestral
Ano 3	2,5%	2,5%
Ano 4	2,5%	2,5%
Ano 5	2,5%	2,5%
Ano 6	2,5%	2,5%
Ano 7	2,5%	2,5%
Ano 8	2,5%	2,5%
Ano 9	2,5%	5,0%
Ano 10	5,0%	5,0%
Ano 11	5,0%	5,0%
Ano 12	5,0%	5,0%
Ano 13	5,0%	5,0%
Ano 14	10,0%	12,5%

Os credores essenciais fundiários serão pagos da seguinte forma:

- Pagamentos iniciais no montante de até R\$ 2 mil será pago a cada credor essencial fundiário, limitado ao valor do respectivo crédito, sendo R\$ 1 mil em até 90 dias e mais R\$ 1 mil em até 180 dias a contar da data da publicação sem a incidência de correção monetária e juros (pagamentos efetivados).
- O saldo remanescente será reajustado pelo equivalente a 0,5% a.a. acrescido da variação da TR, a partir da data do pedido de recuperação judicial.
- Os juros sobre o saldo devedor, capitalizados anualmente, serão pagos em parcelas trimestrais após o fim do período de carência de juros de três meses a contar da data de publicação.

- O principal será pago em 12 (doze) parcelas trimestrais, vencendo-se a primeira no mês imediatamente seguinte ao término da carência de principal, e as demais a cada três meses.

Os credores seguradoras parceiras receberão o pagamento integral dos seus créditos concursais, conforme indicado na lista de credores, em moeda corrente nacional creditada na conta bancária de sua titularidade informada nos autos da recuperação judicial, em até 3 anos da data de renovação da respectiva apólice de seguro ou assinatura de nova apólice de seguro.

#### Classe IV – Micro e Pequenas Empresas

Pagamento de até R\$ 20 mil por credor em até 90 dias, contados da data de publicação da decisão de homologação do PRJ, já realizado pela Companhia.

O saldo remanescente será reajustado pelo equivalente a 100% do CDI, desde a data de homologação.

Saldo após o pagamento inicial:

- Amortizado em até 12 meses a partir da homologação do PRJ.

## 2.4. Conversão de Créditos

Todos os credores concursais e credores extraconcursais poderão converter, a seu exclusivo critério, parte ou a integralidade de seus créditos, que tenham fato gerador anterior à data do pedido, em capital social da Companhia, nas seguintes condições:

- Opção a ser realizada em até 24 meses conforme tabela abaixo:

	De*	Para*
1ª Janela do Pedido de Conversão	D+0	D+30
1º Processo de Aumento de Capital e Conversão	D+31	D+120
2ª Janela do Pedido de Conversão	D+121	D+150
2º Processo de Aumento de Capital e Conversão	D+151	D+270
3ª Janela do Pedido de Conversão	D+271	D+300
3º Processo de Aumento de Capital e Conversão	D+300	D+390
4ª Janela do Pedido de Conversão	D+391	D+420
4º Processo de Aumento de Capital e Conversão	D+421	D+510
5ª Janela do Pedido de Conversão	D+511	D+540
5º Processo de Aumento de Capital e Conversão	D+541	D+630
6ª Janela do Pedido de Conversão	D+631	D+660
6º Processo de Aumento de Capital e Conver	D+661	D+740
*D=Data de Homologação		

- A primeira janela foi homologada no dia 06 de maio de 2021;
- A segunda janela foi homologada em 23 do agosto de 2021;

- A Companhia está realizando o terceiro Processo de Aumento de Capital e Conversão;
- As conversões poderão ocorrer em ações ordinárias ou preferenciais.
- As conversões não poderão se realizar em intervalos inferiores a 90 dias, e o valor mínimo agregado dos créditos a serem convertidos não poderão ser inferiores a R\$ 15 milhões;
- O preço de conversão para a capitalização de créditos será equivalente ao preço médio ponderado por volume das ações da Companhia na B3 verificado nos 30 pregões anteriores à data do pedido.
- Segue abaixo relação crédito e de ações convertidos pelos credores no segundo aumento de capital da Companhia:

Renova Energia S.A.				
Acionistas	Créditos convertidos	Ações ON	Ações PN	Total de ações
Saraiva Equipamentos Ltda. (Fase A)	R\$ 15.204.869,43	1.283.759	1.310.667	2.594.426
Saraiva Equipamentos Ltda. (Soc. Cons.)	R\$ 1.390.033,60	117.363	119.821	237.184
Saraiva Engenharia Ltda. (Fase A)	R\$ 7.990.532,55	674.648	688.787	1.363.435
Saraiva Engenharia Ltda. (Soc. Cons.)	R\$ 801.827,64	67.700	69.117	136.817
Saraiva Transportes Técnicos Ltda. (Fase A)	R\$ 6.893.954,66	582.062	594.262	1.176.324
Modal Participações Ltda. (Fase A)	R\$ 21.573.961,08	1.821.506	1.859.686	3.681.192
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 53.855.178,96</b>	<b>4.547.038,00</b>	<b>4.642.340,00</b>	<b>9.189.378,00</b>

## 2.5. Alienação de ativos

### UPI ASIII Fase B

Em março essa UPI foi alienada ao fundo PSS Principal Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, gerido pela Prisma Capital LTDA, pelo valor de R\$50,7 milhões, pagos a Companhia nos dias 05 e 06 de abril, após ajustes pré-fechamentos que reduziu a capacidade instalada dos ativos transferidos de 408MW para 355,2MW, em decorrência da não transferência de determinados direitos. Após transferência dos direitos remanescentes o valor da operação foi ajustado para R\$59,8, assim a Companhia recebeu um valor complementar de aproximadamente R\$9,1 milhões.

### Brasil PCH

Em 20 de julho de 2021, o Conselho de Administração da Companhia aprovou, a aceitação da proposta vinculante apresentada pela Mubadala Consultoria Financeira e Gestora de Recursos LTDA. ("Mubadala Consultoria"), subsidiária indireta da Mubadala Capital LLC e detida indiretamente pela Mubadala Investment Company PJSC, para a aquisição da totalidade das ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal de emissão da Brasil PCH S.A. de titularidade do Grupo Renova, pelo valor de R\$ 1,1 bilhões, na condição de primeiro proponente (*Stalking Horse*) e com direito de igualar a oferta de terceiros interessados em tal aquisição, sujeito a condições precedentes usuais, incluindo o atendimento das disposições previstas no Plano de Recuperação Judicial do Grupo Renova.



Em 04 de agosto de 2021, a Administradora Judicial declarou a SF 369 Participações Societárias S.A. ("SF 369"), subsidiária do Mubadala Consultoria, como vencedora do Leilão, tendo em vista a ausência de manifestação de interessados no Leilão até o dia 01 de agosto de 2021, tendo o Juízo da Recuperação Judicial homologado o resultado do Leilão em 05 de agosto de 2021.

Em 14 de setembro de 2021 as acionistas da Brasil PCH S.A., BSB Energética S.A e Eletroriver S.A., optaram por exercer o direito de preferência para adquirir a totalidade das ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal de emissão da Brasil PCH S.A de titularidade do Grupo Renova, nas mesmas condições previstas na oferta realizada pela SF 369 . O referido exercício ocorre em estrita observância das regras, procedimentos, direitos e deveres das partes no Acordo de Acionistas Brasil PCH.

A alienação da UPI Brasil PCH se realizará pelo valor de R\$ 1,1, com condições precedentes usuais a transações dessa natureza, observando os direitos previstos no Contrato anteriormente celebrado com do primeiro proponente.

A alienação da UPI Brasil PCH faz parte da estratégia da Companhia para o seu saudável soerguimento e diminuição de seus passivos, destinando os recursos obtidos, especialmente para o pré-pagamento do empréstimo DIP Ponte contratado perante a Quadra Capital e desembolsado no início desse ano, o pagamento de determinados credores extraconcursais, cumprimento das suas obrigações no Plano de Recuperação Judicial e a conclusão do Complexo Eólico Alto Sertão III Fase A.

### **UPI Enerbrás**

Em 17 de setembro de 2021, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a aceitação da proposta vinculante apresentada pelo Vinci Energia Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura por meio de sua investida V2I Energia S.A., tendo como gestora a Vinci Infraestrutura Gestora de Recursos Ltda para a aquisição da totalidade das ações ordinárias e preferências, escriturais e sem valor nominal de emissão da Enerbrás e indiretamente da Espra, pelo valor de R\$ 265,8 milhões, na condição de primeiro proponente (*Stalking Horse*). O valor ofertado é maior que o previsto no Plano de Recuperação Judicial.

### **Mina de Ouro e Pipeline**

Foi contratada a Virtus BR Partners para alienação das UPIs Mina de Ouro e Pipeline.

A íntegra do Plano de Recuperação Judicial aprovado, a ata da Assembleia Geral de Credores, bem como todas as informações referentes ao processo de recuperação judicial da Companhia estão disponíveis no website da CVM ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)) e de relações com investidores (<http://ri.renovaenergia.com.br>). As informações acima resumidas devem ser lidas em conjunto com o Plano de recuperação judicial propriamente dito.

### 3. QUESTÕES AMBIENTAIS, SOCIAIS E DE GOVERNANÇA – ESG

A Companhia ciente do seu papel relevante para a transição energética para o segmento renovável no Brasil, está alinhada com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU (Organização das Nações Unidas), a saber:



Garantir o acesso a fontes de energia fiáveis, sustentáveis e modernas para todos



Tornar as cidades e comunidades mais inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis



Adotar medidas urgentes para combater as alterações climáticas e os seus impactos



Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas a todos os níveis

Para contribuir com a disseminação da Integridade e Sustentabilidade da Companhia destacamos abaixo algumas ações corporativas abaixo relacionadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável :

#### Direitos Humanos

A Companhia respeita e promove os direitos humanos em suas operações, ao longo de sua cadeia de fornecedores e nas regiões onde está inserida, em conformidade com a Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU e em linha com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, estabelecendo relação com empresas terceiras que compartilhem os mesmos princípios e valores e que respeitem os direitos humanos.

#### Diversidade

A Companhia respeita e valoriza de forma positiva as diferenças entre gênero, origem, etnia, orientação sexual, crença, práticas religiosas, convicção política, ideológica, classe social, condição de portador de deficiência, estado civil ou idade e não tolera qualquer forma de assédio (seja ele moral ou sexual), violência (verbal, física ou em redes sociais). A Companhia promove a diversidade e atualmente conta com percentual de 36% de mulheres em posições de liderança.

#### Meio Ambiente

A Companhia tem como valor cuidar do meio ambiente, especialmente nas localidades próximas aos seus empreendimentos. Entende ser fundamental para a sustentabilidade dos negócios atuar em

consonância com a legislação ambiental vigente, bem como homologar parceiros de negócios que estejam alinhados com esses valores.

### Relações Comunitárias

A Companhia mantém um diálogo transparente e permanente com as comunidades localizadas nos arredores dos seus empreendimentos, baseados em agenda comum positiva, de longo prazo, voltada para o desenvolvimento local sustentável, respeitando a liberdade de expressão e a manifestação pacífica, de acordo com a lei e nos limites do Código de Conduta e Política Corporativa Anticorrupção.

### Canal Transparência

É o meio pelo qual eventuais situações de irregularidade devem ser reportadas, visando a efetiva apuração dos fatos e eventual plano de ação para mitigar os riscos existentes em nossas operações. O Canal Transparência está disponível aos públicos internos e externos da Companhia, sendo uma ferramenta de comunicação proativa, transparente, independente, imparcial e anônima para o reporte de violações ou suspeita de descumprimento de qualquer um dos pontos descritos no Código de Ética e Conduta da Companhia, nas políticas e procedimentos.

## 4. DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS CONSOLIDADO

Renova Energia S.A.						
(Valores em R\$ mil)	3T21	3T20	Variação	9M21	9M20	Variação
Receita operacional bruta	16.804	26.858	-37,4%	68.168	51.343	32,8%
(-) Impostos – Pis e Cofins	(1.408)	(1.778)	-20,8%	(4.590)	(2.671)	71,8%
<b>Receita operacional líquida (ROL)</b>	<b>15.396</b>	<b>25.080</b>	<b>-38,6%</b>	<b>63.578</b>	<b>48.672</b>	<b>30,6%</b>
Custos não gerenciáveis	(174)	(233)	-25,3%	(637)	(636)	0,2%
Custos gerenciáveis	(22.507)	(14.156)	59,0%	(57.391)	(17.646)	225,2%
Depreciações e amortizações	(20)	(1.554)	-98,7%	(63)	(5.221)	-98,8%
<b>Resultado bruto</b>	<b>(7.305)</b>	<b>9.137</b>	<b>n.a</b>	<b>5.487</b>	<b>25.169</b>	<b>-78,2%</b>
Despesas administrativas	(27.001)	(55.209)	-51,1%	(96.189)	(76.672)	25,5%
Depreciações e amortizações administrativas	(502)	(1.540)	-67,4%	(1.535)	(4.766)	-67,8%
Redução ao valor recuperável de ativo imobilizado	-	-	n.a	-	(3.646)	n.a
Receitas (despesas) financeiras	(64.638)	(88.276)	-26,8%	(145.395)	(241.770)	-39,9%
Resultado de equivalência patrimonial	45.426	27.090	67,7%	107.888	107.257	0,6%
Amortização da mais valia	-	(9.077)	n.a	-	(27.228)	n.a
Ganho na venda de ativos	9.077	-	n.a	1.427	-	n.a
IR e CS	(236)	(439)	-46,2%	(1.216)	(1.283)	n.a
<b>Prejuízo do período</b>	<b>(45.179)</b>	<b>(118.314)</b>	<b>-61,8%</b>	<b>(129.533)</b>	<b>(222.939)</b>	<b>-41,9%</b>

A Companhia apresentou um prejuízo de R\$ 45,1 milhões no terceiro trimestre de 2021 em comparação com o prejuízo de R\$ 118,3 milhões do terceiro trimestre de 2020, em relação ao acumulado do período seu prejuízo reduziu 41,5%, devido principalmente ao: (i) resultado financeiro negativo (despesa financeira) consolidado, que está impactado principalmente pelo reconhecimento de juros relacionados aos empréstimos



e financiamentos, operações com partes relacionadas e fornecedores, (ii) resultado positivo de equivalência patrimonial, (iii) perdas nas operações realizadas no âmbito dos contratos de compra e venda de energia elétrica da controlada Renova Comercializadora, (iv) ganho na alienação da UPI Fase B, e (v) penalidades aplicadas por insuficiência de lastro dos parques do LER 2013 e LER 2014.

#### 4.1. Receita operacional líquida consolidada

No terceiro trimestre de 2021, a Receita Operacional Líquida foi de R\$ 15,3 milhões, enquanto no acumulado do ano foi de aproximadamente R\$ 63,6 milhões.

Renova Energia S.A.						
(Valores em R\$ mil)	3T21	3T20	Variação	9M21	9M20	Variação
Receita líquida – PCHs	2.518	12.175	-79,3%	29.512	35.767	-17,5%
Receita líquida - Comercialização de energia	12.878	12.905	-0,2%	34.066	12.905	164,0%
<b>Receita operacional líquida (ROL)</b>	<b>15.396</b>	<b>25.080</b>	<b>-38,6%</b>	<b>63.578</b>	<b>48.672</b>	<b>30,6%</b>

A redução de R\$ 9,6 milhões na receita do terceiro trimestre de 2021 aconteceu em decorrência do cenário hidrológico brasileiro, já no acumulado do ano houve um aumento da receita de 30,6% por causa do contrato Light I que estava suspenso nos primeiros mesmo período do ano anterior.

#### 4.2. Custos consolidados

Os custos de produção de energia incluem custos gerenciáveis e não gerenciáveis.

**Custos não gerenciáveis:** (i) tarifa de uso do sistema de distribuição (TUSD), referente ao uso do sistema de distribuição da Coelba (concessionária na qual as PCHs da ESPRA se conectam), e tarifa do uso do sistema de transmissão (TUST), referente ao sistema de transmissão; (ii) taxa de fiscalização cobrada pela ANEEL.

No terceiro trimestre de 2021 os custos não gerenciáveis totalizaram R\$ 174 mil, apresentando uma redução de 25,3%.

**Custos gerenciáveis:** (i) atividades de operação e manutenção dos parques eólicos e PCHs, e (ii) compra de energia para revenda.

Renova Energia S.A.						
(Valores em R\$ mil)	3T21	3T20	Variação	9M21	9M20	Variação
Serviços de Terceiros	1.586	857	85,1%	3.526	2.652	33,0%
Seguros	53	51	3,9%	157	153	2,6%
Material de Uso e Consumo	381	125	204,8%	651	646	0,8%
Energia para revenda	19.918	12.585	58,3%	51.371	12.585	308,2%
Repactuação do risco hidrológico	562	538	4,5%	1.669	1.603	4,1%
Outras	7	-	-	17	7	142,9%
<b>Total (*)</b>	<b>22.507</b>	<b>14.156</b>	<b>59,0%</b>	<b>57.391</b>	<b>17.646</b>	<b>225,2%</b>

O aumento dos custos gerenciáveis no terceiro trimestre de 2021 em comparação ao mesmo período do ano anterior bem como no acumulado do ano este aumento aconteceu em função da necessidade de compra de energia para atender o fornecimento do contrato Light I que estava suspenso entre 20 de fevereiro de 2019 e 31 de julho de 2020.

### 4.3. Despesas consolidadas

As despesas registradas no terceiro trimestre de 2021 totalizaram aproximadamente R\$27 milhões, uma redução de 51,1% em relação ao mesmo período do ano anterior, enquanto no acumulado do ano houve um aumento de R\$ 15,8 milhões. Considerando apenas o SG&A, neste trimestre houve uma redução de 16,1% em relação ao mesmo período de 2020.

Renova Energia S.A.						
(Valores em R\$ mil)	3T21	3T20	Variação	9M21	9M20	Variação
Pessoal e administradores	4.067	7.114	-42,8%	15.005	17.593	-14,7%
Serviços de terceiros	8.070	5.666	42,4%	23.910	18.535	29,0%
Aluguéis e arrendamentos	13	234	-94,4%	171	498	-65,7%
Viagens	346	100	246,0%	723	423	70,9%
Seguros	6	1.985	-99,7%	2.251	5.911	-61,9%
Telefonia e TI	741	801	-7,5%	1.982	1.688	17,4%
Material de uso e consumo	189	112	68,8%	384	456	-15,8%
<b>Subtotal SG&amp;A</b>	<b>13.432</b>	<b>16.012</b>	<b>-16,1%</b>	<b>44.426</b>	<b>45.104</b>	<b>-1,5%</b>
Contingências cíveis e trabalhistas	1.733	11.894	-85,4%	8.241	17.986	-54,2%
Licenças e estudos ambientais	27	152	-82,2%	271	647	-58,1%
Taxas regulatórias	4.155	4.610	-9,9%	11.637	16.043	-27,5%
Contrato oneroso	(12.675)	9.526	n.a	(11.325)	(23.543)	-51,9%
Multa sobre ressarcimento	15.071	12.761	18,1%	29.934	20.303	47,4%
Redução ao valor recuperável de ativo imobilizado	-	-	n.a	-	3.646	n.a
Provisão (reversão) para perda a valor recuperável de crédito de pis/confins	-	(280)	n.a	-	(285)	n.a
Penalidades contratuais e regulatórias	3.412	-	n.a	10.211	-	n.a
Outras	1.846	534	n.a	2.794	417	n.a
<b>Total</b>	<b>27.001</b>	<b>55.209</b>	<b>-51,1%</b>	<b>96.189</b>	<b>80.318</b>	<b>19,8%</b>

As principais variações nas despesas apresentadas no quadro acima devem-se a:

- **Pessoal e Administradores:** redução de 42,8% em relação ao mesmo período de 2020 decorrente da capitalização dos gastos relacionados a retomada da obra para construção dos parques do Alto Sertão III – Fase A em março de 2021.
- **Serviços de terceiros:** a Companhia registra nessa rubrica gastos com consultoria, auditoria, advogados, publicação de balanços e limpeza e segurança dos parques eólicos. No acumulado do ano a Companhia registrou um aumento de gastos com assessoria, consultoria e advogados relacionados, principalmente, com a recuperação judicial.
- **Contingências cíveis e trabalhistas:** a movimentação no trimestre refere-se basicamente a complemento de provisão cível ajuizada por terceiros.
- **Contrato oneroso:** a diferença dos valores reconhecidos em cada período reflete a revisão dos efeitos dos contratos onerosos face aos preços de compra de energia praticados no mercado.
- **Multa sobre ressarcimento:** considerando a regra do contrato do LER 2013, em 2020, ano seguinte ao fechamento do quadriênio o ressarcimento por desvios negativos de geração que foi valorado a 106% e em 2021 volta a ser valorado a 130%.
- **Redução ao valor recuperável de ativo imobilizado:** no acumulado do ano de 2020 a Companhia reconheceu uma perda no valor recuperável do ativo imobilizado do Alto Sertão III – Fase A, no montante de R\$3,6 milhões. A taxa de desconto real (calculada através do custo médio ponderado de capital -WACC) usada para calcular o valor presente dos fluxos de caixa dos projetos foi de 8,89% ao ano.
- **Penalidades contratuais e regulatórias:** Se trata das penalidades aplicadas pela ANEEL por insuficiência de lastro dos parques do LER 2013 e LER 2014.

#### 4.4. Resultado financeiro consolidado

Renova Energia S.A.						
(Valores em R\$ mil)	3T21	3T20	Variação	9M21	9M20	Variação
<b>Receitas Financeiras</b>	<b>4.194</b>	<b>286</b>	<b>n.a</b>	<b>8.094</b>	<b>(274)</b>	<b>n.a</b>
Rendimentos aplicações financeiras	4.102	269	n.a	7.637	882	n.a
Outras receitas financeiras	92	17	441,2%	457	(1.156)	-139,5%
<b>Despesas Financeiras</b>	<b>(68.832)</b>	<b>(88.562)</b>	<b>-22,3%</b>	<b>(153.489)</b>	<b>(241.496)</b>	<b>-36,4%</b>
Encargos de dívida	(48.986)	(43.384)	12,9%	(106.438)	(126.976)	-16,2%
Juros partes relacionadas	(10.645)	(25.192)	-57,7%	(23.959)	(60.545)	-60,4%
Outras despesas financeiras	(9.201)	(19.986)	-54,0%	(23.092)	(53.975)	-57,2%
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>(64.638)</b>	<b>(88.276)</b>	<b>-26,8%</b>	<b>(145.395)</b>	<b>(241.770)</b>	<b>-39,9%</b>

As **receitas financeiras** totalizaram R\$ 4,2 milhões reais no terceiro trimestre de 2021, aumento de aproximadamente R\$ 3,9 milhões devido principalmente aos rendimentos de aplicações financeiras. No acumulado de 2021 esse aumento representou o montante de R\$ 8,3 milhões.

As **despesas financeiras** reduziram 22,3% no terceiro trimestre de 2021 comparado ao mesmo período do ano anterior, já em relação ao acumulado do ano essa redução representou 36,4%, o principal motivo foi a aprovação do plano de recuperação judicial, onde as dívidas foram renegociadas a juros mais baixos.

O **resultado financeiro** da Companhia no terceiro trimestre de 2021 foi negativo em aproximadamente R\$ 64,6 milhões, uma redução de 26,8% em relação ao período anterior. Comparando ao acumulado de 2020 há uma redução de 39,9%.

#### 4.5. Resultado de equivalência patrimonial

No terceiro trimestre de 2021, a receita líquida consolidada da Brasil PCH totalizou 166,4 milhões, aumento de 39,5% em relação ao mesmo período de 2020. Quando comparado ao acumulado dos dois períodos este aumento foi de 9,9%.

Brasil PCH (100%)						
(Valores em R\$ mil)	3T21	3T20	Variação	9M21	9M20	Variação
<b>Receita Líquida</b>	<b>166.451</b>	<b>119.290</b>	<b>39,5%</b>	<b>425.470</b>	<b>387.032</b>	<b>9,9%</b>
Custo com depreciações	(9.232)	(9.110)	1,3%	(27.528)	(27.612)	-0,3%
Outros custos	(19.510)	(16.861)	15,7%	(51.495)	(45.677)	12,7%
Despesas gerais e administrativas	(6.260)	(4.508)	38,9%	(13.586)	(12.345)	10,1%
Reversão (provisão) de perda com contrato oneroso	-	(4.052)	n.a	21	(11.449)	n.a
Resultado financeiro	(37.035)	(27.845)	33,0%	(107.754)	(67.273)	60,2%
IR e CSLL	(5.343)	(3.800)	40,6%	(13.582)	(12.369)	9,8%
<b>Lucro líquido do período</b>	<b>89.071</b>	<b>53.114</b>	<b>67,7%</b>	<b>211.546</b>	<b>210.307</b>	<b>0,6%</b>

O resultado financeiro líquido da Brasil PCH no terceiro trimestre de 2021 foi negativo em R\$ 37 milhões, apresentando um aumento de 33% em relação ao mesmo período do ano anterior.

O resultado do acumulado do ano em 30 de setembro 2021 foi impactado substancialmente pelo: (i) aumento da receita líquida; (ii) redução da exposição acumulada no contrato oneroso; e (iii) aumento do resultado financeiro negativo em função do aumento nos juros relacionados as debêntures.

A Renova, por meio da Chipley, reconhece 51% do resultado da Brasil PCH, conforme demonstrado no quadro abaixo e refletido no resultado da Renova no período.

Renova (51% Brasil PCH)	3T21	9M21
Equivalência patrimonial	45.426	107.888
Amortização da mais valia	-	-
<b>Resultado</b>	<b>45.426</b>	<b>107.888</b>

A Brasil PCH se encontra na linha de ativos mantidos para venda, desta forma amortização da mais valia foi suspensa.

#### 4.6. Imposto de renda, contribuição social e resultado líquido

As receitas de geração de energia da Companhia são tributadas pelo regime de lucro presumido. Neste regime, a base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares de 15%, acrescida do adicional de 10%, para o imposto de renda. A base de cálculo da contribuição social é calculada à razão de 12% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam a alíquota regular de 9%.

No terceiro trimestre de 2021, o imposto de renda e a contribuição social totalizaram R\$ 236 mil, em comparação a R\$ 439 mil no mesmo período do ano anterior.

A Companhia apresentou prejuízo de R\$ 16,8 milhões, ante ao prejuízo de R\$ 25,1 milhões do terceiro trimestre de 2020. No acumulado do ano houve uma redução de aproximadamente 48,1% no prejuízo da Companhia.

#### 4.7. EBITDA

Renova Energia S.A.						
(Valores em R\$ mil)	3T21	3T20	Variação	9M21	9M20	Variação
Receita operacional líquida (ROL)	15.396	25.080	-38,6%	63.578	48.672	30,6%
<b>Prejuízo do período</b>	<b>(45.179)</b>	<b>(118.314)</b>	<b>-61,8%</b>	<b>(129.533)</b>	<b>(222.939)</b>	<b>-41,9%</b>
(+) IR e CS	236	439	-46,2%	1.216	1.283	-5,2%
(+) Depreciação e amortização	522	12.171	-95,7%	1.598	37.215	-95,7%
(+) Despesas Financeiras	68.832	88.562	-22,3%	153.489	241.496	-36,4%
(-) Receitas Financeiras	4.194	(286)	n.a	(8.094)	274	n.a
<b>EBITDA<sup>1</sup></b>	<b>28.605</b>	<b>(17.428)</b>	<b>-264,1%</b>	<b>18.676</b>	<b>57.329</b>	<b>-67,4%</b>
(+) Redução ao valor recuperável de ativo imobilizado	-	-	0,0%	-	3.646	n.a
(+) Ganho na venda de ativos	(9.077)	-	0,0%	(1.427)	-	n.a
<b>EBITDA ajustado<sup>2</sup></b>	<b>19.528</b>	<b>(17.428)</b>	<b>-212,0%</b>	<b>17.249</b>	<b>60.975</b>	<b>-71,7%</b>

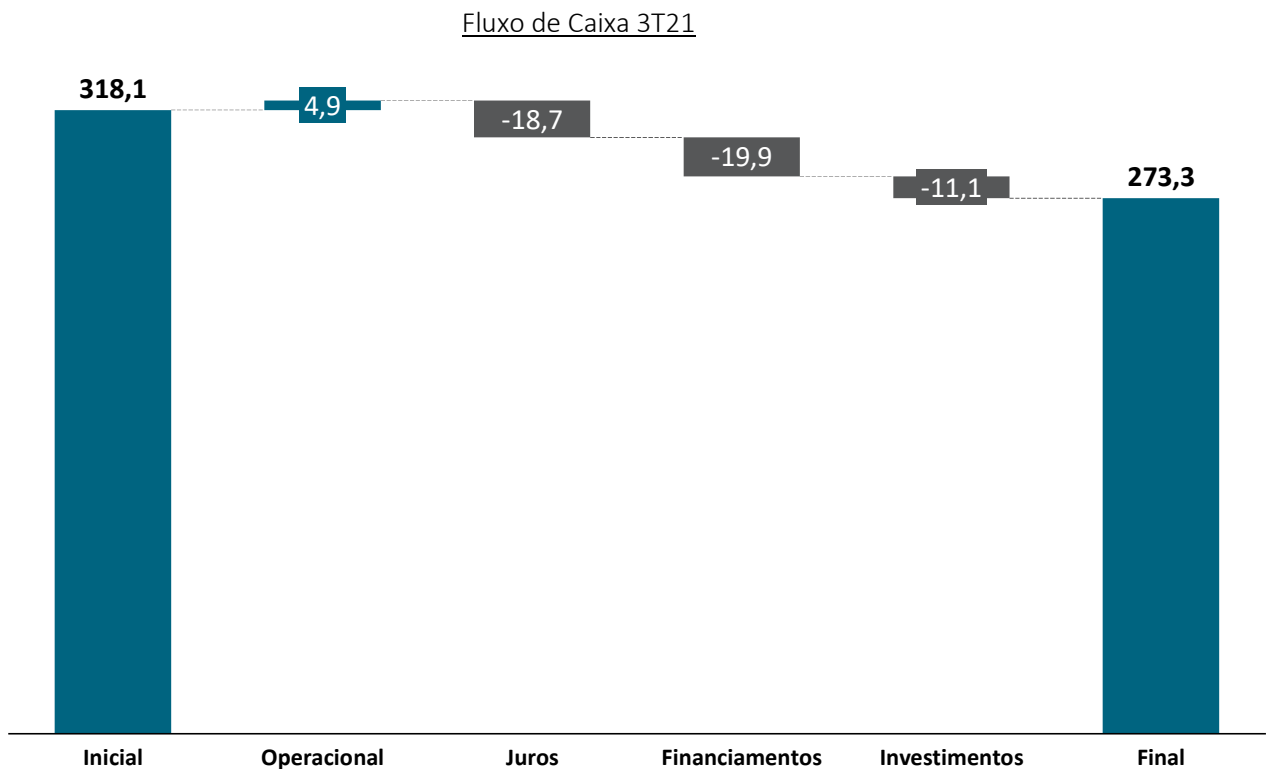
<sup>1</sup> EBITDA é uma medição de natureza não contábil elaborada pela Companhia e não revisada pelos auditores independentes, conciliada com suas informações contábeis intermediárias consolidadas, conforme a Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012, consistindo no prejuízo líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social.



<sup>2</sup> A Companhia ajusta o EBITDA calculado em conformidade à Instrução CVM 527/2012 excluindo os itens que, pela sua natureza, não contribuem para a informação sobre o potencial de geração bruta de caixa uma vez que são extraordinárias.

No terceiro trimestre de 2021 o EBITDA foi de R\$ 28,6 milhões positivos, ante R\$ 17,4 milhões negativos no mesmo período do ano anterior. No acumulado do ano o EBITDA obteve uma redução de R\$ 43,7 milhões em relação ao ano anterior.

## 5. FLUXO DE CAIXA

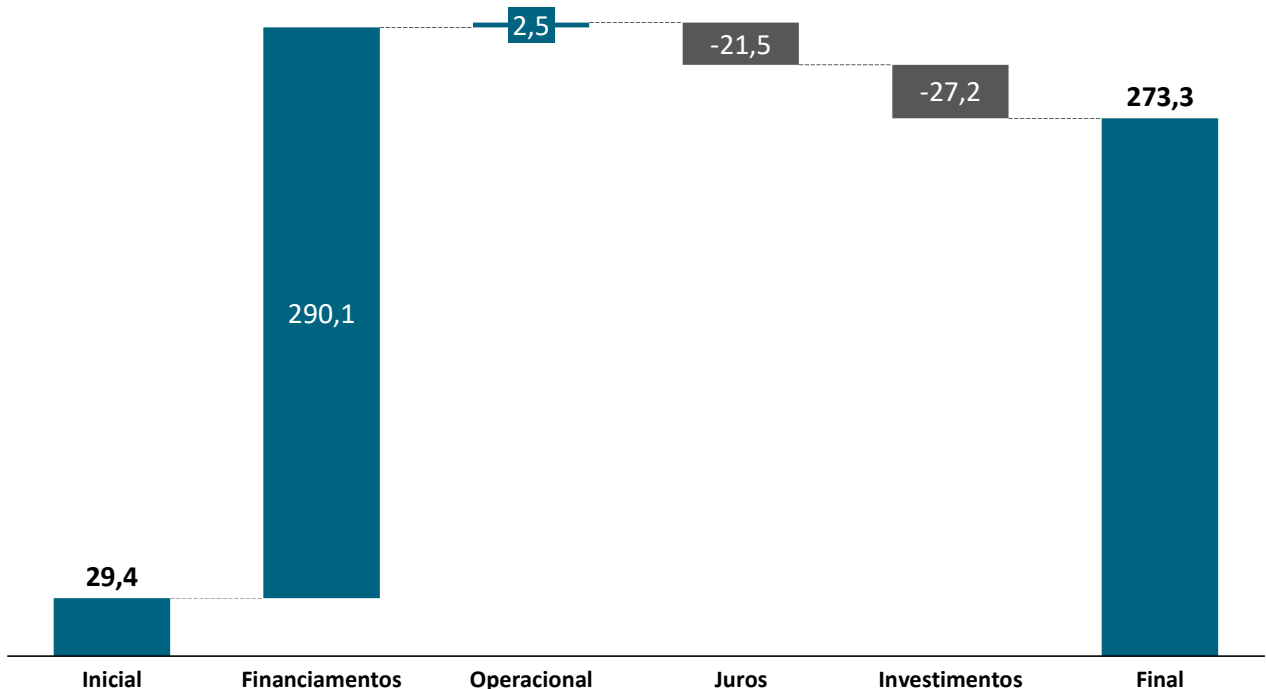


No terceiro trimestre de 2021, o caixa da Renova apresentou uma redução de R\$ 44,8 milhões em relação à posição de 30 de junho de 2021. As variações são decorrentes de:

- **Operacional (+):** aplicação de caixa nas atividades operacionais de R\$ 4,9 milhões, líquidos do pagamento de juros.
- **Pagamento de juros (-)** sobre empréstimos e financiamentos no valor de R\$ 18,7 milhões.
- **Financiamentos (-):** redução de R\$ 19,9 milhões referentes a amortização de empréstimos e financiamentos.

- **Investimentos (-):** redução de R\$ 11 milhões referentes a aplicações financeiras e aquisição de imobilizado.

#### Fluxo de Caixa 9M21



No acumulado do ano de 2021, o caixa da Renova apresentou um aumento de R\$ 243,9 milhões em relação à posição de 31 de dezembro de 2020. As variações são decorrentes de:

- **Operacional (+):** aplicação de caixa nas atividades operacionais de R\$ 2,5 milhões, líquidos do pagamento de juros.
- **Pagamento de juros (-)** sobre empréstimos e financiamentos no valor de R\$ 21,5 milhões.
- **Financiamentos (+):** aumento de R\$ 290,1 milhões referentes ao recebimento do valor do empréstimo na modalidade DIP.
- **Investimentos (-):** redução de R\$ 27,2 milhões referentes a aplicações financeiras e aquisição de imobilizado.

## 6. ANÁLISE DO BALANÇO PATRIMONIAL

Balanço Patrimonial							
Valores em R\$ mil							
Ativo Consolidado				Passivo Consolidado			
	30/09/2021	30/06/2021	31/03/2021		30/09/2021	30/06/2021	31/03/2021
<b>Circulante</b>	<b>1.177.696</b>	<b>1.232.063</b>	<b>1.292.999</b>	<b>Circulante</b>	<b>820.946</b>	<b>780.120</b>	<b>736.890</b>
Caixa	246.930	324.883	393.137	Empréstimos e Financiamentos	413.841	409.754	380.647
Aplicações financeiras	-	27.330	65	Fornecedores	90.165	62.285	51.282
Clientes	5.580	3.748	4.214	Partes Relacionadas	47.839	46.090	44.543
Outros	26.145	21.028	17.790	Outros	156.977	160.519	155.265
Ativos mantidos para venda	899.041	855.074	877.793	Passivos diretamente ass. a ativos mantidos para venda	112.124	101.472	105.153
<b>Não Circulante</b>	<b>1.478.206</b>	<b>1.404.452</b>	<b>1.358.790</b>	<b>Não Circulante</b>	<b>2.663.178</b>	<b>2.700.507</b>	<b>3.042.269</b>
Aplicações financeiras	251	248	246	Empréstimos e Financiamentos	1.418.120	1.428.920	1.444.144
Cauções e Depósitos	-	6.934	-	Partes Relacionadas	729.550	720.743	988.739
Outros	3.598	3.761	3.322	Outros	515.508	550.844	609.386
Imobilizado	1.474.357	1.393.509	1.355.222	<b>Patrimônio Líquido Negativo</b>	<b>(828.222)</b>	<b>(844.112)</b>	<b>(1.127.370)</b>
				Capital Social	3.308.179	3.253.416	2.919.019
				Reserva de Capital	1	1	1
				Ajuste de avaliação patrimonial	(12.682)	(18.988)	(22.180)
				Prejuízos Acumulados	(4.123.720)	(4.078.541)	(4.024.210)
<b>Ativo Total</b>	<b>2.655.902</b>	<b>2.636.515</b>	<b>2.651.789</b>	<b>Passivo Total</b>	<b>2.655.902</b>	<b>2.636.515</b>	<b>2.651.789</b>

### 6.1. Ativo

Em 30 de setembro de 2021, o valor de disponibilidades (caixa + aplicações financeiras) era de R\$ 246,9 milhões, apresentando uma redução de R\$ 105,2 milhões, aplicados principalmente na construção do Alto Sertão III – Fase A.

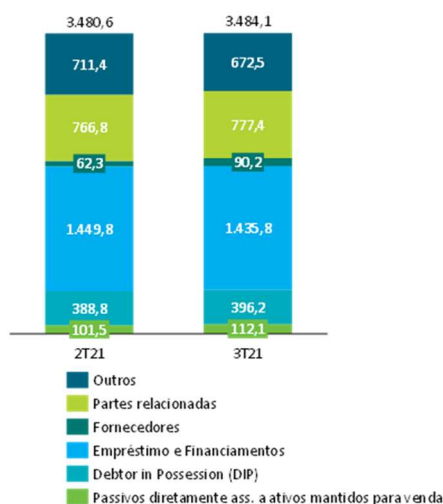
### 6.2. Passivo

O passivo apresentou um aumento de R\$ 3,4 milhões no 3T21 chegando a aproximadamente R\$ 3,5 bilhões.

Conforme mencionado no item 2.5, os planos de recuperação judicial preveem a alienação da UPI Brasil PCH, UPI Mina de Ouro e UPI Enerbras. Assim, em 30 de setembro de 2021, os ativos e passivos relacionados a essas UPIs e a outros projetos em desenvolvimento foram classificados como ativos mantidos para venda e passivo diretamente associados a ativos mantidos para a venda.



## Evolução Passivo Total – R\$ milhões



Contrato	Taxa	R\$ mil
BNDES - Ponte I Diamantina Eólica	100% CDI <sup>1</sup>	459.122
Banco Bradesco	100% CDI <sup>1</sup>	343.635
Banco Itaú	100% CDI <sup>1</sup>	125.720
Citibank	100% CDI <sup>1</sup>	84.661
Banco ABC	100% CDI <sup>1</sup>	50.288
Citibank	100% CDI <sup>1</sup>	173.569
BTG Pactual	155% CDI	200.503
Banco Safra	0,5% a.a. + TR <sup>1</sup>	2.580
BNB <sup>2</sup> - ESPRA	9,5% a.a. (8,08% a.a.)	56.645
Banco Itaú	0,5% a.a. + TR <sup>1</sup>	4.547
Banco Bradesco	0,5% a.a. + TR <sup>1</sup>	4.680
<b>Subtotal do endividamento</b>		<b>1.505.950</b>
Transferência para passivos associados a ativos mantidos para venda		(56.645)
DIP Quadra	15% a.a.	396.180
Custo de captação da operação		(13.524)
<b>Total do endividamento</b>		<b>1.831.961</b>
Disponibilidades <sup>3</sup>		247.181
<b>Dívida Líquida</b>		<b>1.584.780</b>

<sup>1</sup>As taxas foram repactuadas no plano de recuperação judicial.

<sup>2</sup>O financiamento possui taxa de juros de 9,5% a.a. (podendo ser reduzido a 8,08% devido a 15% de bônus de adimplência).

<sup>3</sup>Considera caixa e equivalentes de caixa + aplicações financeiras.

Em 17 de dezembro de 2020, a controlada Chipley assinou contrato de empréstimo na modalidade DIP, por meio de uma Cédula de Crédito Bancário emitida em favor da QI Sociedade de Crédito Ltda., estruturada pela Quadra Gestão de Recursos Ltda ("Quadra Capital"), no valor de R\$ 350 milhões, com coobrigações da Companhia e da controlada Renovapar, conforme previsto e autorizado no âmbito do processo de recuperação judicial do Grupo Renova.

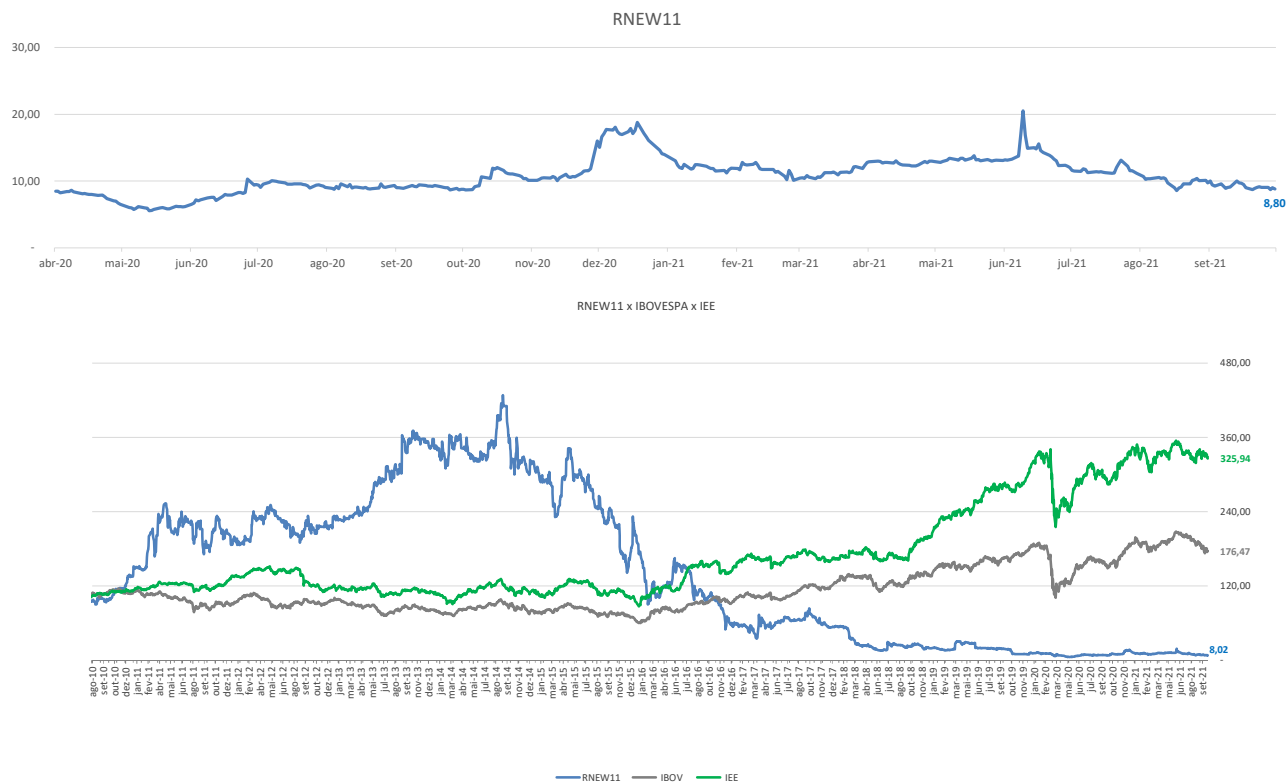
Em 05 de março de 2021, o Grupo Renova recebeu o montante atualizado de R\$ 362,4 milhões que estão sendo utilizados para a retomada das obras para conclusão da implantação e entrada em operação comercial do Complexo Eólico Alto Sertão III Fase A.

### 6.3. Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido encerrou o trimestre em R\$ 828 milhões negativos, uma redução de R\$ 15,8 milhões devido ao aumento de capital homologado em 23 de agosto de 2021.

## 7. DESEMPENHO DA RNEW11 NA BM&FBOVESPA

Segue o desempenho relativo aos últimos 12 meses da RNEW11 em comparação com o Índice Bovespa e Índice de Energia Elétrica.



Com as ferramentas do website da Companhia e do relacionamento constante com acionistas e potenciais investidores em eventos públicos e eventos organizados por bancos de investimento, a área de Relação com Investidores da Renova busca atuar de maneira transparente junto ao mercado, atualizando seus investidores do seu posicionamento, seus projetos em desenvolvimento e perspectivas.

As informações e publicações da Companhia podem ser acessadas no website da Companhia ([www.renovaenergia.com.br](http://www.renovaenergia.com.br)), no qual também ganham destaque as principais notícias do setor que possam impactar o plano de negócios da Companhia.

## 8. PREJUÍZO POR AÇÃO

O prejuízo básico por ação é calculado por meio da divisão do prejuízo do período atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da controladora pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o período.

O prejuízo diluído por ação é calculado por meio da divisão do prejuízo atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da controladora pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o período, mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas no pressuposto do exercício das opções de compra de ações com valor de exercício inferior ao valor de mercado.

De acordo com o estatuto social da Companhia as ações preferenciais possuem participação nos lucros distribuídos em igualdade com as ações ordinárias.

O quadro a seguir apresenta os dados de resultado e quantidade de ações utilizadas no cálculo dos prejuízos básico e diluído por ação para cada um dos períodos apresentados na demonstração de resultados:

Renova Energia S.A.				
	3T21	3T20	9M21	9M20
<b>Prejuízo do período</b>	<b>(45.179)</b>	<b>(118.314)</b>	<b>(129.533)</b>	<b>(222.939)</b>
<b>Prejuízo básico e diluído por ação:</b>				
Média ponderada das ações ordinárias e preferenciais disponíveis (em milhares)	74.478	41.720	74.478	41.720
<b>Prejuízo básico e diluído por ação (em R\$)</b>	<b>(0,61)</b>	<b>(2,84)</b>	<b>(1,74)</b>	<b>(5,34)</b>

## 9. ESTRUTURA ACIONÁRIA

No dia 23 de agosto 2021, o Conselho de Administração aprovou a homologação parcial do aumento de capital social da Companhia, por subscrição privada de ações, dentro do limite do capital autorizado, aprovado pelo

Conselho de Administração em reunião de 22 de junho de 2021, no valor de R\$ 54,7 milhões, representado por 9.337.582 novas ações nominativas e sem valor nominal, sendo 4.666.882 ações ordinárias e 4.670.700 ações preferenciais.

Os credores que se manifestaram durante a “2ª Janela do Pedido de Conversão” tiveram todos os seus créditos capitalizados neste aumento de capital. Em razão desta capitalização, a dívida concursal da Companhia foi reduzida em R\$ 53,8 milhões (9,8% do saldo da dívida da Classe III), dando prosseguimento à consecução dos meios da recuperação judicial da Companhia.

O capital social da Companhia passa a ser de R\$ 3,349 bilhões, dividido em 109.480.048 ações nominativas e sem valor nominal, sendo 55.521.868 ações ordinárias e 53.958.180 ações preferenciais.

Em 30 de setembro de 2021, o capital social da Renova estava dividido da seguinte maneira:

RENOVA ENERGIA	Ações ON		Ações PN		Total de Ações	
<b>Bloco de Controle</b>	<b>26.328.648</b>	<b>47,42%</b>	<b>1</b>	<b>0,00%</b>	<b>26.328.649</b>	<b>24,05%</b>
RICARDO LOPES DELNERI	1.642.183	2,96%	-	0,00%	1.642.183	1,50%
RENATO DO AMARAL FIGUEIREDO	884.252	1,59%	-	0,00%	884.252	0,81%
CG II FUNDO DE INVESTIMENTO	8.686.842	15,65%	-	0,00%	8.686.842	7,93%
CEMIG GT	15.115.371	27,22%	1	0,00%	15.115.372	13,81%
<b>Outros Acionistas</b>	<b>29.193.220</b>	<b>52,58%</b>	<b>53.958.179</b>	<b>100,00%</b>	<b>83.151.399</b>	<b>75,95%</b>
CG II FUNDO DE INVESTIMENTO	27.359	0,05%	406.795	0,75%	434.154	0,40%
RICARDO LOPES DELNERI	7.628.670	13,74%	18.481.269	34,25%	26.109.939	23,85%
RENATO DO AMARAL FIGUEIREDO	5.728.642	10,32%	5.787.941	10,73%	11.516.583	10,52%
RENATO DO AMARAL FIGUEIREDO <sup>1</sup>	36.162	0,07%	-	0,00%	36.162	0,03%
BNDESPAR	696.683	1,25%	1.393.366	2,58%	2.090.049	1,91%
SPECTRA VOLPI F DE INVEST EM PART. MULTISTRATEGIA	1.712.178	3,08%	3.424.354	6,35%	5.136.532	4,69%
Outros	13.363.526	24,07%	24.464.454	45,34%	37.827.980	34,55%
<b>Total</b>	<b>55.521.868</b>	<b>100,00%</b>	<b>53.958.180</b>	<b>100,00%</b>	<b>109.480.048</b>	<b>100,00%</b>

<sup>1</sup>Ações bloqueadas pelo acordo de acionistas junto ao BNDESPAR

## 10. GLOSSÁRIO

**Alto Sertão III ("AS III")** - 44 parques eólicos da Renova em fase de implantação, localizados no interior da Bahia, que comercializaram energia no LER 2013 e no mercado livre e que possuem capacidade instalada de 736,8 MW

**Alto Sertão III Fase A** – 24 parques eólicos da Renova, localizados no interior da Bahia, que comercializaram energia no LER 2013 e no mercado livre e que possuem capacidade instalada de 411,0 MW.

**ANEEL** - Agência Nacional de Energia Elétrica

**ESPRA** – Energética Serra da Prata S.A., controlada indireta da Renova e composta pelas 3 PCHs da Companhia

**LER** - Leilão de Energia de Reserva

**Mercado Livre** - Ambiente de contratação de energia elétrica onde os preços praticados são negociados livremente entre o consumidor e o agente de geração ou de comercialização

**Mercado Regulado** - Ambiente de contratação de energia elétrica onde as tarifas praticadas são reguladas pela ANEEL

**PCHs** - Pequenas Centrais Hidrelétricas

**PPR** – Programa de Participação de Resultados

**DIP** - empréstimo na modalidade *Debtor in Possession*

**ESG** - a sigla em inglês para "environmental, social and governance" (ambiental, social e governança, em português), geralmente usada para medir as práticas ambientais, sociais e de governança de uma empresa

**ONU** – Organização das Nações Unidas, ou simplesmente Nações Unidas, é uma organização intergovernamental criada para promover a cooperação internacional.

---

Em atendimento à Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 381/03, divulgamos que no período findo em 30 de setembro de 2021 os auditores independentes, BDO RCS Auditores Independentes ("BDO") que prestam serviço para a Companhia e suas controladas, não realizaram quaisquer serviços não vinculados à auditoria externa que representassem mais de 5% dos honorários contratados anualmente.



# Informações Contábeis Intermediárias consolidadas e individuais

30 de setembro de 2021



## ÍNDICE

(Página)

Balanços patrimoniais .....	3
Demonstrações dos resultados.....	5
Demonstrações dos resultados abrangentes.....	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido .....	8
Demonstrações dos fluxos de caixa .....	9
Demonstrações do valor adicionado.....	10

## NOTAS EXPLICATIVAS

1. Informações gerais.....	11
2. Principais políticas contábeis.....	21
3. Das autorizações vigentes.....	22
4. Comercialização de energia.....	24
5. Segmentos operacionais .....	24
6. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras .....	26
7. Contas a receber de clientes.....	26
8. Tributos a recuperar.....	27
9. Cauções e depósitos vinculados .....	27
10. Investimentos.....	28
11. Imobilizado.....	36
12. Direito de uso – Arrendamentos.....	46
13. Fornecedores.....	48
14. Empréstimos, financiamentos e debêntures privadas .....	49
15. Tributos a recolher.....	56
16. Contas a pagar - CCEE/Eletrobrás (consolidado) .....	57
17. Outras contas a pagar.....	58
18. Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas.....	59
19. Provisão para contrato oneroso.....	63
20. Patrimônio líquido e remuneração aos acionistas.....	63
21. Receita líquida.....	65
22. Custos e despesas (receitas).....	66
23. Resultado financeiro .....	67
24. Imposto de renda e contribuição social .....	68
25. Transações com partes relacionadas.....	69
26. Instrumentos financeiros e gestão de riscos.....	74
27. Prejuízo por ação .....	81
28. Ativos classificados como mantidos para venda .....	82
29. Cobertura de Seguros.....	84
30. Transações não envolvendo caixa .....	85
31. Eventos subsequentes .....	85



**BALANÇOS PATRIMONIAIS**

Em 30 de setembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020

Valores expressos em milhares de Reais

ATIVOS	Nota explicativa	Consolidado		Controladora	
		30/09/2021	31/12/2020	30/09/2021	31/12/2020
CIRCULANTES					
Caixa e equivalentes de caixa	6	246.930	29.374	15.998	10.070
Aplicações financeiras	6	-	18.777	-	-
Contas a receber de clientes	7	5.580	4.220	-	150
Tributos a recuperar	8	17.475	12.687	392	218
Partes relacionadas	25	-	-	10.393	25.879
Dividendos a receber	10.4	-	-	34.692	42.724
Adiantamentos a fornecedores		2.273	722	1.773	511
Despesas antecipadas		5.813	1.090	375	161
Outros créditos		584	595	690	259
		278.655	67.465	64.313	79.972
Ativos classificados como mantidos para venda	28	899.041	930.112	202.253	182.387
Total dos ativos circulantes		1.177.696	997.577	266.566	262.359
NÃO CIRCULANTES					
Aplicações financeiras	6	251	296	251	296
Cauções e depósitos vinculados	9	-	-	-	-
Depósitos judiciais	18	3.538	3.198	2.706	2.385
Partes relacionadas	25	-	-	29.309	176.659
Outros créditos		60	60	60	60
Investimentos	10	-	-	1.280.209	1.038.857
Imobilizado	11	1.474.357	1.295.801	4.697	6.387
Total dos ativos não circulantes		1.478.206	1.299.355	1.317.232	1.224.644
TOTAL DOS ATIVOS		2.655.902	2.296.932	1.583.798	1.487.003

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias consolidadas e individuais.



**BALANÇOS PATRIMONIAIS**

Em 30 de setembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020

Valores expressos em milhares de Reais

PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO NEGATIVO	Nota	Consolidado		Controladora	
	explicativa	30/09/2021	31/12/2020	30/09/2021	31/12/2020
CIRCULANTES					
Fornecedores	13	90.165	45.492	24.776	9.485
Empréstimos e financiamentos	14	413.841	380.461	374.073	380.348
Tributos a recolher	15	10.224	11.064	2.865	5.179
Salários, encargos e férias a pagar		9.951	7.471	9.951	7.471
Contas a pagar - CCEE/Eletrobras	16	32.380	17.373	-	-
Arrendamentos a pagar	12	429	684	320	613
Outras contas a pagar	17	96.983	93.538	25.561	29.105
Partes relacionadas	25	47.839	43.131	47.839	43.131
Provisão para contrato oneroso	19	7.010	17.854	-	-
		708.822	617.068	485.385	475.332
Passivos diretamente associados a ativos mantidos para venda	28	112.124	107.970	14.995	13.946
Total dos passivos circulantes		820.946	725.038	500.380	489.278
NÃO CIRCULANTES					
Fornecedores	13	198.568	301.826	31.457	44.067
Empréstimos e financiamentos	14	1.418.120	1.082.641	2.579	-
Debêntures privadas	14	-	-	507.949	51.137
Tributos a recolher	15	15.691	20.275	2.791	3.661
Contas a pagar - CCEE/Eletrobras	16	48.290	40.778	-	-
Arrendamentos a pagar	12	13.262	12.840	79	96
Partes relacionadas	25	729.550	984.641	910.246	1.327.839
Provisão para perda sobre investimentos	10	-	-	252.791	478.687
Provisão para contrato oneroso	19	-	481	-	-
Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas	18	148.235	132.826	147.510	132.177
Outras contas a pagar	17	91.462	103.223	56.238	67.698
Total dos passivos não circulantes		2.663.178	2.679.531	1.911.640	2.105.362
PATRIMÔNIO LÍQUIDO NEGATIVO					
Capital social	20	3.349.936	2.960.776	3.349.936	2.960.776
(-) Custos na emissão de ações		(41.757)	(41.757)	(41.757)	(41.757)
Reservas de capital		1	1	1	1
Ajuste de avaliação patrimonial		(12.682)	(32.470)	(12.682)	(32.470)
Prejuízos acumulados		(4.123.720)	(3.994.187)	(4.123.720)	(3.994.187)
Total do patrimônio líquido negativo		(828.222)	(1.107.637)	(828.222)	(1.107.637)
TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO NEGATIVO		2.655.902	2.296.932	1.583.798	1.487.003

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias consolidadas e individuais.

**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS**

Em 30 de setembro de 2021 e 2020

Valores expressos em milhares de Reais

	Nota explicativa	Consolidado			
		01/07/2021 à 30/09/2021	01/07/2020 à 30/09/2020	01/01/2021 à 30/09/2021	01/01/2020 à 30/09/2020
RECEITA LÍQUIDA	21	15.396	25.080	63.578	48.672
CUSTOS DOS SERVIÇOS					
Custo com compra de energia		(19.918)	(12.585)	(51.371)	(12.585)
Custo de operação		(2.589)	(1.571)	(6.020)	(5.061)
Depreciações e amortizações	11	(20)	(1.554)	(63)	(5.221)
Encargos de uso do sistema de distribuição		(174)	(233)	(637)	(636)
Total	22	(22.701)	(15.943)	(58.091)	(23.503)
RESULTADO BRUTO		(7.305)	9.137	5.487	25.169
RECEITA (DESPESAS)					
Gerais e administrativas		(15.836)	(28.380)	(54.329)	(64.998)
Depreciações e amortizações	11	(502)	(1.540)	(1.535)	(4.766)
Redução ao valor recuperável de ativo imobilizado	11.9	-	-	-	(3.646)
Outras receitas (despesas) líquidas		(11.165)	(26.829)	(41.860)	(11.674)
Total	22	(27.503)	(56.749)	(97.724)	(85.084)
Resultado de equivalência patrimonial	10.3	45.426	18.013	107.888	80.029
Ganho na alienação de ativos	1.2.1	9.077	-	1.427	-
Total		27.000	(38.736)	11.591	(5.055)
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		19.695	(29.599)	17.078	20.114
RESULTADO FINANCEIRO					
Receitas financeiras		4.194	286	8.094	(274)
Despesas financeiras		(68.832)	(88.562)	(153.489)	(241.496)
Total	23	(64.638)	(88.276)	(145.395)	(241.770)
PREJUÍZO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(44.943)	(117.875)	(128.317)	(221.656)
Imposto de renda e contribuição social - correntes		(640)	(373)	(1.509)	(1.077)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos		404	(66)	293	(206)
Total	24	(236)	(439)	(1.216)	(1.283)
PREJUÍZO DO PERÍODO		(45.179)	(118.314)	(129.533)	(222.939)

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias consolidadas e individuais.

**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS**

Em 30 de setembro de 2021 e 2020

Valores expressos em milhares de Reais

	Nota explicativa	Controladora			
		01/07/2021 à 30/09/2021	01/07/2020 à 30/09/2020	01/01/2021 à 30/09/2021	01/01/2020 à 30/09/2020
Depreciações e amortizações	11	(20)	(15)	(63)	(616)
RECEITA (DESPESAS)					
Gerais e administrativas		(4.867)	(21.936)	(34.424)	(45.912)
Depreciações e amortizações	11	(378)	(1.385)	(1.156)	(4.286)
Outras receitas (despesas) líquidas		(871)	4	(738)	1.535
Total	22	(6.116)	(23.317)	(36.318)	(48.663)
Resultado de equivalência patrimonial	10.3	(18.124)	(63.002)	(36.209)	(80.954)
PREJUÍZO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		(24.260)	(86.334)	(72.590)	(130.233)
RESULTADO FINANCEIRO					
Receitas financeiras		550	95	987	(751)
Despesas financeiras		(21.469)	(32.075)	(57.930)	(91.955)
Total	23	(20.919)	(31.980)	(56.943)	(92.706)
PREJUÍZO DO PERÍODO		(45.179)	(118.314)	(129.533)	(222.939)
Prejuízo por ação básico e diluído (expresso em reais - R\$)	27	(0,61)	(2,84)	(1,74)	(5,34)

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias consolidadas e individuais.



## DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

Em 30 de setembro de 2021 e 2020

Valores expressos em milhares de Reais

Nota explicativa	Consolidado				Controladora				
	01/07/2021	01/07/2020	01/01/2021	01/01/2020	01/07/2021	01/07/2020	01/01/2021	01/01/2020	
	à	à	à	à	à	à	à	à	
	<u>30/09/2021</u>	<u>30/09/2020</u>	<u>30/09/2021</u>	<u>30/09/2020</u>	<u>30/09/2021</u>	<u>30/09/2020</u>	<u>30/09/2021</u>	<u>30/09/2020</u>	
Prejuízo do período	(45.179)	(118.314)	(129.533)	(222.939)	(45.179)	(118.314)	(129.533)	(222.939)	
Outros resultados abrangentes									
Reflexo da perda de valor justo de instrumentos de hedge em controlada em conjunto	20	3.192	3.174	19.788	2.279	3.192	3.174	19.788	1.619
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO PERÍODO		<u>(41.987)</u>	<u>(115.140)</u>	<u>(109.745)</u>	<u>(220.660)</u>	<u>(41.987)</u>	<u>(115.140)</u>	<u>(109.745)</u>	<u>(221.320)</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias consolidadas e individuais.



## DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em 30 de setembro de 2021 e 2020

Valores expressos em milhares de Reais

	Nota explicativa	Capital Social		Reservas de capital Ágio	Outros resultados abrangentes Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido negativo controladora e consolidado
		Integralizado	Custos na emissão de ações				
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019		2.960.776	(41.757)	1	(32.827)	(4.016.621)	(1.130.428)
Prejuízo do período		-	-	-	-	(222.939)	(222.939)
Outros resultados abrangentes:							
Reflexo do valor justo em hedge de fluxo de caixa em controlada em conjunto		-	-	-	2.279	-	2.279
SALDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2020		<u>2.960.776</u>	<u>(41.757)</u>	<u>1</u>	<u>(30.548)</u>	<u>(4.239.560)</u>	<u>(1.351.088)</u>
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020		2.960.776	(41.757)	1	(32.470)	(3.994.187)	(1.107.637)
Aumento capital social - emissão de ações	20.b	389.160	-	-	-	-	389.160
Prejuízo do período		-	-	-	-	(129.533)	(129.533)
Outros resultados abrangentes:							
Reflexo do valor justo em hedge de fluxo de caixa em controlada em conjunto	20.d	-	-	-	19.788	-	19.788
SALDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2021	20	<u>3.349.936</u>	<u>(41.757)</u>	<u>1</u>	<u>(12.682)</u>	<u>(4.123.720)</u>	<u>(828.222)</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias consolidadas e individuais.



## DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Em 30 de setembro de 2021 e 2020

Valores expressos em milhares de Reais

	Nota explicativa	Consolidado		Controladora	
		30/09/2021	30/09/2020	30/09/2021	30/09/2020
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>					
Prejuízo do período		(129.533)	(222.939)	(129.533)	(222.939)
Ajustes para reconciliar o prejuízo do período com o caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:					
Depreciação e amortização	11	1.579	9.987	1.219	4.902
Redução ao valor recuperável de ativo imobilizado	11.9	-	3.646	-	-
Valor residual do ativo imobilizado baixado	11.2	-	416	941	-
Comissões e outras penalidades	14.4	355	941	-	-
Encargos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	14.4	106.438	126.976	24.224	16.403
Apropriação dos custos sobre empréstimos e financiamentos	14.4	868	103	-	-
Atualização e provisão CCEE/Eletrobras	16.1	14.861	793	-	-
Multa sobre ressarcimento	16.1	29.934	20.303	-	-
Atualização e provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas	18	15.409	16.935	15.333	20.114
Provisão (reversão) para contrato oneroso	19	(11.325)	(23.543)	-	-
Juros sobre aplicações financeiras e cauções	23	(7.637)	(882)	(751)	(33)
Juros (líquido) sobre partes relacionadas	23, 25	23.959	60.545	23.959	69.274
Juros sobre contas a pagar		10.890	38.448	1.709	2.229
Juros sobre passivo de arrendamento	12, 23	4.012	-	1.393	-
Atualização depósitos judiciais		(35)	1.138	(18)	1.149
Tributos diferidos		(642)	450	-	-
Perda na alienação de ativos	1.2.1	(1.427)	-	-	-
Resultado de equivalência patrimonial	10.3	(107.888)	(80.029)	36.209	80.954
Perdão da dívida		(87)	-	(87)	-
(Aumento) redução nos ativos operacionais:					
Contas a receber de clientes		(3.556)	(4.273)	150	26
Depósitos judiciais		(372)	416	(303)	(992)
Tributos a recuperar		(4.762)	(2.040)	(174)	(121)
Despesas antecipadas		(4.566)	(2.073)	(214)	(304)
Adiantamentos a fornecedores		(1.669)	(397)	(1.262)	(95)
Outros créditos		11	3.875	(431)	21
Aumento (redução) nos passivos operacionais:					
Fornecedores		14.930	13.457	(1.894)	2.800
Tributos a recolher		(4.555)	(1.721)	(3.558)	(884)
Salários e férias a pagar		(8.472)	(1.654)	2.022	(1.045)
Contas a pagar CCEE/Eletrobras	16.1	(12.909)	(6.582)	-	-
Outras contas a pagar		8.762	(898)	2.283	-
Pagamentos de imposto de renda e contribuição social		(1.474)	(1.167)	-	-
Pagamentos de juros sobre empréstimos e financiamentos	14.4	(21.509)	(1.388)	(4.085)	-
Dividendos recebidos	10.4	71.363	103.502	-	-
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		(19.047)	52.345	(32.868)	(28.541)
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>					
Recursos para futuro aumento de capital	10.3.2 e 30	-	-	(14.635)	-
Recebimento na alienação de ativos	1.2.1	59.807	-	-	-
Aplicações financeiras		11.695	(36.139)	796	6.097
Aquisição de imobilizado	11 e 30	(128.948)	(3.367)	(6.181)	(1.729)
Partes relacionadas	25.3	-	-	(10.632)	(84.709)
Aportes de capital em investidas	10	-	-	(358.842)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		(57.446)	(39.506)	(389.494)	(80.341)
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>					
Integralização de ações		1.604	-	1.604	-
Valores recebidos de empréstimos e financiamentos e debêntures privadas	14.4	362.465	-	455.808	51.000
Custos na captação de empréstimos e financiamentos	14.4	(14.392)	-	-	-
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	14.4	(52.753)	(7.877)	(22.831)	-
Pagamento de passivos de arrendamento		(6.607)	(5.731)	(4.415)	(3.254)
Partes relacionadas	25.3	(182)	26.345	(1.876)	61.225
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		290.135	12.737	428.290	108.971
<b>AUMENTO NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>		<b>213.642</b>	<b>25.576</b>	<b>5.928</b>	<b>89</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	6	29.374	4.782	10.070	81
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período*	6	243.016	30.358	15.998	170
<b>AUMENTO NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>		<b>213.642</b>	<b>25.576</b>	<b>5.928</b>	<b>89</b>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias consolidadas e individuais.

(\*) O Caixa e equivalente de caixa no período findo em 30 de setembro de 2021 inclui o saldo de caixa e equivalente de caixa da Energética Serra da Prata S.A.

**DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO**

Em 30 de setembro de 2021 e 2020

Valores expressos em milhares de Reais

	Nota explicativa	Consolidado		Controladora	
		30/09/2021	30/09/2020	30/09/2021	30/09/2020
RECEITAS					
Vendas de energia	21	68.168	51.343	-	-
Outras receitas		11.056	2.379	461	1.763
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS					
Custos dos serviços prestados e das mercadorias vendidas		(58.114)	(18.345)	-	-
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(81.164)	(60.127)	(30.921)	(35.476)
Redução ao valor recuperável de ativo imobilizado	11.9	-	(3.646)	-	-
Valor adicionado bruto		(60.054)	(28.396)	(30.460)	(33.713)
Depreciação	11, 22	(1.598)	(9.987)	(1.219)	(4.902)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO GERADO		(61.652)	(38.383)	(31.679)	(38.615)
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA					
Resultado de equivalência patrimonial	10.3	107.888	80.029	(36.209)	(80.954)
Efeito da alienação de ativo disponível para venda	11.3.1	1.427	-	-	-
Receitas financeiras		8.488	(197)	1.036	(689)
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR		56.151	41.449	(66.852)	(120.258)
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO					
Pessoal:					
Salários e encargos		9.569	4.598	2.045	6.435
Honorários da administração	25.5	8.311	7.783	1.777	2.044
Benefícios		3.112	3.000	343	1.364
FGTS		1.230	1.195	186	621
Impostos, taxas e contribuições:					
Federais		9.837	7.563	614	1.863
Remuneração de capitais de terceiros:					
Juros		141.531	234.553	50.103	88.222
Aluguéis		171	498	2	99
Outros		11.923	5.198	7.611	2.033
Prejuízo do período		(129.533)	(222.939)	(129.533)	(222.939)
VALOR ADICIONADO TOTAL DISTRIBUÍDO		56.151	41.449	(66.852)	(120.258)

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias consolidadas e individuais.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Em 30 de setembro de 2021 e 2020

Valores expressos em milhares de Reais

### 1. Informações gerais

A Renova Energia S.A. – em recuperação judicial (“Renova”, “Companhia” ou “Controladora”), sociedade de capital aberto, CNPJ 08.534.605/0001-74, tem suas ações negociadas no nível 2 de Governança Corporativa da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”). A Companhia é uma sociedade domiciliada no Brasil, com endereço na Av. Roque Petroni Junior, 850, 14º andar, Torre Jaceru, Jardim das Acácias - São Paulo, que atua no desenvolvimento, implantação e operação de projetos de geração de energia de fontes renováveis - eólica, pequenas centrais hidrelétricas (“PCHs”) e solar, e na comercialização de energia a atividades relacionadas.

A Companhia tem por objeto social a geração e comercialização de energia elétrica em todas as suas formas, produção de combustíveis a partir de fontes naturais e renováveis, a prestação de serviços de apoio logístico a empresas ou companhias de consultoria ambiental, a prestação de consultoria em soluções energéticas relativas à geração, comercialização, transmissão e demais negócios envolvendo energias alternativas, a prestação de serviços de engenharia, construção, logística, desenvolvimento de estudos e projetos relacionados a usinas de geração de energia em todas as suas formas e seus sistemas, bem como a sua implantação, operação, manutenção e exploração, a fabricação e comercialização de peças e equipamentos para a geração, transmissão e distribuição de energia, a atuação no mercado de geração de energia elétrica por meio de equipamentos de geração de energia solar, incluindo, mas não se limitando, a comercialização de energia gerada por fonte solar, a comercialização de equipamentos para a geração, transmissão e distribuição de energia por fonte solar, beneficiamento de polisilício, lingotes, wafers, células, painéis, módulos e inversores, a comercialização, arrendamento, aluguel ou qualquer outra forma de disponibilização de ativos de geração de energia e participação no capital social de outras sociedades.

Em 30 de setembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, a Companhia possui participação societária nas seguintes controladas diretas e indiretas, em operação e em construção (“Grupo Renova”):

PCH	Consolidação	% Participação	
		30/09/2021 e 31/12/2020	
		Direta	Indireta
Enerbras Centrais Elétricas S.A. (Holding) <sup>2</sup>	(a) Integral	100,00	-
Energética Serra da Prata S.A. <sup>2</sup>	(b) Integral na Enerbras	-	99,99
Renova PCH Ltda. - Em recuperação judicial	(c) Integral	99,99	-
Chipley SP Participações S.A. (Holding) - Em recuperação judicial	(d) Integral	99,99	-
Eólico	Consolidação	% Participação	
		30/09/2021 e 31/12/2020	
		Direta	Indireta
Alto Sertão Participações S.A. (Holding) - Em recuperação judicial <sup>1</sup>	(e) Integral	99,99	-
Diamantina Eólica Participações S.A. (Holding) - Em recuperação judicial <sup>1</sup>	(e) Integral na Alto Sertão	-	99,99
Centrais Eólicas Abil S.A. - Em recuperação judicial <sup>1</sup>	(f) Integral na Diamantina	-	99,99
Centrais Eólicas Acácia S.A. - Em recuperação judicial <sup>1</sup>	(f) Integral na Diamantina	-	99,99
Centrais Eólicas Angico S.A. - Em recuperação judicial <sup>1</sup>	(f) Integral na Diamantina	-	99,99
Centrais Eólicas Folha da Serra S.A. - Em recuperação judicial <sup>1</sup>	(f) Integral na Diamantina	-	99,99
Centrais Eólicas Jabuticaba S.A. - Em recuperação judicial <sup>1</sup>	(f) Integral na Diamantina	-	99,99
Centrais Eólicas Jacarandá do Serrado S.A. - Em recuperação judicial <sup>1</sup>	(f) Integral na Diamantina	-	99,99
Centrais Eólicas Taboquinha S.A. - Em recuperação judicial <sup>1</sup>	(f) Integral na Diamantina	-	99,99

- CONTINUA -



- CONTINUAÇÃO -

Eólico	Consolidação	% Participação	
		30/09/2021 e 31/12/2020	
		Direta	Indireta
Centrais Eólicas Tabua S.A. - Em recuperação judicial <sup>1</sup>	(f) Integral na Diamantina	-	99,99
Centrais Eólicas Vaqueta S.A. - Em recuperação judicial <sup>1</sup>	(f) Integral na Diamantina	-	99,99
Centrais Eólicas São Salvador S.A. - Em recuperação judicial <sup>1</sup>	(g) Integral na Diamantina	-	99,99
Centrais Eólicas Unha d'Anta S.A. - Em recuperação judicial <sup>1</sup>	(g) Integral na Diamantina	-	99,99
Centrais Eólicas Cedro S.A. - Em recuperação judicial <sup>1</sup>	(g) Integral na Diamantina	-	99,99
Centrais Eólicas Vellozia S.A. - Em recuperação judicial <sup>1</sup>	(g) Integral na Diamantina	-	99,99
Centrais Eólicas Angelim S.A. - Em recuperação judicial <sup>1</sup>	(g) Integral na Diamantina	-	99,99
Centrais Eólicas Facheio S.A. - Em recuperação judicial <sup>1</sup>	(g) Integral na Diamantina	-	99,99
Centrais Eólicas Sabiu S.A. - Em recuperação judicial <sup>1</sup>	(g) Integral na Diamantina	-	99,99
Centrais Eólicas Barbatimão S.A. - Em recuperação judicial <sup>1</sup>	(g) Integral na Diamantina	-	99,99
Centrais Eólicas Juazeiro S.A. - Em recuperação judicial <sup>1</sup>	(g) Integral na Diamantina	-	99,99
Centrais Eólicas Jataí S.A. - Em recuperação judicial <sup>1</sup>	(g) Integral na Diamantina	-	99,99
Centrais Eólicas Imburana Macho S.A. - Em recuperação judicial <sup>1</sup>	(g) Integral na Diamantina	-	99,99
Centrais Eólicas Amescla S.A. - Em recuperação judicial <sup>1</sup>	(g) Integral na Diamantina	-	99,99
Centrais Eólicas Umbuzeiro S.A. - Em recuperação judicial <sup>1</sup>	(g) Integral na Diamantina	-	99,99
Centrais Eólicas Pau d'Água S.A. - Em recuperação judicial <sup>1</sup>	(g) Integral na Diamantina	-	99,99
Centrais Eólicas Manineiro S.A. - Em recuperação judicial <sup>1</sup>	(g) Integral na Diamantina	-	99,99
Centrais Eólicas Botuquara S.A. - Em recuperação judicial <sup>3</sup>	(h) Integral	99,99	-
Centrais Eólicas Anísio Teixeira S.A. - Em recuperação judicial <sup>3</sup>	(h) Integral	99,99	-
Centrais Eólicas Cabeça de Frade S.A. - Em recuperação judicial <sup>3</sup>	(h) Integral	99,99	-
Centrais Eólicas Canjoão S.A. - Em recuperação judicial <sup>3</sup>	(h) Integral	99,99	-
Centrais Eólicas Carrancudo S.A. - Em recuperação judicial <sup>3</sup>	(h) Integral	99,99	-
Centrais Eólicas Conquista S.A. - Em recuperação judicial <sup>3</sup>	(h) Integral	99,99	-
Centrais Eólicas Coxilha Alta S.A. - Em recuperação judicial <sup>3</sup>	(h) Integral	99,99	-
Centrais Eólicas Ipê Amarelo S.A. - Em recuperação judicial <sup>3</sup>	(h) Integral	99,99	-
Centrais Eólicas Jequitiba S.A. - Em recuperação judicial <sup>3</sup>	(h) Integral	99,99	-
Centrais Eólicas Macambira S.A. - Em recuperação judicial <sup>3</sup>	(h) Integral	99,99	-
Centrais Eólicas Tamboril S.A. - Em recuperação judicial <sup>3</sup>	(h) Integral	99,99	-
Centrais Eólicas Tingui S.A. - Em recuperação judicial <sup>3</sup>	(h) Integral	99,99	-
Centrais Eólicas Alcacuz S.A. - Em recuperação judicial <sup>3</sup>	(h) Integral	99,99	-
Centrais Eólicas Calíandra S.A. - Em recuperação judicial <sup>3</sup>	(h) Integral	99,99	-
Centrais Eólicas Cansação S.A. - Em recuperação judicial <sup>3</sup>	(h) Integral	99,99	-
Centrais Eólicas Embiruçu S.A. - Em recuperação judicial <sup>3</sup>	(h) Integral	99,99	-
Centrais Eólicas Ico S.A. - Em recuperação judicial <sup>3</sup>	(h) Integral	99,99	-
Centrais Eólicas Imburana de Cabão S.A. - Em recuperação judicial <sup>3</sup>	(h) Integral	99,99	-
Centrais Eólicas Lençóis S.A. - Em recuperação judicial <sup>3</sup>	(h) Integral	99,99	-
Centrais Eólicas Putumaju S.A. - Em recuperação judicial <sup>3</sup>	(h) Integral	99,99	-
Azalea Participações S.A. <sup>4</sup>	(h) Integral na Fase B	99,99	-
Centrais Elétricas Itaparica S.A. - Em recuperação judicial <sup>1</sup>	(h) Integral	99,99	-
Centrais Eólicas Itapuã VII LTDA. - Em recuperação judicial <sup>1</sup>	(i) Integral	99,99	-
Centrais Eólicas Itapuã XX LTDA. - Em recuperação judicial	(h) Integral	99,99	-
Centrais Eólicas Bela Vista XIV S.A. - Em recuperação judicial	(e) Integral	99,99	-
Ventos de São Cristóvão Energias Renováveis S.A. - Em recuperação judicial	(h) Integral na Bela Vista XIV	-	99,99
Centrais Eólicas Itapuã XV LTDA. - Em recuperação judicial	(h) Integral	99,99	-
Parque Eólico Iansã LTDA. - Em recuperação judicial	(h) Integral	99,99	-
Bahia Holding S.A. - Em recuperação judicial	(k) Integral	99,99	-
SF 120 Participações Societárias S.A. <sup>2</sup>	(k) Integral	99,99	-

- CONTINUA -

- CONTINUAÇÃO -

		% Participação	
		30/09/2021 e 31/12/2020	
		Direta	Indireta
<b>UFV (Usina Fotovoltaica)</b>			
Centrais Eólicas Itapuã IV LTDA. - Em recuperação judicial	(h) Integral	99,99	-
Centrais Eólicas Itapuã V LTDA. - Em recuperação judicial	(h) Integral	99,99	-
		% Participação	
		30/09/2021 e 31/12/2020	
		Direta	Indireta
<b>Comercialização</b>			
Renova Comercializadora de Energia S.A. - Em recuperação judicial	(j) Integral	100,00	-
		% Participação	
		30/09/2021 e 31/12/2020	
		Direta	Indireta
<b>Holding</b>			
Renovapar S.A. - Em recuperação judicial	(k) Integral	100,00	-
Espra Holding S.A.	(k) Integral	99,99	-
CMNPAR Fifty Four Participações S.A.	(k) Integral	99,99	-
SF 123 Participações Societárias S.A.	(k) Integral	99,99	-
		% Participação	
		30/09/2021 e 31/12/2020	
		Direta	Indireta
<b>PCH</b>			
Brasil PCH S.A. <sup>2</sup>	(l) Indireto pela Chipley	-	51,00

Nota 1: empresas que integram o Complexo Eólico Alto Sertão III – Fase A.

Nota 2: empresas classificadas como mantidas para venda.

Nota 3: empresas que integram o Complexo Eólico Alto Sertão III – Fase B.

Nota 4: refere-se a UPI Fase B, mencionada no plano de recuperação judicial, alienada em 05 de abril de 2021.

- (a) Enerbras Centrais Elétricas S.A. (“Enerbras”), controlada direta, é uma sociedade por ações de capital fechado, sediada no Estado da Bahia, que tem por objeto social exclusivo participar no capital social da Energética Serra da Prata S.A. (“Espra”).
- (b) Espra, controlada indireta, é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem por objeto social exclusivo a geração e comercialização de energia elétrica do Complexo Hidrelétrico Serra da Prata, composto pelas PCHs Cachoeira da Lixa, Colino I e Colino II, localizadas no Estado da Bahia. Em regime de autorização, tem toda a sua produção contratada com a Centrais Elétricas Brasileiras (“Eletrobras”), no âmbito do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (“PROINFA”) e entrou em operação em 2008.
- (c) Renova PCH Ltda. – Em recuperação judicial (“Renova PCH”), controlada direta, tem por objeto social a construção, implantação, operação e manutenção e geração de energia elétrica por meio de fonte hídrica.
- (d) Chipley SP Participações S.A. – Em recuperação judicial (“Chipley”) é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem por objeto social principal a participação em outras sociedades empresariais, como sócia, acionista ou quotista, podendo ainda participar de consórcios, e a exploração, direta ou indireta, conforme o caso, de serviços de energia elétrica, compreendendo os sistemas de geração, bem como de outros serviços correlatos.
- (e) Sociedades por ações de capital fechado, sediadas no Estado de São Paulo e na Bahia, que tem por objeto social principal a participação em outras sociedades que atuem, direta ou indiretamente na área de geração de energia elétrica por fonte eólica.
- (f) Sociedades por ações de capital fechado, que têm por objeto social projetar, implantar, operar e explorar

parque eólico específico, localizado no Estado da Bahia. Em regime de autorização, têm toda a sua produção contratada com a CCEE, no âmbito do Leilão de Energia de Reserva – 2013 (“LER 2013”) – vide nota 1.1.

- (g) Controladas diretas e indiretas têm por objeto social projetar, implantar, operar e explorar parque eólico específico, localizado no Estado da Bahia. Em regime de autorização, terá toda a sua produção comercializada no mercado livre.
- (h) Controladas diretas têm por objeto social a construção, implantação, operação e manutenção e geração de energia elétrica por meio de fonte eólica.
- (i) Controlada direta tem por objeto social projetar, implantar, operar e explorar usinas de geração de energia elétrica oriundas de fontes eólicas e solar, localizadas no Estado da Bahia. Em regime de autorização, têm toda a sua produção contratada com a CCEE, no âmbito do Leilão de Energia de Reserva – 2014 (“LER 2014”) – vide nota 1.1.
- (j) Renova Comercializadora de Energia S.A. – Em recuperação judicial (“Renova Comercializadora”), controlada direta, subsidiária integral, tem por objeto social principal a comercialização de energia elétrica em todas as suas formas.
- (k) Controladas diretas têm por objeto social principal a participação em outras sociedades que atuem, direta ou indiretamente, na área de geração e comercialização de energia elétrica em todas as suas formas.
- (l) Brasil PCH S.A. (“Brasil PCH”) é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem por objeto social a participação em outras sociedades empresariais, como sócia, acionista ou quotista, podendo ainda participar em atividades relacionadas à administração, à construção, ao planejamento, à operação, à manutenção e ao desenvolvimento de projetos de geração de energia elétrica renovável por meio de PCHs.

## **1.1 Operação comercial dos parques eólicos do LER 2013 e LER 2014**

Os contratos de Energia de Reserva estabelecem que os parques eólicos deveriam entrar em operação comercial em 1º de setembro de 2015 (LER 2013) e 1º de outubro de 2017 (LER 2014), sendo que, após o longo tempo de paralisação e atrasos, a Companhia retomou as obras de conclusão dos parques eólicos, cuja conclusão integral está prevista para ocorrer entre dezembro de 2021 e junho de 2022. Conforme contratos, o efetivo pagamento da receita fixa está condicionado à entrada em operação comercial dos parques, devendo os recursos financeiros associados a esse pagamento ficarem retidos na CONER (conta de energia de reserva) os quais serão considerados quando da apuração das diferenças entre a energia gerada e a contratada (vide Nota 16).

Adicionalmente, em 28 de setembro de 2021, a Diretoria da Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), decidiu (i) conhecer e, no mérito, dar provimento ao Recurso Administrativo interposto pela Companhia em face dos Termos de Intimação nº 25/2019 a nº 50/2019, lavrados pela Superintendência de Fiscalização dos Serviços de Geração – SFG, referentes ao Complexo Eólico Alto Sertão III - Fase A, no sentido de arquivar os referidos Termos de Intimação; (ii) afastar a aplicação do inciso IV da Subcláusula 12.1 do Contrato de Energia de Reserva – CER para os parques eólicos Mulungu, Pau Santo e Quina, vencedoras do LER 2014; (iii) afastar a aplicação da penalidade de suspensão temporária do direito de contratar ou participar de licitações promovidas pela ANEEL pela Companhia referente às usinas do Complexo Alto Sertão III - Fase A; (iv) determinar à SFG nova análise para avaliação da aplicação das penalidades previstas nos Editais do LER 2013 e LER 2014, em decorrência do atraso na conclusão dos projetos, de responsabilidade da Companhia; e (v) determinar à Superintendência de Concessões e Autorizações da Geração – SCG que avalie a vigência das Garantias de Fiel Cumprimento das usinas em atendimento aos Editais do 5º LER 2013 e 6º LER 2014 e ao art. 13 da Resolução Normativa nº 876/2020.

## 1.2 Venda de ativos

### 1.2.1 UPI Fase B

Em 11 de fevereiro de 2021, a Companhia realizou o processo competitivo para a alienação da UPI Fase B prevista nos planos de recuperação judicial do Grupo Renova, no qual o PSS Principal Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (“PSS”), gerido pela Prisma Capital Ltda., sagrou-se vencedor com a oferta no valor de R\$58.386.

Conforme Fato Relevante, em 05 de abril de 2021 a Companhia concluiu a venda da UPI Fase B, nos termos previstos no Edital da referida UPI e nos planos de recuperação judicial do Grupo Renova. Inicialmente, a operação transferiu à sociedade Ventos Altos Energias Renováveis Ltda., subsidiária do PSS, determinados ativos e direitos do Complexo Eólico Alto Sertão III - Fase B pelo valor de R\$ 50.730, após ajustes pré-fechamentos que reduziu a capacidade instalada dos ativos transferidos de 408MW para 355,2MW, em decorrência da não transferência de determinados direitos. Após transferência dos direitos remanescentes o valor da operação foi ajustado para R\$59.807, assim a Companhia recebeu um valor complementar de R\$9.077.

Abaixo demonstramos o valor do ganho em toda a operação sem considerar os efeitos tributários:

<u>Descrição</u>	<u>Valor</u>
Valor da venda	59.807
Custo do investimento <sup>(a)</sup>	(58.380)
Perda na alienação	<u>1.427</u>

### 1.2.2 UPI Brasil PCH

Em 20 de julho de 2021, o Conselho de Administração da Companhia aprovou, a aceitação da proposta vinculante apresentada pela Mubadala Consultoria Financeira e Gestora de Recursos LTDA. (“Mubadala Consultoria”), subsidiária indireta da Mubadala Capital LLC e detida indiretamente pela Mubadala Investment Company PJSC, para a aquisição da totalidade das ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal de emissão da Brasil PCH S.A. de titularidade do Grupo Renova, pelo valor de R\$ 1.100.000, na condição de primeiro proponente (*Stalking Horse*) e com direito de igualar a oferta de terceiros interessados em tal aquisição, sujeito a condições precedentes usuais, incluindo o atendimento das disposições previstas no Plano de Recuperação Judicial do Grupo Renova.

Em 04 de agosto de 2021, a Administradora Judicial declarou a SF 369 Participações Societárias S.A. (“SF 369”), subsidiária do Mubadala Consultoria, como vencedora do Leilão, tendo em vista a ausência de manifestação de interessados no Leilão até o dia 01 de agosto de 2021, tendo o Juízo da Recuperação Judicial homologado esse resultado do Leilão em 05 de agosto de 2021.

Em 14 de setembro de 2021 as acionistas da Brasil PCH S.A., BSB Energética S.A e Eletroriver S.A., optaram por exercer o direito de preferência para adquirir a totalidade das ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal de emissão da Brasil PCH S.A de titularidade do Grupo Renova, nas mesmas condições previstas na oferta realizada pelo Primeiro Proponente, a SF 369 Participações Societárias S.A. (subsidiária do Mubadala Consultoria Financeira e Gestora de Recursos LTDA.), o qual havia sido declarada como vencedora do Procedimento Competitivo para aquisição da UPI Brasil PCH prevista no Plano de Recuperação Judicial das Sociedades Consolidadas do Grupo Renova. O referido exercício ocorre em estrita observância das regras, procedimentos, direitos e deveres das partes no Acordo de Acionistas Brasil PCH.

A alienação da UPI Brasil PCH se realizará pelo valor de R\$ 1.100.000 para a transferência da totalidade das ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal de emissão da Brasil PCH S.A de titularidade do Grupo Renova, com



condições precedentes usuais a transações dessa natureza, observando os direitos previstos no Contrato anteriormente celebrado com do Primeiro Proponente.

### 1.2.3 UPI Enerbras

Em 17 de setembro de 2021, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a aceitação da proposta vinculante apresentada pelo Vinci Energia Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura (“Vinci Energia”) por meio de sua investida V2I Energia S.A., tendo como gestora a Vinci Infraestrutura Gestora de Recursos Ltda (“Vinci”) para a aquisição da totalidade das ações ordinárias e preferências, escriturais e sem valor nominal de emissão da Enerbras e indiretamente da Espira, pelo valor de R\$ 265.800, na condição de primeiro proponente (*Stalking Horse*) e com direito de igualar a oferta de terceiros interessados em tal aquisição, sujeito a condições precedentes usuais, incluindo o atendimento das disposições previstas no Plano de Recuperação Judicial das Sociedades Consolidadas do Grupo Renova e a realização de um processo competitivo para a alienação da UPI Enerbras, no âmbito do Processo de Recuperação Judicial. O valor ofertado é maior que o previsto no Plano de Recuperação Judicial.

### 1.2.4 Complexo Eólico Alto Sertão II (LER 2010 e LEN 2011 (A-3))

Em 3 de agosto de 2017, a Companhia concluiu a venda para a AES Tietê Energia S.A. (“AES”) da totalidade das ações da Nova Energia S.A. detentora, por meio da Renova Eólica Participações S.A., do Complexo Eólico Alto Sertão II. O valor base da transação foi de R\$600.000 ajustado por determinadas variações de capital de giro e dívida líquida do Complexo Eólico Alto Sertão II e poderá sofrer acréscimo de até R\$100.000 sob a forma de *earn out*, condicionado ao desempenho do Complexo, apurado após o período de 5 anos contados da data do fechamento da operação.

A AES mantém garantia no valor total de R\$14.856 (*Earn-Out*), atualizados a 100% do CDI, que poderá ser paga à Companhia.

Em março de 2019, o Consorcio MGT, prestador de serviço dos parques do Complexo Eólico Alto Sertão II, ingressou com medida judicial para cobrança da sentença arbitral parcial, no valor de R\$34.103 e em 8 de abril de 2020 sobreveio a sentença arbitral final, liquidando a condenação de mérito adicional em valor de R\$43.391. A referida sentença transitou em julgado apenas em 1º de junho de 2020 com prazo de 30 dias para pagamento. Diante da ausência de consenso sobre a concursalidade de tal crédito à recuperação judicial e a liberação das garantias para pagamento da condenação, a AES ingressou com medida cautelar pré-arbitral, obtendo em 22 de junho de 2020 liminar para liberação das *escrows accounts* no montante de R\$ 43.391 mediante oferecimento de seguro garantia judicial em valor equivalente, sem o acréscimo de 30%. Atualmente, discute-se nos autos da recuperação judicial e em procedimento arbitral específico, se tal crédito da AES estaria sujeito ou não ao concurso de credores da recuperação judicial e se tal seguro garantia atende aos requisitos contratuais e legais. Enquanto não há decisão definitiva sobre o tema a Companhia entendeu por reconhecer um passivo com a AES, que será quitado futuramente seja por meio do plano de recuperação judicial, em caso de concursalidade, seja por outros meios, inclusive um possível encontro de contas contra créditos futuros (e.g *earn out*), em caso de não sujeição de tal crédito ao plano de recuperação judicial.

## 1.3 Recuperação judicial

Em 16 de outubro de 2019 a Companhia e determinadas controladas protocolaram pedido de Recuperação Judicial, na Comarca da Capital de São Paulo, com fundamento na Lei nº 11.101/2005 (Processo no. 1103257-54.2019.8.26.0100 perante a 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca da Capital de São Paulo), o qual foi deferido nessa mesma data.

Inicialmente, a Companhia apresentou um único plano consolidando todas as empresas recuperandas. No decorrer das negociações esse plano foi desmembrado em dois, sendo um plano referente exclusivamente às Sociedades do

Projeto Alto Sertão III – Fase A vinculadas ao financiamento originalmente obtido junto ao BNDES e um segundo plano contemplando a Companhia e as demais Sociedades em recuperação judicial do Grupo Renova, com o objetivo de buscar uma estrutura de recuperação que possibilite atender melhor aos interesses de credores e recuperandas.

Em 18 de dezembro de 2020 a Companhia e determinadas controladas protocolaram novos planos de recuperação judicial, os quais foram aprovados em Assembleias Gerais de Credores realizada nessa mesma data.

Os referidos planos foram homologados pelo Juízo da Recuperação judicial em 18 de dezembro de 2020, tendo a decisão sido publicada no Diário da Justiça Eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo em 14 de janeiro de 2021. De acordo com o entendimento da Administração, suportado inclusive pelos seus assessores jurídicos que acompanham o tema, a Companhia reconheceu os efeitos contábeis do Plano de Recuperação Judicial no exercício de 2020 considerando a data da aprovação pela Assembleia Geral de Credores e homologação do pelo Juízo.

Para a recuperação da saúde financeira da Companhia e das controladas, os planos preveem:

- i) a captação do empréstimo ponte na modalidade *Debtor in Possession* (“DIP”) para finalização das obras do Complexo Eólico Alto Sertão III – Fase A. Ação iniciada em 17 de dezembro de 2020 com a formalização da contratação do DIP pela controlada Chipley e coobrigações da Companhia e da Renova Participações S.A. - em Recuperação Judicial, por meio de uma Cédula de Crédito Bancário emitida em favor da QI Sociedade de Crédito Ltda., estruturada pela Quadra Gestão de Recursos Ltda (“Quadra Capital”), no valor de R\$ 350.000, cujo recurso foi recebido em 05 de março de 2021;
- ii) alienação de ativos para adequar a estrutura de capital da Companhia. Os planos preveem a alienação de a) 51% das ações representativas do capital social da Brasil PCH detidas pela controlada Chipley (“UPI Brasil PCH”) (nota 1.2.2) b) 100% das ações representativas do capital social da controlada SF 120 (“UPI Mina de Ouro”), c) 100% das ações representativas do capital social da controlada Enerbras (“UPI Enerbras”) (nota 1.2.3), d) UPI AS III Fase B que engloba os projetos de geração de energia atualmente sob a titularidade das empresas que compõem o Alto Sertão III – Fase B (nota 1.2.1) e e) outros projetos em desenvolvimento;
- iii) negociação dos passivos para alinhar a capacidade de pagamento das dívidas à geração de recursos; e
- iv) conclusão dos parques do Complexo Eólico Alto Sertão III – Fase A, gerando empregos, energia e assegurando a continuidade da Companhia.

Os passivos do Grupo Renova negociados no âmbito da recuperação judicial foram segregados em quatro classes. O quadro abaixo demonstra a posição atualizada dos credores em 30 de setembro de 2021. Foram realizados pagamentos no montante de R\$444.868, destes R\$387.557 na forma de conversão em ações da Companhia.

Classes	Saldo em 31/12/2020	Créditos habilitados	Reclassificação entre classes	Pagamentos realizados	Crédito convertido em ação	Juros/ Encargos	Saldo em 30/09/2021
Classe I - credores trabalhistas	20.109	(717)	10	(539)	-	76	18.939
Classe II - credores com garantia real	1.052.063	-	-	(14.858)	-	26.221	1.063.426
Classe III - credores quirografários	877.732	2.368	(10)	(4.261)	(387.556)	8.281	496.554
Classe IV - credores microempresas e empresas de pequeno porte	3.993	-	-	(556)	-	83	3.520
<b>Total</b>	<b>1.953.897</b>	<b>1.651</b>	<b>-</b>	<b>(20.214)</b>	<b>(387.556)</b>	<b>34.661</b>	<b>1.582.439</b>

Classes	Saldo aprovado no plano de recuperação judicial	Pagamentos realizados	Juros/Encargos	Saldo em 31/12/2020
Classe I - credores trabalhistas	20.109	-	-	20.109
Classe II - credores com garantia real	1.023.329	(10.000)	38.734	1.052.063
Classe III - credores quirografários	876.019	-	1.713	877.732
Classe IV - credores microempresas e empresas de pequeno porte	3.993	-	-	3.993
<b>Total</b>	<b>1.923.450</b>	<b>(10.000)</b>	<b>40.447</b>	<b>1.953.897</b>

A Classe I contempla os credores trabalhistas cujos pagamentos ocorrerão da seguinte forma:

- a) Créditos trabalhistas de natureza estritamente salarial até o limite de 5 salários-mínimos com prazo de pagamento de 30 dias após a homologação do plano (pagamentos efetivados).
- b) Valor adicional de até R\$10 para cada credor trabalhista limitado ao valor do respectivo crédito em até 60 dias da data de homologação do plano (pagamentos efetivados).
- c) O pagamento do saldo remanescente será realizado por meio de uma das duas opções abaixo:
  - i. Opção A: pagamento de 100% do valor do saldo remanescente em até 12 meses reajustado por taxa equivalente a 0,5% ao ano acrescida da variação da TR.
  - ii. Opção B: pagamento de 100% do valor do saldo remanescente em até 18 meses após um período de carência de 6 meses da data de homologação, reajustado pelo equivalente a 120% da variação do CDI.

Os credores trabalhistas terão 120 dias da data da publicação do plano para escolha da forma de pagamento, caso contrário, serão automaticamente enquadrados na opção A.

No que se refere ao pagamento do saldo remanescente da Classe I, a Companhia interpôs recurso especial, com pedido de efeito suspensivo, contraparte da decisão homologatória que afastou o disposto nas cláusulas 8.2.1.3 dos Planos de Recuperação Judicial e limitou o marco final de pagamento dessa classe ao dia 08 de maio de 2021. Em 06 de maio de 2021, foi concedido o efeito suspensivo contra a citada decisão homologatória. A Companhia insiste na manutenção das referidas cláusulas, que desloca o marco final de pagamento para 18 de dezembro de 2021.

A Classe II contempla o credor com garantia real. Nessa classe os credores serão remunerados pelo equivalente a 100% do CDI a partir da data do pedido de recuperação judicial. Durante período de carência, primeiros 24 meses a contar da data da publicação do plano, serão realizados pagamentos semestrais de R\$100 a ser distribuído de forma *pro rata* entre os credores dessa classe. Eventuais saldos de juros não cobertos pelos pagamentos semestrais serão capitalizados semestralmente ao principal. O principal será pago em 18 parcelas semestrais sucessivas, vencendo-se a primeira no mês imediatamente seguinte ao término da carência de principal e as demais a cada seis meses de acordo com as porcentagens de amortização abaixo:

Ano	1ª parcela semestral	2ª parcela semestral	Ano	1ª parcela semestral	2ª parcela semestral
Ano 3	2,5%	2,5%	Ano 8	5,0%	5,0%
Ano 4	2,5%	2,5%	Ano 9	5,0%	5,0%
Ano 5	2,5%	2,5%	Ano 10	5,0%	16,0%
Ano 6	2,5%	2,5%	Ano 11	16,0%	18,0%
Ano 7	2,5%	2,5%			

Conforme previsto na cláusula 10.7.4 do Plano, em 21 de dezembro de 2020 a Companhia amortizou R\$10.000 do saldo devido ao BNDES. Em 2021, com a alienação da UPI Fase B, a Companhia amortizou o montante de R\$7.942.

A Classe III é composta pelos credores quirografários que serão pagos da seguinte forma:

- Pagamentos iniciais no montante de até R\$ 2 será pago a cada credor quirografário, limitado ao valor do respectivo crédito, sendo R\$ 1 em até 90 dias e mais R\$ 1 em até 180 dias a contar da data da publicação sem a incidência de correção monetária e juros (pagamentos efetivados).
- O saldo remanescente será reajustado pelo equivalente a 0,5% a.a. acrescido da variação da TR, a partir da data do pedido de recuperação judicial.
- Durante os primeiros 24 meses, serão realizados pagamentos semestrais de R\$ 100 a ser distribuído de forma pro rata entre os credores quirografários na proporção dos seus respectivos créditos, iniciando-se a partir de 6 meses da data da publicação. Eventuais saldos de juros não cobertos pelos pagamentos semestrais serão capitalizados semestralmente ao principal. Após esse período, o saldo de juros passará a ser pago em parcelas semestrais, juntamente com as parcelas de principal.
- O principal será pago em 24 parcelas semestrais sucessivas, vencendo-se a primeira no mês imediatamente seguinte ao término da carência de principal, e as demais a cada 6 (seis) meses, de acordo com as porcentagens de amortização abaixo:

Ano	1ª parcela semestral	2ª parcela semestral	Ano	1ª parcela semestral	2ª parcela semestral
Ano 3	2,5%	2,5%	Ano 9	2,5%	5,0%
Ano 4	2,5%	2,5%	Ano 10	5,0%	5,0%
Ano 5	2,5%	2,5%	Ano 11	5,0%	5,0%
Ano 6	2,5%	2,5%	Ano 12	5,0%	5,0%
Ano 7	2,5%	2,5%	Ano 13	5,0%	5,0%
Ano 8	2,5%	2,5%	Ano 14	10,0%	12,5%

Os credores essenciais fundiários serão pagos da seguinte forma:

- Pagamentos iniciais no montante de até R\$ 2 será pago a cada credor essencial fundiário, limitado ao valor do respectivo crédito, sendo R\$ 1 em até 90 dias e mais R\$ 1 em até 180 dias a contar da data da publicação sem a incidência de correção monetária e juros (pagamentos efetivados).
- O saldo remanescente será reajustado pelo equivalente a 0,5% a.a. acrescido da variação da TR, a partir da data do pedido de recuperação judicial.
- Os juros sobre o saldo devedor, capitalizados anualmente, serão pagos em parcelas trimestrais após o fim do período de carência de juros de três meses a contar da data de publicação.
- O principal será pago em 12 (doze) parcelas trimestrais, vencendo-se a primeira no mês imediatamente seguinte ao término da carência de principal, e as demais a cada três meses.

Os credores seguradoras parceiras receberão o pagamento integral dos seus créditos concursais, conforme indicado na lista de credores, em moeda corrente nacional creditada na conta bancária de sua titularidade informada nos





autos da recuperação judicial, em até 3 anos da data de renovação da respectiva apólice de seguro ou assinatura de nova apólice de seguro.

A Classe IV é composta por credores microempresas e empresas de pequeno porte que receberam o pagamento inicial no montante de até R\$ 20 por credor, em parcela única e limitado ao seu crédito, em até 90 dias a contar da data da publicação (pagamentos efetivados). O saldo remanescente será pago em até 12 meses com a correção de 100% do CDI.

A íntegra dos Planos de Recuperação Judicial aprovados, a ata da Assembleia Geral de Credores, bem como todas as informações referentes ao processo de recuperação judicial da Companhia estão disponíveis no website da CVM ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)) e de relações com investidores (<http://ri.renovaenergia.com.br>). As informações acima resumidas devem ser lidas em conjunto com os Planos de recuperação judicial propriamente dito.

## 1.4 Continuidade operacional

No semestre findo em 30 de setembro de 2021, a Companhia apresentou prejuízo de R\$129.533, possui prejuízos acumulados de R\$4.123.720, patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto) de R\$828.222, e passivos circulantes (controladora) em excesso aos ativos circulantes (controladora) no montante de R\$233.814. No consolidado a Companhia apresenta capital circulante líquido positivo em R\$356.750.

O resultado do período findo em 30 de setembro de 2021 deve-se, principalmente a: (i) resultado financeiro negativo (despesa financeira) consolidado, no montante de R\$145.395 que está impactado principalmente pelo reconhecimento de juros relacionados aos empréstimos e financiamentos, operações com partes relacionadas e fornecedores, (ii) resultado positivo de equivalência patrimonial, no valor de R\$107.888, (iii) multa sobre ressarcimento dos contratos de venda de energia (LER 2013 e LER 2014) no montante de R\$29.934, (iv) penalidades aplicadas por insuficiência de lastro dos parques do LER 2013 e LER 2014, no montante de R\$10.211 e (v) sobre repêrdas nas operações realizadas no âmbito dos contratos de compra e venda de energia elétrica da controlada Renova Comercializadora, no montante R\$6.412.

O plano de recuperação judicial, permitiu a celebração de acordos para equacionar o passivo do grupo, com a repactuação das taxas de juros e alongando dos prazos para quitação da dívida. Ainda em linha com o seu plano i) em 05 de março de 2021 a Companhia recebeu o montante de R\$362.465 referente ao empréstimo DIP assinado em 17 de dezembro de 2020 ii) com recursos em caixa, a Companhia deu andamento a contratação dos fornecedores e retomou a obra dos parques do Alto Sertão III, iii) em 05 de abril de 2021, a Companhia concluiu a venda das ações da UPI Fase B (Azalea), no montante posteriormente ajustado de R\$ 59.807, reforçando o caixa para cumprimento do plano, iv) foram contratados assessores para conduzir o processo de vendas dos ativos mencionados na Nota 1.3 junto a potenciais interessados, e v) redução do passivo da Companhia mediante a capitalização de créditos com terceiros, no montante de R\$387.556 (notas 20).

A recuperação judicial faz parte da reestruturação da Companhia e de suas controladas e tem por objetivo recuperar a saúde financeira da Companhia e das controladas, em como preparar uma base sólida para os próximos anos, com foco na rentabilidade dos negócios do Grupo Renova. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto da continuidade.

## 1.5 COVID-19 – Coronavírus - Impactos para a Companhia

A pandemia do COVID-19 impactou negativamente os diversos setores da economia, e consequentemente, a demanda por energia no Brasil, e continua a representar um obstáculo à retomada mais forte da atividade econômica.

As empresas operacionais da Companhia, Espira e Brasil PCH, possuem contratos PROINFA (no ambiente regulado), não houve nenhum impacto nas suas operações e nem no seu contrato com a Eletrobrás. Ademais, a Companhia retomou a construção dos seus parques eólicos que gerarão energia para atender ao mercado livre e regulado até o segundo semestre de 2022.

Para fins de elaboração das informações contábeis intermediárias referente ao período findo em 30 de setembro de 2021, a administração da Companhia revisou suas atividades e projeções, de forma a identificar os possíveis impactos do COVID-19 nas suas atividades. Foram analisados temas como: i) variação de indicadores macroeconômicos, e ii) redução ao valor recuperável de ativos não financeiros.

Dentro deste cenário a Companhia não tem expectativa de impactos da COVID-19 no processo de recuperação judicial, em especial na alienação de ativos e conclusão dos parques eólicos. No período findo em 30 de setembro de 2021 e até a data da emissão dessas informações contábeis intermediárias não foram observados efeitos relevantes decorrentes do COVID-19 nas operações da Companhia e suas controladas.

De forma geral, a Companhia implementou uma série de medidas de precaução para que seus colaboradores, clientes, fornecedores e demais públicos não se exponham a situações de risco, tais como: criação de protocolos de prevenção, restrição de viagem nacionais e internacionais, utilização de meios de comunicação remota, home office etc.

## **2. Principais políticas contábeis**

### **2.1 Declaração de conformidade**

As Informações Contábeis Intermediárias individuais e consolidadas, identificadas como “Controladora” e “Consolidado”, respectivamente, foram elaboradas e preparadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e de acordo com a Norma Internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting emitida pelo International Accounting Standards Board* – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as Normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR).

Estas Informações Contábeis Intermediárias individuais e consolidadas foram elaboradas seguindo princípios, práticas e critérios consistentes com aqueles adotados na elaboração das demonstrações financeiras anuais de 31 de dezembro de 2020, aprovadas pelo Conselho de Administração em 30 de março de 2021.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

### **2.2 Aprovação das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas**

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, as quais estão expressas em milhares de reais, arredondadas ao milhar mais próximo, exceto quando indicado, foram aprovadas para arquivamento na CVM pelo Conselho de Administração em 11 de novembro de 2021.

### **2.3 Bases de consolidação e investimentos em controladas**

Foram consolidadas as informações contábeis intermediárias das controladas mencionadas na Nota 1. Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as empresas do Grupo Renova são eliminados integralmente nas



informações contábeis intermediárias. Ativos operacionais alienados são consolidados no resultado até a data da sua alienação.

Os critérios contábeis adotados na apuração das informações das controladas foram aplicados uniformemente. As principais práticas de consolidação adotadas foram:

- eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre empresas consolidadas;
- eliminação das participações no capital, reservas e lucros (prejuízos) acumulados das empresas consolidadas;
- eliminação dos saldos de receitas e despesas decorrentes de negócios entre as empresas.

### 3. Das autorizações vigentes

#### 3.1 Mercado regulado (ACR)

<u>PCH</u>	<u>Ref. Contrato</u>	<u>Resolução</u> <u>ANEEL</u>	<u>Data da</u> <u>resolução</u>	<u>Prazo da</u> <u>autorização</u>	<u>Capacidade de</u> <u>produção</u> <u>instalada*</u>
Cachoeira da Lixa	PROINFA	697	24/12/2003	30 anos	14,80 MW
Colino 2	PROINFA	695	24/12/2003	30 anos	16,00 MW
Colino 1	PROINFA	703	24/12/2003	30 anos	11,00 MW
<u>Eólico</u>					
Centrais Eólicas Abil S.A. - Em recuperação judicial	LER 05/2013	109	19/03/2014	35 anos	23,70 MW
Centrais Eólicas Acácia S.A. - Em recuperação judicial	LER 05/2013	123	24/03/2014	35 anos	16,20 MW
Centrais Eólicas Angico S.A. - Em recuperação judicial	LER 05/2013	111	19/03/2014	35 anos	8,10 MW
Centrais Eólicas Folha da Serra S.A. - Em recuperação judicial	LER 05/2013	115	19/03/2014	35 anos	21,00 MW
Centrais Eólicas Jabuticaba S.A. - Em recuperação judicial	LER 05/2013	113	19/03/2014	35 anos	9,00 MW
Centrais Eólicas Jacaranda do Serrado S.A. - Em recuperação judicial	LER 05/2013	116	19/03/2014	35 anos	21,00 MW
Centrais Eólicas Taboquinha S.A. - Em recuperação judicial	LER 05/2013	114	19/03/2014	35 anos	21,60 MW
Centrais Eólicas Tabua S.A. - Em recuperação judicial	LER 05/2013	110	19/03/2014	35 anos	15,00 MW
Centrais Eólicas Vaqueta S.A. - Em recuperação judicial	LER 05/2013	132	28/03/2014	35 anos	23,40 MW
Centrais Eólicas Itapuã VII Ltda. (EOL Mulungu) - Em recuperação judicial	LER 08/2014	241	01/06/2015	35 anos	13,50 MW
Centrais Eólicas Itapuã VII Ltda. (EOL Quina) - Em recuperação judicial	LER 08/2014	242	01/06/2015	35 anos	10,80 MW
Centrais Eólicas Itapuã VII Ltda. (EOL Pau Santo) - Em recuperação judicial	LER 08/2014	285	25/06/2015	35 anos	18,90 MW

(\*) Informações não revisadas pelos auditores independentes.

### 3.2 Mercado livre (ACL)

<u>Eólico</u>	<u>Ref. Contrato</u>	<u>Resolução ANEEL</u>	<u>Data da resolução</u>	<u>Prazo da autorização</u>	<u>Capacidade de produção instalada*</u>
Centrais Eólicas Amescla S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light I)	5099	26/03/2015	30 anos	13,50 MW
Centrais Eólicas Angelim S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light I)	5092	26/03/2015	30 anos	21,60 MW
Centrais Eólicas Barbatimão S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light I)	5093	26/03/2015	30 anos	16,20 MW
Centrais Eólicas Facheiro S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light I)	5098	26/03/2015	30 anos	16,50 MW
Centrais Eólicas Imburana Macho S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light I)	5085	26/03/2015	30 anos	16,20 MW
Centrais Eólicas Jataí S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light I)	5081	26/03/2015	30 anos	16,20 MW
Centrais Eólicas Juazeiro S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light I)	5088	26/03/2015	30 anos	18,90 MW
Centrais Eólicas Sabiu S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light I)	5084	26/03/2015	30 anos	13,50 MW
Centrais Eólicas Umbuzeiro S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light I)	5091	26/03/2015	30 anos	18,90 MW
Centrais Eólicas Vellozia S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light I)	5087	26/03/2015	30 anos	16,50 MW
Centrais Eólicas Cedro S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light I)	5496	01/10/2015	30 anos	12,00 MW
Centrais Eólicas Manineiro S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light I)	5125	01/04/2015	30 anos	14,40 MW
Centrais Eólicas Pau D'Água S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light I)	5126	01/04/2015	30 anos	18,00 MW
Centrais Eólicas São Salvador S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light I)	162	22/05/2013	35 anos	18,90 MW
Centrais Eólicas Anísio Teixeira S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light II) <sup>(1)</sup>	5094	26/03/2015	30 anos	13,50 MW
Centrais Eólicas Cabeça de Frade S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light II) <sup>(1)</sup>	5090	26/03/2015	30 anos	5,70 MW
Centrais Eólicas Botuquara Ltda. - Em recuperação judicial	ACL (Light II) <sup>(1)</sup>	5101	26/03/2015	30 anos	21,60 MW
Centrais Eólicas Canjoão S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light II) <sup>(1)</sup>	5086	26/03/2015	30 anos	6,00 MW
Centrais Eólicas Carrancudo S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light II) <sup>(1)</sup>	5089	26/03/2015	30 anos	18,90 MW
Centrais Eólicas Conquista Ltda. - Em recuperação judicial	ACL (Light II) <sup>(1)</sup>	5102	26/03/2015	30 anos	24,30 MW
Centrais Eólicas Coxilha Alta Ltda. - Em recuperação judicial	ACL (Light II) <sup>(1)</sup>	5170	27/04/2015	30 anos	19,20 MW
Centrais Eólicas Ipê Amarelo S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light II) <sup>(1)</sup>	5097	26/03/2015	30 anos	18,00 MW
Centrais Eólicas Jequitibá S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light II) <sup>(1)</sup>	5100	26/03/2015	30 anos	8,10 MW
Centrais Eólicas Macambira S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light II) <sup>(1)</sup>	5083	26/03/2015	30 anos	21,60 MW
Centrais Eólicas Tamboril S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light II) <sup>(1)</sup>	5095	26/03/2015	30 anos	27,00 MW
Centrais Eólicas Tingui S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light II) <sup>(1)</sup>	5082	26/03/2015	30 anos	18,90 MW
Centrais Eólicas Alcaçuz S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Mercado livre II) <sup>(1)</sup>	5118	01/04/2015	30 anos	18,90 MW
Centrais Eólicas Calianira S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Mercado livre II) <sup>(1)</sup>	5119	01/04/2015	30 anos	5,40 MW
Centrais Eólicas Embiruçu S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Mercado livre II) <sup>(1)</sup>	5121	01/04/2015	30 anos	6,00 MW
Centrais Eólicas Ico S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Mercado livre II) <sup>(1)</sup>	5122	01/04/2015	30 anos	10,80 MW
Centrais Eólicas Imburana de Cabão S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Mercado livre II) <sup>(1)</sup>	5123	01/04/2015	30 anos	20,10 MW
Centrais Eólicas Lençóis Ltda. - Em recuperação judicial	ACL (Mercado livre II) <sup>(1)</sup>	5171	27/04/2015	30 anos	10,80 MW
Centrais Eólicas Putumaju S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Mercado livre II) <sup>(1)</sup>	5127	01/04/2015	30 anos	14,70 MW
Centrais Eólicas Cansanção S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Mercado livre II) <sup>(1)</sup>	5120	01/04/2015	30 anos	14,70 MW

(\*) Informações não revisadas pelos auditores independentes.

Nota (1): As outorgas desses parques foram canceladas, conforme mencionado na Nota 17.



## 4. Comercialização de energia

### 4.1 Mercado regulado (ACR)

Companhias do Grupo	Ref. Contrato	Compradora	Valores				Prazo			
			Valor original do Contrato	Energia anual contratada (MWh)	Preço histórico MWh (R\$)	Preço atualizado MWh (R\$)	Inicial	Final	Índice de correção	Mês de reajuste
Pequenas centrais hidrelétricas:										
Cachoeira da Lixa	PROINFA	Eletrobras	168.009	65.174	121,35	418,37	mai/08	abr/28	IGP-M	junho
Colino 1	PROINFA	Eletrobras	149.297	57.903	121,35	418,37	set/08	ago/28	IGP-M	junho
Colino 2	PROINFA	Eletrobras	213.370	41.084	121,35	418,37	jul/08	jun/28	IGP-M	junho
Geração de energia eólica										
Centrais Eólicas Abil S.A. - Em recuperação judicial	LER 05/2013	CCEE	202.880	96.360	105,20	165,91	set/15	ago/35	IPCA	setembro
Centrais Eólicas Acácia S.A. - Em recuperação judicial	LER 05/2013	CCEE	137.544	60.444	113,70	179,31	set/15	ago/35	IPCA	setembro
Centrais Eólicas Angico S.A. - Em recuperação judicial	LER 05/2013	CCEE	76.101	34.164	111,30	175,53	set/15	ago/35	IPCA	setembro
Centrais Eólicas Folha da Serra S.A. - Em recuperação judicial	LER 05/2013	CCEE	176.183	84.972	103,60	163,38	set/15	ago/35	IPCA	setembro
Centrais Eólicas Jabuticaba S.A. - Em recuperação judicial	LER 05/2013	CCEE	82.350	39.420	104,38	164,17	set/15	ago/35	IPCA	setembro
Centrais Eólicas Jacaranda do Serrado S.A. - Em recuperação judicial	LER 05/2013	CCEE	173.200	83.220	103,99	163,56	set/15	ago/35	IPCA	setembro
Centrais Eólicas Taboquinha S.A. - Em recuperação judicial	LER 05/2013	CCEE	187.680	88.476	105,99	166,71	set/15	ago/35	IPCA	setembro
Centrais Eólicas Tabua S.A. - Em recuperação judicial	LER 05/2013	CCEE	135.964	64.824	104,80	164,83	set/15	ago/35	IPCA	setembro
Centrais Eólicas Vaqueta S.A. - Em recuperação judicial	LER 05/2013	CCEE	198.004	93.732	105,55	166,01	set/15	ago/35	IPCA	setembro
Centrais Eólicas Itapua VII Ltda. (EOL Mulungu) - Em recuperação judicial	LER 10/2014	CCEE	158.288	56.940	138,90	186,85	out/17	set/37	IPCA	outubro
Centrais Eólicas Itapua VII Ltda. (EOL Quina) - Em recuperação judicial	LER 10/2014	CCEE	224.038	80.592	138,90	186,85	out/17	set/37	IPCA	outubro
Centrais Eólicas Itapua VII Ltda. (EOL Pau Santo) - Em recuperação judicial	LER 10/2014	CCEE	126.630	45.552	138,90	186,85	out/17	set/37	IPCA	outubro

### 4.2 Mercado livre (ACL)

A Companhia possui contrato no mercado livre, denominado Light I, com fornecimento de energia para a LIGHTCOM e para a parte relacionada CEMIG GT que totaliza 100,2 MW médios (não revisado) de energia contratada, com vigência até agosto de 2035 (Nota 25.4).

## 5. Segmentos operacionais

A Companhia apresenta quatro segmentos reportáveis que representam suas unidades de negócios estratégicos além da execução das suas atividades administrativas. Tais unidades de negócios estratégicos oferecem diferentes fontes de energia renovável e são administradas separadamente, pois exigem diferentes tecnologias, desenvolvimentos e características operacionais. A seguir apresentamos um resumo das operações em cada um dos segmentos reportáveis da Companhia:

- PCH – Este segmento é responsável pelo desenvolvimento, implantação e operação de projetos de geração de energia de fontes hídricas. Inclui o desenvolvimento de estudos de inventários e projetos básicos e geração de energia. As PCHs se encontram em fase de operação.
- Eólico – Este segmento é responsável pelo desenvolvimento, implantação e operação de projetos de geração de energia de fontes eólicas. Inclui a medição de ventos, arrendamento de terras, implantação e geração de energia. Composto basicamente pelo Complexo Eólico Alto Sertão III.

c) Comercialização – Este segmento é responsável pela comercialização de energia em todas as suas formas e gestão dos contratos de compra e venda de energia da Companhia.

d) Administrativo – Este segmento é responsável pelas operações gerenciais e administrativas da Companhia.

As informações por segmento em 30 de setembro de 2021 e 2020 para o resultado e 30 de setembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 para ativos e passivos totais estão apresentadas a seguir:

30/09/2021					
	PCH	Eólico	Comercialização	Administrativo	Consolidado
Receita líquida	29.512	-	34.066	-	63.578
Custos não gerenciáveis	(637)	-	-	-	(637)
Margem Bruta	28.875	-	34.066	-	62.941
Custos gerenciáveis	(11.348)	(64.873)	(42.189)	(35.170)	(153.580)
Depreciações e amortizações	-	(379)	-	(1.219)	(1.598)
Resultado de equivalência patrimonial	107.888	-	-	-	107.888
Ganho na alienação de ativos	-	1.427	-	-	1.427
Receita financeira	871	5.813	423	987	8.094
Despesa financeira	(59.479)	(36.829)	(256)	(56.925)	(153.489)
Imposto de renda e contribuição social	(1.216)	-	-	-	(1.216)
Lucro líquido (prejuízo) do período	65.591	(94.841)	(7.956)	(92.327)	(129.533)

30/09/2021					
Ativos totais	779.993	1.828.963	22.192	24.754	2.655.902
Passivos totais	485.884	1.549.799	18.625	1.429.816	3.484.124

30/09/2020					
	PCH	Eólico	Comercialização	Administrativo	Consolidado
Receita líquida	35.767	-	12.905	-	48.672
Custos não gerenciáveis	(636)	-	-	-	(636)
Margem Bruta	35.131	-	12.905	-	48.036
Custos gerenciáveis	(7.592)	(51.809)	9.670	(44.587)	(94.318)
Depreciação	(4.606)	(480)	-	(4.901)	(9.987)
Redução ao valor recuperável de ativo imobilizado	-	(3.646)	-	-	(3.646)
Resultado de equivalência patrimonial	80.029	-	-	-	80.029
Receita financeira	417	40	128	(859)	(274)
Despesa financeira	(5.988)	(151.163)	(6.378)	(77.967)	(241.496)
Imposto de renda e contribuição social	(1.279)	-	(4)	-	(1.283)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	96.112	(207.058)	16.321	(128.314)	(222.939)

31/12/2020					
Ativos totais	704.077	1.527.433	48.275	17.147	2.296.932
Passivos totais	100.615	1.590.972	31.394	1.681.588	3.404.569

## 6. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

	Nota explicativa	Consolidado		Controladora	
		30/09/2021	31/12/2020	30/09/2021	31/12/2020
Caixa		21	10	4	1
Bancos conta movimento		9.836	15.678	112	10.069
Aplicações financeiras de liquidez imediata		270.313	19.136	15.882	-
Aplicações financeiras		251	36.304	251	296
		<u>280.421</u>	<u>71.128</u>	<u>16.249</u>	<u>10.366</u>
Transferência para ativos mantidos para venda:					
Caixa e equivalentes de caixa	28.2	(33.240)	(22.681)	-	-
Total		<u>247.181</u>	<u>48.447</u>	<u>16.249</u>	<u>10.366</u>
Apresentados como:					
<u>Circulante</u>					
Caixa e equivalentes de caixa		246.930	29.374	15.998	10.070
Aplicações financeiras		-	18.777	-	-
<u>Não circulante</u>					
Aplicações financeiras		251	296	251	296
Total		<u>247.181</u>	<u>48.447</u>	<u>16.249</u>	<u>10.366</u>

A Companhia possui aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a menor risco de mudança de valor e foram classificadas como equivalentes de caixa. Esses investimentos financeiros referem-se a instrumentos de renda fixa, remunerados a taxa média de 87,26% do CDI.

## 7. Contas a receber de clientes

	Nota explicativa	Consolidado	
		30/09/2021	31/12/2020
Comercialização Mercado livre		5.580	4.070
Eletrobras – ESPRA		6.591	4.395
Outros		-	150
Total		<u>12.171</u>	<u>8.615</u>
Transferência para ativos mantidos para venda	28.2	(6.591)	(4.395)
Total		<u>5.580</u>	<u>4.220</u>

Os saldos em 30 de setembro de 2021 são compostos substancialmente por valores a vencer, com prazo médio de recebimento de 30 dias, para as quais não são esperadas perdas na sua realização.

## 8. Tributos a recuperar

	Nota explicativa	Consolidado		Controladora	
		30/09/2021	31/12/2020	30/09/2021	31/12/2020
IRRF a compensar		1.187	147	160	117
Saldo negativo de IRPJ a compensar		5.880	5.294	130	-
COFINS a recuperar		8.414	5.811	-	-
PIS a recuperar		1.830	1.262	-	-
Outros impostos a compensar		173	208	102	101
		17.484	12.722	392	218
Transferência para ativos mantidos para venda	28.2	(9)	(35)	-	-
Total		17.475	12.687	392	218

Em 30 de setembro de 2021, o saldo de IRRF a compensar, decorre principalmente dos valores retidos sobre rendimentos de aplicação financeiras auferidos pelas companhias do Grupo Renova, e os saldos de PIS e COFINS a recuperar referem-se aos créditos apurados sobre as operações de compra de energia para comercialização e as despesas com TUST.

Os montantes correspondentes a saldo negativo de IRPJ, IRRF a compensar, e outros impostos a compensar serão compensados com débitos de tributos federais ao longo de 2021. Enquanto os saldos de PIS e COFINS a recuperar seguem sendo acumulados para compensação com débitos futuros.

## 9. Cauções e depósitos vinculados

Companhia	Caução	Instituição	Objeto Contratual	Consolidado	
				30/09/2021	31/12/2020
Espra	Garantia	BNB	Financiamento BNB	12.104	11.813
			Transferência para ativos mantidos para venda (nota 28.2)	(12.104)	(11.813)
			Total não circulante	-	-

Refere-se a aplicação financeira de instrumento de renda fixa, com taxa de 98% do CDI, vinculadas ao financiamento do Banco do Nordeste do Brasil ("BNB"), cuja aplicação somente poderá ser movimentada mediante autorização expressa dos credores.



## 10. Investimentos

### 10.1 Composição dos investimentos

O quadro abaixo apresenta os investimentos em controladas, investidas e em controladas em conjunto:

Empresas	Controladora	
	30/09/2021	31/12/2020
PCH		
Renova PCH LTDA. - Em recuperação judicial	-	(12)
Chipley SP Participações S.A. (Holding) - Em recuperação judicial	881.285	960.249
Eólico		
Alto Sertão Participações S.A. (Holding) - Em recuperação judicial	293.770	(208.298)
Centrais Eólicas Carrancudo S.A. - Em recuperação judicial	198	2.918
Centrais Eólicas Botuquara S.A. - Em recuperação judicial	(1.657)	(2.459)
Centrais Eólicas Alcacuz S.A. - Em recuperação judicial	(5.199)	(2.028)
Centrais Eólicas Tamboril S.A. - Em recuperação judicial	(5.891)	(3.397)
Centrais Eólicas Conquista S.A. - Em recuperação judicial	4.636	(3.606)
Centrais Eólicas Coxilha Alta S.A. - Em recuperação judicial	(1.140)	(2.092)
Centrais Eólicas Tingui S.A. - Em recuperação judicial	(1.790)	(9.992)
Centrais Eólicas Cansanção S.A. - Em recuperação judicial	(1.254)	(1.766)
Centrais Eólicas Macambira S.A. - Em recuperação judicial	(5.783)	(4.118)
Centrais Eólicas Imburana de Cabão S.A. - Em recuperação judicial	(5.543)	(11.782)
Centrais Eólicas Ipê Amarelo S.A. - Em recuperação judicial	2.181	4.200
Centrais Eólicas Putumaju S.A. - Em recuperação judicial	(5.612)	(3.391)
Centrais Eólicas Lençóis S.A. - Em recuperação judicial	4.197	(4.395)
Centrais Eólicas Anísio Teixeira S.A. - Em recuperação judicial	3.292	(5.460)
Centrais Eólicas Ico S.A. - Em recuperação judicial	(2.979)	(1.162)
Centrais Eólicas Jequitiba S.A. - Em recuperação judicial	(2.220)	(5.524)
Centrais Eólicas Calíandra S.A. - Em recuperação judicial	(464)	(3.514)
Centrais Eólicas Canjoão S.A. - Em recuperação judicial	(1.713)	(3.339)
Centrais Eólicas Cabeça de Frade S.A. - Em recuperação judicial	(310)	(715)
Centrais Eólicas Embiruçu S.A. - Em recuperação judicial	(2)	(783)
Centrais Elétricas Itaparica S.A. - Em recuperação judicial	18.635	(3.249)
Centrais Eólicas Itapua VII LTDA. - Em recuperação judicial	(32.114)	(25.534)
Centrais Eólicas Itapua XX LTDA. - Em recuperação judicial	-	(44)
Centrais Eólicas Itapua IV LTDA. - Em recuperação judicial	(61)	(164)
Centrais Eólicas Itapua V LTDA. - Em recuperação judicial	(31)	(110)
Centrais Eólicas Bela Vista XIV S.A. - Em recuperação judicial	(1.312)	(1.720)
Bahia Holding S.A. - Em recuperação judicial	72.014	71.490
Renovapar S.A. - Em recuperação judicial	-	(212)
Outras participações <sup>(1)</sup>	1	(61)
Comercialização		
Renova Comercializadora de Energia S.A. - Em recuperação judicial	(177.716)	(169.760)
Total	<u>1.027.418</u>	<u>560.170</u>
Apresentados como:		
Ativo		
Investimento	1.280.209	1.038.857
Passivo		
Provisão para perda sobre investimento	(252.791)	(478.687)
Total	<u>1.027.418</u>	<u>560.170</u>

Nota 1: Demais empresas listadas na Nota 1.



## 10.2 Informações sobre investidas

As principais informações sobre as controladas estão apresentadas abaixo:

Companhia	30/09/2021						31/12/2020					
	Quantidade total de ações	Participação (%)	Capital social	Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	Dividendos propostos	Lucro líquido (prejuízo) no período	Quantidade total de ações	Participação (%)	Capital social	Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	Dividendos propostos	Lucro líquido (prejuízo) no exercício
<b>PCH</b>												
Enerbras Centrais Elétricas S.A. (Holding)	5.170.100	100,00	101.955	-	-	12.672	5.170.101	100,00	101.955	-	(24.806)	21.219
Renova PCH LTDA. - Em recuperação judicial	37.540.023	99,99	374	-	-	(8)	359.784	99,99	360	(12)	-	(6)
Chipley SP Participações S.A. (Holding) - Em recuperação judicial	744.871.373	99,99	744.871	881.285	(152.594)	53.842	744.871.373	99,99	744.871	960.249	(7.741)	91.128
<b>Eólico</b>												
Alto Sertão Participações S.A. (Holding) - Em recuperação judicial	2.128.113.291	99,99	2.128.113	293.770	-	(71.712)	1.578.097.205	99,99	1.556.074	(208.298)	-	(9.437)
Centrais Eólicas Carrancudo S.A. - Em recuperação judicial	19.910.432	99,99	19.910	198	-	(5.334)	17.361.558	99,99	17.362	2.918	-	(621)
Centrais Eólicas Botuquara S.A. - Em recuperação judicial	9.404.320	99,99	9.404	(1.657)	-	(1.207)	7.559.824	99,99	7.560	(2.459)	-	(824)
Centrais Eólicas Alcacuz S.A. - Em recuperação judicial	17.378.687	99,99	17.379	(5.199)	-	(5.619)	14.996.736	99,99	14.997	(2.028)	-	(511)
Centrais Eólicas Tamboril S.A. - Em recuperação judicial	23.468.639	99,99	23.469	(5.891)	-	(6.963)	19.142.404	99,99	19.142	(3.397)	-	(732)
Centrais Eólicas Conquista S.A. - Em recuperação judicial	25.549.928	99,99	25.550	4.636	-	6.125	23.542.317	99,99	23.542	(3.606)	-	(357)
Centrais Eólicas Coxilha Alta S.A. - Em recuperação judicial	8.510.149	99,99	8.510	(1.140)	-	(754)	6.885.612	99,99	6.886	(2.092)	-	(637)
Centrais Eólicas Tingui S.A. - Em recuperação judicial	21.718.499	99,99	21.718	(1.790)	-	4.425	18.011.571	99,99	18.012	(9.992)	-	(492)
Centrais Eólicas Cansanção S.A. - Em recuperação judicial	5.870.759	99,99	5.871	(1.254)	-	(811)	4.614.138	99,99	4.614	(1.766)	-	(491)
Centrais Eólicas Macambira S.A. - Em recuperação judicial	17.701.313	99,99	17.701	(5.783)	-	(5.222)	14.215.026	99,99	14.215	(4.118)	-	(572)
Centrais Eólicas Imburana de Cabão S.A. - Em recuperação judicial	16.317.932	99,99	16.318	(5.543)	-	2.868	13.014.445	99,99	13.014	(11.782)	-	(609)
Centrais Eólicas Ipê Amarelo S.A. - Em recuperação judicial	18.830.937	99,99	18.831	2.181	-	(4.419)	16.493.153	99,99	16.493	4.200	-	(601)
Centrais Eólicas Putumaju S.A. - Em recuperação judicial	12.391.309	99,99	12.391	(5.612)	-	(4.241)	10.421.120	99,99	10.421	(3.391)	-	(375)
Centrais Eólicas Lençóis S.A. - Em recuperação judicial	20.439.716	99,99	20.440	4.197	-	7.565	19.464.696	99,99	19.465	(4.395)	-	1.020
Centrais Eólicas Anísio Teixeira S.A. - Em recuperação judicial	20.552.944	99,99	20.553	3.292	-	7.469	19.346.653	99,99	19.347	(5.460)	-	1.125
Centrais Eólicas Ico S.A. - Em recuperação judicial	13.461.491	99,99	13.461	(2.979)	-	(3.786)	11.530.260	99,99	11.530	(1.162)	-	(222)
Centrais Eólicas Jequitiba S.A. - Em recuperação judicial	7.886.576	99,99	7.887	(2.220)	-	1.835	6.428.922	99,99	6.429	(5.524)	-	(216)

- Continua -



- Continuação -

Companhia	30/09/2021						31/12/2020					
	Quantidade total de ações	Participação (%)	Capital social	Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	Dividendos propostos	Lucro líquido (prejuízo) no período	Quantidade total de ações	Participação (%)	Capital social	Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	Dividendos propostos	Lucro líquido (prejuízo) no exercício
<b>Eólico</b>												
Centrais Eólicas Calianira S.A. - Em recuperação judicial	7.582.283	99,99	7.582	(464)	-	2.061	6.598.699	99,99	6.599	(3.514)	-	(171)
Centrais Eólicas Canjoão S.A. - Em recuperação judicial	4.826.628	99,99	4.827	(1.713)	-	697	3.903.274	99,99	3.903	(3.339)	-	(191)
Centrais Eólicas Cabeça de Frade S.A. - Em recuperação judicial	2.757.034	99,99	2.757	(310)	-	(188)	2.181.078	99,99	2.181	(715)	-	(217)
Centrais Eólicas Embiruçu S.A. - Em recuperação judicial	3.791.020	99,99	3.791	(2)	-	129	3.143.392	99,99	3.143	(783)	-	(236)
Centrais Elétricas Itaparica S.A. - Em recuperação judicial	149.949.272	99,99	149.949	18.635	-	(1.226)	130.234.571	99,99	130.235	(3.249)	-	343
Centrais Eólicas Itapua VII LTDA. - Em recuperação judicial	3.284.844	99,99	3.285	(32.114)	-	(13.242)	1.408.975	99,99	1.409	(25.534)	-	(10.253)
Centrais Eólicas Itapua XX LTDA. - Em recuperação judicial	86.478	99,99	86	-	-	(11)	32.338	99,99	32	(44)	-	(11)
Centrais Eólicas Bela Vista XIV S.A. - Em recuperação judicial	245.313.150	99,99	245.313	(1.312)	-	(797)	244.293.570	99,99	244.294	(1.720)	-	(400)
Centrais Eólicas Itapua IV LTDA. - Em recuperação judicial	1.062.747	99,99	1.063	(61)	-	(22)	968.664	99,99	969	(164)	-	(29)
Centrais Eólicas Itapua V LTDA. - Em recuperação judicial	939.133	99,99	939	(31)	-	(2)	883.194	99,99	883	(110)	-	(16)
Renovapar S.A. - Em recuperação judicial	235.681	100,00	236	-	-	(3)	22.973	100,00	23	(212)	-	(211)
Bahia Holding S.A. - Em recuperação judicial	76.212.136	99,99	76.212	72.014	-	(2.143)	73.722.950	99,99	73.723	71.490	-	(2.227)
SF 120 Participações Societárias S.A.	12.937.880	99,99	12.938	-	-	(204)	12.640.157	99,99	12.640	-	-	(73)
Outras participações <sup>(1)</sup>	-	-	-	1	-	(27)	-	-	-	(61)	-	(15)
<b>Comercialização</b>												
Renova Comercializadora de Energia S.A. - Em recuperação judicial	524.038.918	100,00	524.039	(177.716)	-	(7.956)	524.038.918	100,00	524.039	-	-	-

Nota 1: Demais empresas listadas na Nota 1

## 10.3 Movimentação dos investimentos

### 10.3.1 Consolidado

	Investimento			Total
	Custo	Mais valia	Ajuste de valor patrimonial	
Saldos em 31 de dezembro de 2019	119.227	466.126	(32.827)	552.526
Equivalência patrimonial/ amortização da mais valia	107.257	(27.228)	-	80.029
Dividendos propostos	(132.670)	-	-	(132.670)
Ajuste de valor patrimonial (DRA) <sup>1</sup>	-	-	2.279	2.279
Saldos em 30 de setembro de 2020	93.814	438.898	(30.548)	502.164
Saldos em 31 de dezembro de 2020	-	-	-	-
Equivalência patrimonial	107.888	-	-	107.888
Dividendos propostos	(71.363)	-	-	(71.363)
Ajuste de valor patrimonial (DRA) <sup>1</sup>	-	-	19.788	19.788
Transferência para ativo mantido para venda <sup>2</sup>	(36.525)	-	(19.788)	(56.313)
Saldos em 30 de setembro de 2021	-	-	-	-

Nota 1: a controlada em conjunto Brasil PCH contratou junto ao Banco Itaú uma operação de *Swap* para igualar as remunerações ao IPCA das Debêntures - 1ª Série (CDI+2,39%) e 2ª série (IPCA + 8,2647%), qualificado como *Hedge* de fluxo de caixa. O efeito da marcação a mercado desse instrumento financeiro derivativo resultou em uma perda total de R\$38.801, reconhecidas em outros resultados abrangentes, dos quais a Companhia reconheceu R\$12.682, registrando no período uma reversão de R\$19.788, equivalentes à sua participação de 51%.

Nota 2: em dezembro de 2020, o saldo do investimento mencionado nas Notas 1.3 e 28.2, foi transferido para ativos circulantes mantidos para venda.

#### 10.3.1.1 Investimento societário com controle compartilhado – Brasil PCH S.A.

A Companhia mensura seu investimento na participação societária de empreendimento controlado em conjunto utilizando o método da equivalência patrimonial, em conformidade com a IFRS 11 / CPC 19 (R2) – Negócios em conjunto.

A Brasil PCH detém 13 PCHs com capacidade instalada de 291 MW e energia assegurada de 194 MW médios. Todas as PCHs possuem contratos de longo prazo (20 anos) de venda de energia no âmbito do PROINFA – Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (informações físicas e relativas a medidas de capacidade energética não revisadas pelos auditores independentes).

O valor de aquisição pago foi alocado aos ativos e passivos da Brasil PCH a valores justos, incluindo os ativos intangíveis associados ao direito de exploração de cada autorização, os quais estão sendo amortizados pelos prazos remanescentes das autorizações das PCHs adquiridas. Consequentemente, como a totalidade do valor pago, R\$754.907 em 2014, foi alocada a ativos e passivos identificados, nenhum valor residual foi alocado como ágio.

De acordo com o requerido no CPC 45 (IFRS 12), apresentamos as informações contábeis da Brasil PCH (controlada em conjunto):

BALANÇO PATRIMONIAL EM 30 DE SETEMBRO DE 2021 (CONSOLIDADO)

<u>ATIVOS</u>	<u>30/09/2021</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	<u>30/09/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
<b>CIRCULANTES</b>			<b>CIRCULANTES</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	88.962	44.991	Debêntures	145.598	109.853
Aplicações financeiras	12.702	23.462	Outros passivos circulantes	66.090	75.576
Outros ativos circulantes	110.096	70.769	Total dos passivos circulantes	211.688	185.429
Total dos ativos circulantes	211.760	139.222			
<b>NÃO CIRCULANTES</b>			<b>NÃO CIRCULANTES</b>		
Imobilizado	1.011.544	1.015.800	Debêntures	633.534	695.531
Outros ativos não circulantes	19.768	16.086	Outros passivos não circulantes	119.433	122.150
Total dos ativos não circulantes	1.031.312	1.031.886	Total dos passivos não circulantes	752.967	817.681
			<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	278.417	167.998
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>1.243.072</b>	<b>1.171.108</b>	<b>TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>1.243.072</b>	<b>1.171.108</b>

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O PERÍODO FINDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2021 (CONSOLIDADO)

	<u>30/09/2021</u>	<u>30/09/2020</u>
<b>RECEITA LÍQUIDA</b>	425.470	387.032
Custo com depreciação e amortização	(27.528)	(27.612)
Outros custos	(51.495)	(45.677)
Despesas gerais e administrativas	(13.586)	(12.345)
Reversão (perda) com contrato oneroso	21	(11.449)
Resultado financeiro	(107.754)	(67.273)
Despesa com imposto de renda e contribuição social	(13.582)	(12.369)
<b>LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>	<b>211.546</b>	<b>210.307</b>

O resultado do período findo em 30 de setembro de 2021 foi impactado substancialmente pelo: (i) aumento da receita líquida; (ii) redução da exposição acumulada no contrato oneroso; e (iii) aumento do resultado financeiro negativo em função do aumento nos juros relacionados as debêntures.



### 10.3.2 Controladora

Companhia	31/12/2020	Adições	AFAC	Ajuste de avaliação patrimonial	Dividendos propostos	Equivalência patrimonial	Transferência para ativo mantidos para venda <sup>2</sup> (nota 28.1)	30/09/2021
<b>PCH</b>								
Enerbras Centrais Elétricas S.A. (Holding)	-	-	-	-	-	12.672	(12.672)	-
Renova PCH LTDA. - Em recuperação judicial	(12)	14	6	-	-	(8)	-	-
Chipley SP Participações S.A. (Holding) - Em recuperação judicial	960.249	-	-	19.788	(152.594)	53.842	-	881.285
<b>Eólico</b>								
Alto Sertão Participações S.A. (Holding) - Em recuperação judicial	(208.298)	564.157	9.623	-	-	(71.712)	-	293.770
Centrais Eólicas Carrancudo S.A. - Em recuperação judicial	2.918	2.550	64	-	-	(5.334)	-	198
Centrais Eólicas Botuquara S.A. - Em recuperação judicial	(2.459)	1.844	165	-	-	(1.207)	-	(1.657)
Centrais Eólicas Alcacuz S.A. - Em recuperação judicial	(2.028)	2.382	66	-	-	(5.619)	-	(5.199)
Centrais Eólicas Tamboril S.A. - Em recuperação judicial	(3.397)	4.326	143	-	-	(6.963)	-	(5.891)
Centrais Eólicas Conquista S.A. - Em recuperação judicial	(3.606)	2.007	110	-	-	6.125	-	4.636
Centrais Eólicas Coxilha Alta S.A. - Em recuperação judicial	(2.092)	1.625	81	-	-	(754)	-	(1.140)
Centrais Eólicas Tingui S.A. - Em recuperação judicial	(9.992)	3.707	70	-	-	4.425	-	(1.790)
Centrais Eólicas Cansanção S.A. - Em recuperação judicial	(1.766)	1.256	67	-	-	(811)	-	(1.254)
Centrais Eólicas Macambira S.A. - Em recuperação judicial	(4.118)	3.486	71	-	-	(5.222)	-	(5.783)
Centrais Eólicas Imburana de Cabão S.A. - Em recuperação judicial	(11.782)	3.304	67	-	-	2.868	-	(5.543)
Centrais Eólicas Ipê Amarelo S.A. - Em recuperação judicial	4.200	2.337	63	-	-	(4.419)	-	2.181
Centrais Eólicas Putumaju S.A. - Em recuperação judicial	(3.391)	1.971	49	-	-	(4.241)	-	(5.612)
Centrais Eólicas Lençóis S.A. - Em recuperação judicial	(4.395)	975	52	-	-	7.565	-	4.197
Centrais Eólicas Anísio Teixeira S.A. - Em recuperação judicial	(5.460)	1.206	77	-	-	7.469	-	3.292
Centrais Eólicas Ico S.A. - Em recuperação judicial	(1.162)	1.932	37	-	-	(3.786)	-	(2.979)
Centrais Eólicas Jequitiba S.A. - Em recuperação judicial	(5.524)	1.458	11	-	-	1.835	-	(2.220)
Centrais Eólicas Caliandra S.A. - Em recuperação judicial	(3.514)	984	5	-	-	2.061	-	(464)
Centrais Eólicas Canjoão S.A. - Em recuperação judicial	(3.339)	924	5	-	-	697	-	(1.713)
Centrais Eólicas Cabeça de Frade S.A. - Em recuperação judicial	(715)	576	17	-	-	(188)	-	(310)
Centrais Eólicas Embiruçu S.A. - Em recuperação judicial	(783)	648	4	-	-	129	-	(2)
Centrais Elétricas Itaparica S.A. - Em recuperação judicial	(3.249)	22.922	188	-	-	(1.226)	-	18.635
Centrais Eólicas Itapua VII LTDA. - Em recuperação judicial	(25.534)	3.471	3.191	-	-	(13.242)	-	(32.114)
Centrais Eólicas Itapua XX LTDA. - Em recuperação judicial	(44)	54	1	-	-	(11)	-	-
Centrais Eólicas Bela Vista XIV S.A. - Em recuperação judicial	(1.720)	1.019	186	-	-	(797)	-	(1.312)
Centrais Eólicas Itapua IV LTDA. - Em recuperação judicial	(164)	115	10	-	-	(22)	-	(61)
Centrais Eólicas Itapua V LTDA. - Em recuperação judicial	(110)	77	4	-	-	(2)	-	(31)
Renovapar S.A. - Em recuperação judicial	(212)	213	2	-	-	(3)	-	-
Bahia Holding S.A. - Em recuperação judicial	71.490	2.489	178	-	-	(2.143)	-	72.014
SF 120 Participações Societárias S.A.	-	297	14	-	-	(204)	(107)	-
Outras participações <sup>(1)</sup>	(61)	81	8	-	-	(27)	-	1
<b>Comercialização</b>								
Renova Comercializadora de Energia S.A. - Em recuperação judicial	(169.760)	-	-	-	-	(7.956)	-	(177.716)
<b>Total</b>	<b>560.170</b>	<b>634.407</b>	<b>14.635</b>	<b>19.788</b>	<b>(152.594)</b>	<b>(36.209)</b>	<b>(12.779)</b>	<b>1.027.418</b>

Nota 1: Demais empresas listadas na Nota 1.

Nota 2: em dezembro de 2020, o saldo do investimento mencionado nas Notas 1.3 e 28.2, foi transferido para ativos circulantes mantidos para venda.

O saldo do investimento está sendo apresentado líquido da provisão para passivo a descoberto de certas investidas no montante de R\$252.791 (R\$478.687, em 31 de dezembro de 2020).

- Continua -



- Continuação -

Companhia	31/12/2019 (reapresentado)	Adições	Ajuste de avaliação patrimonial	Dividendos propostos	Equivalência patrimonial	30/09/2020
<b>PCH</b>						
Enerbras Centrais Elétricas S.A. (Holding)	146.283	-	-	(14.727)	19.406	150.962
Renova PCH LTDA. - Em recuperação judicial	(6)	-	-	-	(6)	(12)
Chiplely SP Participações S.A. (Holding) - Em recuperação judicial	876.505	-	2.279	(3.412)	90.662	966.034
<b>Eólico</b>						
Alto Sertão Participações S.A. (Holding) - Em recuperação judicial	(198.861)	-	-	-	(180.646)	(379.507)
Centrais Eólicas Carrancudo S.A. - Em recuperação judicial	3.539	-	-	-	(807)	2.732
Centrais Eólicas Botuquara S.A. - Em recuperação judicial	(1.635)	-	-	-	(658)	(2.293)
Centrais Eólicas Alcacuz S.A. - Em recuperação judicial	(1.517)	-	-	-	(1.040)	(2.557)
Centrais Eólicas Tamboril S.A. - Em recuperação judicial	(2.665)	-	-	-	(1.406)	(4.071)
Centrais Eólicas Conquista S.A. - Em recuperação judicial	(3.249)	-	-	-	(1.041)	(4.290)
Centrais Eólicas Coxilha Alta S.A. - Em recuperação judicial	(1.455)	-	-	-	(558)	(2.013)
Centrais Eólicas Tingui S.A. - Em recuperação judicial	(9.500)	-	-	-	(991)	(10.491)
Centrais Eólicas Cansanção S.A. - Em recuperação judicial	(1.275)	-	-	-	(436)	(1.711)
Centrais Eólicas Macambira S.A. - Em recuperação judicial	(3.546)	-	-	-	(1.168)	(4.714)
Centrais Eólicas Imburana de Cabão S.A. - Em recuperação judicial	(11.173)	-	-	-	(1.088)	(12.261)
Centrais Eólicas Ipê Amarelo S.A. - Em recuperação judicial	4.801	-	-	-	(623)	4.178
Centrais Eólicas Putumaju S.A. - Em recuperação judicial	(3.016)	-	-	-	(870)	(3.886)
Centrais Eólicas Lençóis S.A. - Em recuperação judicial	(5.415)	-	-	-	(1.310)	(6.725)
Centrais Eólicas Anísio Teixeira S.A. - Em recuperação judicial	(6.585)	-	-	-	(1.561)	(8.146)
Centrais Eólicas Ico S.A. - Em recuperação judicial	(940)	-	-	-	(688)	(1.628)
Centrais Eólicas Jequitiba S.A. - Em recuperação judicial	(5.308)	-	-	-	(481)	(5.789)
Centrais Eólicas Calíandra S.A. - Em recuperação judicial	(3.343)	-	-	-	(339)	(3.682)
Centrais Eólicas Canjoão S.A. - Em recuperação judicial	(3.148)	-	-	-	(336)	(3.484)
Centrais Eólicas Cabeça de Frade S.A. - Em recuperação judicial	(498)	-	-	-	(189)	(687)
Centrais Eólicas Embiruçu S.A. - Em recuperação judicial	(547)	-	-	-	(204)	(751)
Centrais Elétricas Itaparica S.A. - Em recuperação judicial	(3.592)	-	-	-	(3.177)	(6.769)
Centrais Eólicas Itapua VII LTDA. - Em recuperação judicial	(15.281)	-	-	-	(6.788)	(22.069)
Centrais Eólicas Itapua XX LTDA. - Em recuperação judicial	(33)	-	-	-	(11)	(44)
Centrais Eólicas Bela Vista XIV S.A. - Em recuperação judicial	(1.320)	-	-	-	(293)	(1.613)
Centrais Eólicas Itapua IV LTDA. - Em recuperação judicial	(135)	-	-	-	(12)	(147)
Centrais Eólicas Itapua V LTDA. - Em recuperação judicial	(94)	-	-	-	(11)	(105)
Renovapar S.A. - Em recuperação judicial	(1)	-	-	-	(211)	(212)
Bahia Holding S.A. - Em recuperação judicial	27.850	45.867	-	-	(275)	73.442
SF 120 Participações Societárias S.A.	12.640	-	-	-	(34)	12.606
Outras participações(1)	(46)	-	-	-	(15)	(61)
<b>Comercialização</b>						
Renova Comercializadora de Energia S.A. - Em recuperação judicial	(175.746)	-	-	-	16.251	(159.495)
<b>Total</b>	<b>611.688</b>	<b>45.867</b>	<b>2.279</b>	<b>(18.139)</b>	<b>(80.954)</b>	<b>560.741</b>

Nota 1: Demais empresas listadas na Nota 1.



**10.4 Movimentação dos dividendos a receber**

	<u>Consolidado</u>	<u>Controladora</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2019	-	10.177
Dividendos propostos	132.670	18.139
Dividendos recebidos	<u>(103.502)</u>	<u>-</u>
Saldo em 30 de setembro de 2020	29.168	28.316
Saldo em 31 de dezembro de 2020	-	42.724
Dividendos propostos	71.363	152.594
Dividendos recebidos	<u>(71.363)</u>	<u>(160.626)</u>
Saldo em 30 de setembro de 2021	<u>-</u>	<u>34.692</u>

Controladora: o saldo de R\$34.692, em 30 de setembro de 2021, refere-se a dividendos a receber das controladas Enerbras (R\$30.364) e Chipley (R\$4.328).

Consolidado: contemplam os dividendos propostos e recebidos da controlada indireta Brasil PCH.

## 11. Imobilizado

### 11.1 Consolidado

		30/09/2021			31/12/2020		
Taxas anuais de depreciação %		Depreciação			Depreciação		
		Custo histórico	acumulada	Valor líquido	Custo histórico	acumulada	Valor líquido
Imobilizado em serviço							
Geração							
Terrenos		595	-	595	595	-	595
Reservatórios, barragens e adutoras	2%	95.797	(27.879)	67.918	95.797	(27.879)	67.918
Edificações, obras civis e benfeitorias	3%	46.336	(15.693)	30.643	46.336	(15.693)	30.643
Máquinas e equipamentos	4%	65.015	(25.192)	39.823	65.015	(25.192)	39.823
Móveis e utensílios	10%	142	(132)	10	142	(131)	11
Equipamento de informática	17%	245	(245)	-	245	(245)	-
Torres de medição	20%	22.692	(22.579)	113	22.692	(22.542)	150
Equipamentos de medição	20%	3.739	(3.624)	115	3.739	(3.600)	139
Equipamentos de torres	20%	2.372	(2.372)	-	2.372	(2.370)	2
Outros	14%	16	(15)	1	16	(15)	1
		236.949	(97.731)	139.218	236.949	(97.667)	139.282
Administração							
Máquinas e equipamentos	10%	5.356	(4.091)	1.265	5.356	(3.691)	1.665
Benfeitorias	4%	854	(172)	682	854	(146)	708
Móveis e utensílios	10%	2.129	(1.844)	285	2.118	(1.718)	400
Softwares	20%	3.339	(3.315)	24	3.339	(3.311)	28
Equipamento de informática	20%	3.833	(3.592)	241	3.778	(3.552)	226
		15.511	(13.014)	2.497	15.445	(12.418)	3.027
Estoques							
Almoxarifado geral		111	-	111	17	-	17
Total do imobilizado em serviço		252.571	(110.745)	141.826	252.411	(110.085)	142.326
Imobilizado em curso							
Geração							
A ratear		695.781	-	695.781	681.984	-	681.984
Estudos e projetos		1.062	-	1.062	1.062	-	1.062
Terrenos		12.092	-	12.092	12.092	-	12.092
Edificações, obras civis e benfeitorias		287.304	-	287.304	273.116	-	273.116
Móveis e utensílios		105	-	105	-	-	-
Torres de medição		4.566	-	4.566	4.566	-	4.566
Aerogeradores		1.504.008	-	1.504.008	1.491.245	-	1.491.245
Equipamentos de subestação		336.992	-	336.992	447.544	-	447.544
Adiantamentos a fornecedores		68.077	-	68.077	679	-	679
Estoques		8.637	-	8.637	-	-	-
Provisão para perda ao valor recuperável do imobilizado		(1.348.507)	-	(1.348.507)	(1.417.496)	-	(1.417.496)
Total do imobilizado em curso		1.570.117	-	1.570.117	1.494.792	-	1.494.792
Direito de uso							
Geração							
Contratos de arrendamento		48.579	(12.785)	35.794	45.005	(11.868)	33.137
Transferência para ativos mantidos para venda (Nota 28.2)		(273.380)	-	(273.380)	(374.454)	-	(374.454)
Total imobilizado		1.597.887	(123.530)	1.474.357	1.417.754	(121.953)	1.295.801

## 11.2 Movimentações do imobilizado (consolidado)

	31/12/2020	Adições	Transferência para ativos mantidos para venda	Reclassificações entre rubricas <sup>1</sup>	Saldos vinculados aos ativos vendidos (Nota 1.2.1)	30/09/2021
Imobilizado em serviço						
Custo						
Geração						
Usina						
Torres de medição	22.692	-	-	-	-	22.692
Equipamentos de medição	3.739	-	-	-	-	3.739
Equipamentos de torres	2.372	-	-	-	-	2.372
	<u>28.803</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>28.803</u>
Administração						
Máquinas e equipamentos	5.356	-	-	-	-	5.356
Benfeitorias	854	-	-	-	-	854
Móveis e utensílios	2.118	11	-	-	-	2.129
Softwares	3.339	-	-	-	-	3.339
Equipamento de informática	3.778	55	-	-	-	3.833
	<u>15.445</u>	<u>66</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>15.511</u>
Estoques						
Almoxarifado geral	-	93	(93)	-	-	-
Total do imobilizado em serviço - custo	<u>44.248</u>	<u>159</u>	<u>(93)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>44.314</u>
(-) Depreciação						
Geração						
Usina						
Torres de medição	(22.542)	(37)	-	-	-	(22.579)
Equipamentos de medição	(3.600)	(24)	-	-	-	(3.624)
Equipamentos de torres	(2.370)	(2)	-	-	-	(2.372)
	<u>(28.512)</u>	<u>(63)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(28.575)</u>
Administração						
Máquinas e equipamentos	(3.691)	(400)	-	-	-	(4.091)
Benfeitorias	(146)	(26)	-	-	-	(172)
Móveis e utensílios	(1.718)	(126)	-	-	-	(1.844)
Softwares	(3.311)	(4)	-	-	-	(3.315)
Equipamento de informática	(3.552)	(40)	-	-	-	(3.592)
	<u>(12.418)</u>	<u>(596)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(13.014)</u>
Total do imobilizado em serviço - depreciação	<u>(40.930)</u>	<u>(659)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(41.589)</u>
Total do imobilizado em serviço	<u>3.318</u>	<u>(500)</u>	<u>(93)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>2.725</u>
Imobilizado em curso						
Geração						
A ratear	528.964	24.887	42.044	(11.092)	-	584.803
Estudos e projetos	1.062	-	-	-	-	1.062
Terrenos	9.070	-	3.022	-	-	12.092
Edificações, obras civis e benfeitorias	240.900	14.188	32.216	-	-	287.304
Móveis e utensílios	-	105	-	-	-	105
Torres de medição	3.440	-	1.126	-	-	4.566
Aerogeradores	1.483.661	12.763	7.584	-	-	1.504.008
Equipamentos de subestação	304.316	11.653	143.228	5.170	(127.375)	336.992
Adiantamentos a fornecedores	679	67.509	-	(111)	-	68.077
Provisão para perda ao valor recuperável do imobilizado	<u>(1.292.351)</u>	<u>-</u>	<u>(125.145)</u>	<u>-</u>	<u>68.989</u>	<u>(1.348.507)</u>
	<u>1.279.741</u>	<u>131.105</u>	<u>104.075</u>	<u>(6.033)</u>	<u>(58.386)</u>	<u>1.450.502</u>
Estoques						
Almoxarifado geral	-	8.636	-	-	-	8.636
Total do imobilizado em curso	<u>1.279.741</u>	<u>139.741</u>	<u>104.075</u>	<u>(6.033)</u>	<u>(58.386)</u>	<u>1.459.138</u>

- Continua -

- Continuação -

	31/12/2020	Adições	Transferência para ativos mantidos para venda	Reclassificações entre rubricas <sup>1</sup>	Saldos vinculados aos ativos vendidos	30/09/2021
Direito de uso						
Geração						
Contratos de arrendamento	15.380	4.004	(2.872)	(215)	(213)	16.084
(-) Amortização contratos de arrendamento - custo	-	-	-	-	-	-
(-) Amortização contratos de arrendamento - despesa	(2.638)	(939)	(36)	19	4	(3.590)
Total direiro de uso	12.742	3.065	(2.908)	(196)	(209)	12.494
Total do imobilizado	1.295.801	133.670	101.074	(6.229)	(58.595)	1.474.357

Nota 1: Efeito da conciliação de fornecedores no período.



	31/12/2019	Adições	Baixas	Reclassificações entre rubricas1	30/09/2020
Imobilizado em serviço					
Custo					
Geração					
Usina					
Terrenos	595	-	-	-	595
Reservatórios, barragens e adutoras	95.797	-	-	-	95.797
Edificações, obras civis e benfeitorias	46.336	-	-	-	46.336
Máquinas e equipamentos	65.015	-	-	-	65.015
Móveis e utensílios	142	-	-	-	142
Equipamento de informática	245	-	-	-	245
Torres de medição	22.692	-	-	-	22.692
Equipamentos de medição	3.739	-	-	-	3.739
Equipamentos de torres	2.372	-	-	-	2.372
Outros	16	-	-	-	16
	236.949	-	-	-	236.949
Administração					
Máquinas e equipamentos	5.356	-	-	-	5.356
Benfeitorias	854	-	-	-	854
Móveis e utensílios	2.114	4	-	-	2.118
Softwares	3.310	-	-	-	3.310
Equipamento de informática	3.524	254	-	-	3.778
	15.158	258	-	-	15.416
Estoques					
Almoxarifado geral	14	4	-	-	18
Total do imobilizado em serviço - custo	252.121	262	-	-	252.383
(-) Depreciação					
Geração					
Usina					
Reservatórios, barragens e adutoras	(25.644)	(1.676)	-	-	(27.320)
Edificações, obras civis e benfeitorias	(14.429)	(948)	-	-	(15.377)
Máquinas e equipamentos	(23.178)	(1.512)	-	-	(24.690)
Móveis e utensílios	(131)	(2)	-	-	(133)
Equipamento de informática	(245)	-	-	-	(245)
Torres de medição	(22.160)	(370)	-	-	(22.530)
Equipamentos de medição	(3.363)	(229)	-	-	(3.592)
Equipamentos de torres	(2.350)	(17)	-	-	(2.367)
Outros	(14)	-	-	-	(14)
	(91.514)	(4.754)	-	-	(96.268)
Administração					
Máquinas e equipamentos	(3.156)	(402)	-	-	(3.558)
Benfeitorias	(111)	(27)	-	-	(138)
Móveis e utensílios	(1.519)	(153)	-	-	(1.672)
Softwares	(3.294)	(16)	-	-	(3.310)
Equipamento de informática	(3.472)	(61)	-	-	(3.533)
	(11.552)	(659)	-	-	(12.211)
Total do imobilizado em serviço - depreciação	(103.066)	(5.413)	-	-	(108.479)
Total do imobilizado em serviço	149.055	(5.151)	-	-	143.904

- Continua -

- Continuação -

	31/12/2019	Adições	Baixas	Reclassificações entre rubricas1	30/09/2020
Imobilizado em curso					
Geração					
A ratear	679.011	3.883	(416)	-	682.478
Estudos e projetos	1.062	-	-	-	1.062
Terrenos	12.092	-	-	-	12.092
Edificações, obras civis e benfeitorias	273.074	42	-	-	273.116
Torres de medição	3.989	-	-	-	3.989
Aerogeradores	1.491.228	-	-	-	1.491.228
Equipamentos de subestação	445.995	1.486	-	-	447.481
Adiantamentos a fornecedores	679	52	-	-	731
Provisão para perda ao valor recuperável do imobilizado	(1.413.850)	(3.646)	-	-	(1.417.496)
Total do imobilizado em curso	1.493.280	1.817	(416)	-	1.494.681
Direito de uso					
Geração					
Contratos de arrendamento	44.573	1.984	-	(283)	46.274
(-) Amortização contratos de arrendamento - custo	(571)	(467)	-	-	(1.038)
(-) Amortização contratos de arrendamento - despesa	(5.602)	(4.107)	-	-	(9.709)
Total direito de uso	38.400	(2.590)	-	(283)	35.527
Total do imobilizado	1.680.735	(5.924)	(416)	(283)	1.674.112

Nota 1: Efeito da conciliação de fornecedores no período.



### 11.3 Controladora

		30/09/2021			31/12/2020		
	Taxas anuais de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
<b>Imobilizado em serviço</b>							
Geração							
Torres de medição	20%	22.692	(22.579)	113	22.692	(22.542)	150
Equipamentos de medição	20%	3.739	(3.624)	115	3.739	(3.600)	139
Equipamentos de torres	20%	2.372	(2.372)	-	2.372	(2.370)	2
		<u>28.803</u>	<u>(28.575)</u>	<u>228</u>	<u>28.803</u>	<u>(28.512)</u>	<u>291</u>
Administração							
Máquinas e equipamentos	10%	5.356	(4.091)	1.265	5.356	(3.691)	1.665
Benfeitorias	4%	854	(172)	682	854	(146)	708
Móveis e utensílios	10%	2.129	(1.844)	285	2.118	(1.718)	400
Softwares	20%	3.339	(3.315)	24	3.339	(3.311)	28
Equipamento de informática	20%	3.815	(3.574)	241	3.760	(3.534)	226
		<u>15.493</u>	<u>(12.996)</u>	<u>2.497</u>	<u>15.427</u>	<u>(12.400)</u>	<u>3.027</u>
Total do imobilizado em serviço		<u>44.296</u>	<u>(41.571)</u>	<u>2.725</u>	<u>44.230</u>	<u>(40.912)</u>	<u>3.318</u>
<b>Imobilizado em curso</b>							
Geração							
A ratear		23.550	-	23.550	17.918	-	17.918
Estudos e projetos		1.062	-	1.062	1.062	-	1.062
Terrenos		50	-	50	50	-	50
Adiantamentos a fornecedores		11	-	11	11	-	11
Provisão para perda ao valor recuperável do imobilizado		(1.185)	-	(1.185)	(1.185)	-	(1.185)
Total do imobilizado em curso		<u>23.488</u>	<u>-</u>	<u>23.488</u>	<u>17.856</u>	<u>-</u>	<u>17.856</u>
<b>Direito de uso</b>							
Geração							
Contratos de arrendamento		22.194	(9.879)	12.315	21.469	(9.319)	12.150
Transferência para ativos mantidos para venda (Nota 28.1)		(33.831)	-	(33.831)	(26.937)	-	(26.937)
Total imobilizado		<u>56.147</u>	<u>(51.450)</u>	<u>4.697</u>	<u>56.618</u>	<u>(50.231)</u>	<u>6.387</u>

## 11.4 Movimentações do imobilizado (controladora)

	31/12/2020	Adições	Baixas	Transferência para ativos mantidos para venda	30/09/2021
<b>Imobilizado em serviço</b>					
Geração					
Torres de medição	22.692	-	-	-	22.692
Equipamentos de medição	3.739	-	-	-	3.739
Equipamentos de torres	2.372	-	-	-	2.372
	<u>28.803</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>28.803</u>
Administração					
Máquinas e equipamentos	5.356	-	-	-	5.356
Benfeitorias	854	-	-	-	854
Móveis e utensílios	2.118	11	-	-	2.129
Softwares	3.339	-	-	-	3.339
Equipamento de informática	3.760	55	-	-	3.815
	<u>15.427</u>	<u>66</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>15.493</u>
<b>Total do imobilizado em serviço - custo</b>	<u>44.230</u>	<u>66</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>44.296</u>
<b>(-) Depreciação</b>					
Geração					
Torres de medição	(22.542)	(37)	-	-	(22.579)
Equipamentos de medição	(3.600)	(24)	-	-	(3.624)
Equipamentos de torres	(2.370)	(2)	-	-	(2.372)
	<u>(28.512)</u>	<u>(63)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(28.575)</u>
Administração					
Máquinas e equipamentos	(3.691)	(400)	-	-	(4.091)
Benfeitorias	(146)	(26)	-	-	(172)
Móveis e utensílios	(1.718)	(126)	-	-	(1.844)
Softwares	(3.311)	(4)	-	-	(3.315)
Equipamento de informática	(3.534)	(40)	-	-	(3.574)
	<u>(12.400)</u>	<u>(596)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(12.996)</u>
<b>Total do imobilizado em serviço - depreciação</b>	<u>(40.912)</u>	<u>(659)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(41.571)</u>
<b>Total do imobilizado em serviço</b>	<u>3.318</u>	<u>(593)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>2.725</u>
<b>Imobilizado em curso</b>					
Geração					
A ratear	2.469	6.573	(941)	(6.381)	1.720
Estudos e projetos	1.062	-	-	-	1.062
Terrenos	50	-	-	-	50
Adiantamentos a fornecedores	11	-	-	-	11
Provisão para perda ao valor recuperável do imobilizado	<u>(1.185)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(1.185)</u>
<b>Total do custo do imobilizado em curso</b>	<u>2.407</u>	<u>6.573</u>	<u>(941)</u>	<u>(6.381)</u>	<u>1.658</u>
<b>Direito de uso</b>					
Geração					
Contratos de arrendamento	2.261	725	-	(513)	2.473
(-) Amortização contratos de arrendamento	<u>(1.599)</u>	<u>(560)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(2.159)</u>
	<u>662</u>	<u>165</u>	<u>-</u>	<u>(513)</u>	<u>314</u>
<b>Total do imobilizado</b>	<u>6.387</u>	<u>6.145</u>	<u>(941)</u>	<u>(6.894)</u>	<u>4.697</u>



	31/12/2019	Adições	Reclassificação <sup>1</sup>	Aumento de capital em controladas	30/09/2020
Imobilizado em serviço					
Geração					
Torres de medição	22.692	-	-	-	22.692
Equipamentos de medição	3.739	-	-	-	3.739
Equipamentos de torres	2.372	-	-	-	2.372
	<u>28.803</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>28.803</u>
Administração					
Máquinas e equipamentos	5.356	-	-	-	5.356
Benfeitorias	854	-	-	-	854
Móveis e utensílios	2.114	4	-	-	2.118
Softwares	3.310	-	-	-	3.310
Equipamento de informática	3.506	254	-	-	3.760
	<u>15.140</u>	<u>258</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>15.398</u>
Total do imobilizado em serviço - custo	<u>43.943</u>	<u>258</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>44.201</u>
(-) Depreciação					
Geração					
Torres de medição	(22.160)	(370)	-	-	(22.530)
Equipamentos de medição	(3.363)	(229)	-	-	(3.592)
Equipamentos de torres	(2.350)	(17)	-	-	(2.367)
	<u>(27.873)</u>	<u>(616)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(28.489)</u>
Administração					
Máquinas e equipamentos	(3.156)	(402)	-	-	(3.558)
Benfeitorias	(111)	(27)	-	-	(138)
Móveis e utensílios	(1.519)	(153)	-	-	(1.672)
Softwares	(3.294)	(16)	-	-	(3.310)
Equipamento de informática	(3.454)	(61)	-	-	(3.515)
	<u>(11.534)</u>	<u>(659)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(12.193)</u>
Total do imobilizado em serviço - depreciação	<u>(39.407)</u>	<u>(1.275)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(40.682)</u>
Total do imobilizado em serviço	<u>4.536</u>	<u>(1.017)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>3.519</u>
Imobilizado em curso					
Geração					
A ratear	60.368	3.221	-	(46.404)	17.185
Estudos e projetos	1.062	-	-	-	1.062
Terrenos	50	-	-	-	50
Adiantamentos a fornecedores	11	-	-	-	11
Provisão para perda ao valor recuperável do imobilizado	(1.722)	-	-	537	(1.185)
Total do custo do imobilizado em curso	<u>59.769</u>	<u>3.221</u>	<u>-</u>	<u>(45.867)</u>	<u>17.123</u>
Direito de uso					
Geração					
Contratos de arrendamento	23.044	266	(283)	-	23.027
(-) Amortização contratos de arrendamento	(4.893)	(3.627)	-	-	(8.520)
	<u>18.151</u>	<u>(3.361)</u>	<u>(283)</u>	<u>-</u>	<u>14.507</u>
Total do imobilizado	<u>82.456</u>	<u>(1.157)</u>	<u>(283)</u>	<u>(45.867)</u>	<u>35.149</u>

Nota 1: Efeito da conciliação de fornecedores no período.

## 11.5 Imobilização em serviço

A ANEEL, em conformidade ao marco regulatório brasileiro, é responsável por estabelecer a vida útil econômica dos ativos de geração do setor elétrico, com revisões periódicas nas estimativas. As taxas estabelecidas pela Agência são reconhecidas como uma estimativa razoável da vida útil dos ativos. Dessa forma, essas taxas foram utilizadas como base para depreciação do ativo imobilizado.

Conforme mencionado na Nota 28, o saldo de imobilizado em serviço existente em 30 de setembro de 2021 referente as PCHs da Espra foi transferido para rubrica de ativos mantidos para venda.

## 11.6 Imobilização em curso

As imobilizações em curso registram os investimentos em projetos hídricos, divididos em inventários e projetos básicos que já possuem autorização da ANEEL. Registram também os investimentos em portfólio de projetos eólicos em desenvolvimento.

Conforme mencionado na Nota 28, o saldo de imobilizado em curso existente em 30 de setembro de 2021 referente a determinados projetos em desenvolvimento foram transferidos para rubrica de ativos mantidos para venda.

## 11.7 Composição do imobilizado por projeto

Em 30 de setembro de 2021 o imobilizado em curso consolidado é composto pelos seguintes projetos:

Projetos	Imobilizado bruto	Impairment	Imobilizado líquido
Alto Sertão III - Fase A <sup>(1)</sup>			
ACL (Light I) <sup>(2)</sup>	1.642.550	(701.732)	940.818
LER 2013	875.333	(409.426)	465.907
	<u>2.517.883</u>	<u>(1.111.158)</u>	<u>1.406.725</u>
Alto Sertão III - Fase B <sup>(3)</sup>			
ACL (Light II)	66.323	(34.403)	31.920
ACL (Mercado livre II)	40.587	(21.753)	18.834
	<u>106.910</u>	<u>(56.156)</u>	<u>50.754</u>
Outros			
Outras imobilizações em curso <sup>(4)</sup>	113.173	(537)	112.636
	<u>113.173</u>	<u>(537)</u>	<u>112.636</u>
Transferência para ativos mantidos para venda	(111.514)	537	(110.977)
Total do imobilizado em curso	<u><u>2.626.452</u></u>	<u><u>(1.167.314)</u></u>	<u><u>1.459.138</u></u>

Nota 1: A Companhia retomou as obras para a conclusão dos parques eólicos do Alto Sertão III – Fase A e estima que esses parques entrarão em operação comercial entre dezembro/2021 e junho/2022.

Nota 2: Os ativos relacionados ao LER 2014 encontram-se alocados, para fins contábeis, na linha “ACL (Light 1)” acima.



Nota 3: Em 4 de junho de 2019 a ANEEL revogou as outorgas de autorização desses projetos eólicos, tendo a Administração da Companhia apresentado a Diretoria da ANEEL pedido de reconsideração da decisão de revogação das autorizações. O pedido foi negado e as outorgas canceladas. A Companhia entrou com nova solicitação visando à não execução das garantias de fiel cumprimento relativas ao projeto, essa solicitação continua pendente de julgamento por parte da ANEEL. Face a isto, a Administração da Companhia entende ser desnecessária qualquer provisão complementar de *impairment* para esses ativos. Conforme divulgado na Nota 17.a, a Companhia mantém provisão de R\$61.080 no período findo em 30 de setembro de 2021, para fazer face às penalidades impostas pela ANEEL em decorrência do cancelamento dessas outorgas.

Nota 4: Inclui principalmente gastos com licenças e estudos ambientais, contratos de arrendamento, medições de vento e outros relacionados ao desenvolvimento e manutenção do portfólio de projetos eólicos e de pequenas centrais hidrelétricas, sem prazo de conclusão. A Administração entende que estes projetos são aptos a participar de leilões de energia, não sendo identificado em 30 de setembro de 2021 a necessidade de qualquer provisão complementar de *impairment*.

## 11.8 Baixa de projetos

A Companhia revisa seu portfólio de desenvolvimento de projetos eólicos, projetos básicos e inventários de PCH periodicamente. Após revisão de seu portfólio de projetos eólicos e de pequenas centrais hidrelétricas, a Companhia baixou em 30 de setembro de 2021 o montante de R\$941 referente a projetos descontinuados.

Em agosto de 2017, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a assinatura do Instrumento Particular de Assunção e Confissão de Dívida e Outras Avenças, sujeito a certas condições resolutivas com a Casa dos Ventos Energias Renováveis S.A. que assumiu a obrigação de quitar uma dívida da Companhia no valor de R\$43.000 junto ao Banco BTG Pactual decorrente do instrumento de confissão de dívida firmado entre Companhia e o BTG e em contrapartida de tal assunção, a Companhia cedeu em pagamento o projeto em desenvolvimento denominado Facheiro I. No momento, a maioria das condições precedentes da transação acima foram cumpridas, todavia não foram completamente concluídas, desta forma, a Companhia mantém um saldo em 30 de junho de 2021 no montante de R\$25.375 em outras contas a pagar, aguardando o cumprimento total das condições precedentes que ainda restam pendentes para a conclusão integral da referida transação.

## 11.9 Redução ao valor recuperável do ativo imobilizado

Em 30 de setembro de 2021, a Companhia procedeu a revisão do valor recuperável de seu ativo imobilizado utilizando o método do valor em uso dos ativos e considerando a taxa de desconto real (calculada pela metodologia wacc) utilizada para calcular o valor presente dos fluxos de caixa dos projetos de 5,78% ao ano, e não identificou necessidade de complementar a provisão anteriormente constituída (R\$1.417.496 em 31 de dezembro de 2020).

## 11.10 Bens dados em garantia

As controladas indiretas Espra e Diamantina possuem bens do ativo imobilizado dados em garantia a empréstimos e financiamentos no montante de R\$1.527.898, conforme Nota 14.3.



## 11.11 Desmantelamento

A provisão para desmantelamento de ativos refere-se aos custos e despesas a serem incorridos, assim como a obrigação que a Companhia deverá liquidar, no futuro, para retirada de serviço dos seus ativos de longo prazo relacionados aos parques eólicos e reconstituição do terreno. A Companhia estima um custo aproximado de R\$57.000, calculado a valor presente, a ser contabilizado quando da entrada em operação comercial dos parques eólicos que atualmente encontram-se em construção, conforme sua prática contábil. A mensuração inicial será reconhecida como um passivo descontado a valor presente e, posteriormente, através do acréscimo de despesas financeiras ao longo do tempo. O custo de desativação de ativos equivalente ao passivo inicial é capitalizado como parte do valor contábil do ativo sendo depreciado pelo prazo restante da autorização.

## 12. Direito de uso – Arrendamentos

Para o período findo em 30 de setembro de 2021, a Companhia e suas controladas identificaram 1.788 contratos de arrendamento de terras aderentes aos critérios de reconhecimento e mensuração estabelecidos na norma IFRS 16, sendo 1.632 relacionados a projetos eólicos em desenvolvimento, 135 aos parques eólicos em construção e 14 às PCHs em operação e ainda 7 contratos de aluguel de sedes administrativas.

Para esses contratos, a Companhia e suas controladas reconheceram o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado, conforme segue:

Ativo	30/09/2021		Passivo	30/09/2021	
	Consolidado	Controladora		Consolidado	Controladora
Não circulante			Circulante		
Imobilizado			Arrendamentos a pagar	12.171	7.955
Direito de uso do ativo arrendado	48.579	22.194	(-) Juros a apropriar	(4.950)	(1.435)
(-) Direito de uso - contrato de arrendamento	(13.394)	(9.879)	Total do passivo circulante	7.221	6.520
	35.185	12.315	Não circulante		
			Arrendamentos a pagar	82.492	11.057
			(-) Juros a apropriar	(49.275)	(2.184)
			Total do passivo não circulante	33.217	8.873
Transferência para ativos mantidos para venda	(22.691)	(12.001)	Transferência para passivos diretamente associados a ativos mantidos para venda	(26.747)	(14.994)
Ativo total	12.494	314	Passivo total	13.691	399

Para determinação do valor justo de arrendamento, foi aplicada uma taxa de desconto, calculada com base nas taxas incrementais de empréstimos da Companhia que variou entre 14,03% a.a. e 15,66% a.a. aos pagamentos mínimos previstos, considerando-se o prazo de vigência do contrato de arrendamento ou da autorização, o que for menor, conforme o caso.

A Companhia e suas controladas, em conformidade com o CPC 06 (R2), na mensuração de seu passivo de arrendamento e do direito de uso, procedeu ao uso da técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação futura projetada nos fluxos a serem descontados, conforme vedação imposta pelo CPC 06 (R2). Essa vedação pode gerar distorções relevantes na informação a ser prestada, dada a realidade atual das taxas de juros de longo prazo no ambiente econômico brasileiro. A Companhia avaliou esses efeitos, concluindo que são imateriais para suas informações contábeis intermediárias consolidadas e individuais.

Adicionalmente, a Companhia e suas controladas reconheceram no resultado do período a amortização dos ativos de direito de uso e despesa de juros sobre obrigações de arrendamento:





	<u>Consolidado</u>	<u>Controladora</u>
Custo		
Amortização direito de uso	610	-
Despesa		
Amortização direito de uso	939	560
Resultado financeiro		
Juros sobre obrigação de arrendamento	4.012	1.393
Total	<u>5.561</u>	<u>1.953</u>

Em 30 de setembro de 2021, o escalonamento dos vencimentos é como segue:

<u>Ano de vencimento</u>	<u>Consolidado</u>	
	<u>Juros</u>	<u>Principal</u>
Circulante		
2021	1.292	5.262
2022	3.657	6.868
Não circulante		
2022	1.148	2.253
2023	4.262	8.148
2024	3.772	7.211
2025	3.407	5.271
2026 a 2030	14.549	20.414
2031 a 2035	9.670	15.706
2036 a 2040	7.216	9.921
2041 a 2045	4.328	9.906
2046 a 2050	924	3.703
Total	<u>54.225</u>	<u>94.663</u>

**13. Fornecedores**

	Nota explicativa	Consolidado		Controladora	
		30/09/2021	31/12/2020	30/09/2021	31/12/2020
Fornecedores		58.605	41.848	5.605	9.142
Fornecedores recuperação judicial		231.001	305.801	50.628	44.410
		289.606	347.649	56.233	53.552
Transferência para passivos diretamente associados a ativos mantidos para venda	28.2	(873)	(331)	-	-
		288.733	347.318	56.233	53.552
Apresentados como:					
Circulante		90.165	45.492	24.776	9.485
Não circulante		198.568	301.826	31.457	44.067
Total		288.733	347.318	56.233	53.552

Em 30 de setembro de 2021 o saldo a pagar de fornecedores que compõem os credores do plano de recuperação judicial, conforme divulgado na nota 1.3, totaliza R\$231.001 (consolidado), sendo R\$18.939 - Classe I, R\$209.891 - Classe III e R\$2.171 - Classe IV. Na controladora o total é R\$50.628, sendo, R\$18.848 - Classe I, R\$31.615 - Classe III e R\$165 - Classe IV.



## 14. Empréstimos, financiamentos e debêntures privadas

### 14.1 Consolidado

		Consolidado											
		30/09/2021						31/12/2020					
		Circulante			Não circulante			Circulante			Não circulante		
Custo da Dívida		Encargos	Principal	Total	Encargos	Principal	Total	Encargos	Principal	Total	Encargos	Principal	Total
Moeda Nacional													
FNE - Banco do Nordeste do Brasil S.A. - Espra <sup>(14.6.a)</sup>	9,5% a.a. (8,08% a.a.) <sup>a</sup>	787	11.126	11.913	3.007	41.725	44.732	56.645	4.410	11.127	15.537	-	50.069
BNDES - Ponte I Diamantina Eólica (Subcrédito "C") <sup>(14.6.c)</sup>	100% CDI <sup>b</sup>	90	-	90	3.779	455.253	459.032	459.122	44	-	44	17.187	445.253
Banco Bradesco <sup>(14.6.d)</sup>	100% CDI <sup>b</sup>	63	-	63	20.538	323.034	343.572	343.635	32	-	32	12.196	323.034
Banco Itaú <sup>(14.6.d)</sup>	100% CDI <sup>b</sup>	23	-	23	7.514	118.183	125.697	125.720	11	-	11	4.461	118.183
Citibank <sup>(14.6.d)</sup>	100% CDI <sup>b</sup>	16	-	16	5.060	79.585	84.645	84.661	8	-	8	3.005	79.585
Banco ABC <sup>(14.6.d)</sup>	100% CDI <sup>b</sup>	9	-	9	3.006	47.273	50.279	50.288	5	-	5	1.785	47.273
BTG Pactual <sup>(14.6.d)</sup>	155% CDI	29.476	171.027	200.503	-	-	-	200.503	16.634	171.027	187.661	-	-
Citibank <sup>(14.6.d)</sup>	100% CDI <sup>b</sup>	7.516	166.053	173.569	-	-	-	173.569	795	188.882	189.677	-	-
Banco Modal <sup>(14.6.d)</sup>	0,5% a.a. + TR <sup>b</sup>	-	-	-	-	-	-	-	795	-	7	83	21.386
Banco Bradesco <sup>(14.6.d)</sup>	0,5% a.a. + TR <sup>b</sup>	2	-	2	40	4.638	4.678	4.680	795	-	3	17	4.674
Banco Itaú <sup>(14.6.d)</sup>	0,5% a.a. + TR <sup>b</sup>	2	-	2	41	4.504	4.545	4.547	795	-	3	16	4.503
Banco Safra <sup>(14.6.b)</sup>	0,5% a.a. + TR <sup>b</sup>	1	-	1	22	2.557	2.579	2.580	795	2.709	3.010	-	-
		37.985	348.206	386.191	43.007	1.076.752	1.119.759	1.505.950	25.119	373.745	395.998	38.750	1.093.960
Transferência para passivos associados a ativos mantidos para venda (nota 28.2)		(787)	(11.126)	(11.913)	(3.007)	(41.725)	(44.732)	(56.645)	(4.410)	(11.127)	(15.537)	-	(50.069)
Subtotal dos empréstimos e financiamentos		37.198	337.080	374.278	40.000	1.035.027	1.075.027	1.449.305	20.709	362.618	380.461	38.750	1.043.891
DIP Quadra <sup>(14.6.e)</sup>	15% a.a.	26.255	14.797	41.052	-	355.128	355.128	396.180	-	-	-	-	-
Custo de captação da operação		-	(1.489)	(1.489)	-	(12.035)	(12.035)	(13.524)	-	-	-	-	-
		26.255	13.308	39.563	-	343.093	343.093	382.656	-	-	-	-	-
TOTAL DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS		63.453	350.388	413.841	40.000	1.378.120	1.418.120	1.831.961	20.709	362.618	380.461	38.750	1.043.891

a) 15% de bônus de adimplência.

b) As taxas foram repactuadas no plano de recuperação judicial.



## 14.2 Controladora

### 14.2.1 Empréstimos

		30/09/2021							31/12/2020		
		Circulante			Não circulante				Circulante		
	<u>Custo da Dívida</u>	<u>Encargos</u>	<u>Principal</u>	<u>Total</u>	<u>Encargos</u>	<u>Principal</u>	<u>Total</u>	<u>Total geral</u>	<u>Encargos</u>	<u>Principal</u>	<u>Total</u>
BTG Pactual <sup>(14.6.d)</sup>	155% CDI	29.476	171.027	200.503	-	-	-	200.503	16.634	171.027	187.661
Citibank <sup>(14.6.d)</sup>	0,5% a.a. + TR <sup>b</sup>	7.516	166.053	173.569	-	-	-	173.569	795	188.882	189.677
Banco Safra <sup>(14.6.b)</sup>	0,5% a.a. + TR <sup>b</sup>	1	-	1	22	2.557	2.579	2.580	795	2.709	3.504
<b>TOTAL DE EMPRÉSTIMOS</b>		<b>36.993</b>	<b>337.080</b>	<b>374.073</b>	<b>22</b>	<b>2.557</b>	<b>2.579</b>	<b>173.569</b>	<b>1.590</b>	<b>191.591</b>	<b>193.181</b>

b) as taxas foram repactuadas no plano de recuperação judicial.

### 14.2.2 Debêntures privadas

		Não circulante					
		30/09/2021			31/12/2020		
	<u>Custo da Dívida</u>	<u>Encargos</u>	<u>Principal</u>	<u>Total</u>	<u>Encargos</u>	<u>Principal</u>	<u>Total</u>
Debêntures privadas <sup>(14.6.f)</sup>	TR + 0,5% a.a.	1.141	506.808	507.949	137	51.000	51.137

Em 30 de setembro de 2021 a dívida total que compõe os credores do plano de recuperação judicial totaliza no consolidado R\$1.075.233, sendo, R\$1.063.426 da Classe II e R\$11.807 da Classe III. Os pagamentos ocorrerão conforme plano de recuperação judicial resumido na nota explicativa nº 1.3.

### 14.3 Garantias

O saldo devedor dos empréstimos e financiamentos, em 30 de setembro de 2021, é garantido da seguinte forma:

	BNB (nota 14.6.a)	BNDES (nota 14.6.c)	Banco BTG (nota 14.6.d)	Total
Recebíveis da Espra	462.150	-	462.150	462.150
Penhor de ações da Enerbras	155.369	-	155.369	155.369
Hipoteca/alienação de bens do ativo imobilizado	134.855	1.393.043	134.855	1.527.898
Caução em dinheiro (Nota 9)	12.104	-	-	12.104
<b>Total</b>	<b>764.478</b>	<b>1.393.043</b>	<b>752.374</b>	<b>2.157.521</b>

As demais garantias relacionadas aos financiamentos estão descritas na Nota 14.6.

### 14.4 Movimentação

a. A movimentação dos empréstimos e financiamentos é como segue:

	Consolidado			Controladora		
	Principal	Encargos	Total	Principal	Encargos	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	1.300.734	261.564	1.562.298	356.641	12.021	368.662
Assunção de dívida de controlada	-	-	-	2.557	-	2.557
Encargos financeiros provisionados	-	126.976	126.976	-	16.310	16.310
Encargos financeiros pagos	-	(1.388)	(1.388)	-	-	-
Penalidades	941	-	941	-	-	-
Amortização de empréstimos e financiamentos	(7.877)	-	(7.877)	-	-	-
Apropriação dos custos de captação	103	-	103	-	-	-
Saldos em 30 de setembro de 2020	1.293.901	387.152	1.681.053	359.198	28.331	387.529
Saldos em 31 de dezembro de 2020	1.406.509	56.593	1.463.102	362.618	17.730	380.348
Empréstimos obtidos	362.465	-	362.465	-	-	-
Provisão dos encargos financeiros	-	106.438	106.438	-	23.220	23.220
Encargos financeiros pagos	-	(43.083)	(43.083)	-	(4.085)	(4.085)
Amortização de empréstimos e financiamentos	(52.753)	-	(52.753)	(22.831)	-	(22.831)
Penalidades	355	-	355	-	-	-
Incorporação de juros ao principal	21.328	(21.328)	-	(150)	150	-
Custo de captação	(14.392)	-	(14.392)	-	-	-
Apropriação dos custos de captação	868	-	868	-	-	-
Transferência para passivos diretamente associados a ativos mantidos para venda	4.128	4.833	8.961	-	-	-
Saldos em 30 de setembro de 2021	1.728.508	103.453	1.831.961	339.637	37.015	376.652

b. A movimentação das debêntures privadas está apresentada a seguir:

	Controladora	
	Principal	Encargos
	Total	
Saldos em 31 de dezembro de 2019	-	-
Captação de debêntures privadas	51.000	-
Encargos financeiros provisionados	-	93
Saldos em 30 de setembro de 2020	51.000	93
Saldos em 31 de dezembro de 2020	51.000	137
Captação de debêntures privadas	455.808	-
Encargos financeiros provisionados	-	1.004
Saldos em 30 de setembro de 2021	506.808	1.141

#### 14.5 Vencimento das parcelas - não circulante (principal e encargos)

As parcelas classificadas no passivo não circulante têm o seguinte cronograma de pagamento, conforme previsto no plano de recuperação judicial (Nota 1.3):

Ano de vencimento	30/09/2021	
	Consolidado	Controladora
2022	14.913	1
2023	59.304	129
2024	79.638	129
2025	72.240	129
2026	79.653	129
2027 a 2031	1.119.393	966
2032 a 2036	5.014	1.096
Total	1.430.155	2.579

#### 14.6 Resumo dos contratos

##### a. Contrato BNB

A controlada indireta Espra, com interveniência da controlada Enerbras, obteve financiamento com o BNB em 30 de junho de 2006, no total de R\$120.096, com vencimento em 30 de junho de 2026.

São garantias deste financiamento a hipoteca de imóveis do Complexo Serra da Prata (R\$134.855), o penhor de ações da Enerbras (R\$155.369), o penhor dos direitos emergentes das Resoluções Autorizativas, o direito de receber todos e quaisquer valores que, efetiva ou potencialmente, estejam ou venham a se tornar exigíveis e pendentes de pagamento pelo poder concedente à Espra, no valor de R\$462.150 (que representa os recebíveis calculados até o final do contrato) todos os demais direitos, corpóreos ou incorpóreos das respectivas resoluções





autorizativas e fundo de liquidez em conta reserva no valor de R\$12.104, em 30 de setembro de 2021, que deverá ser mantida durante todo o prazo da operação de financiamento (Nota 9). O contrato de financiamento com o BNB não exige índices financeiros para vencimentos antecipados da dívida.

Em 28 de abril de 2020, a controlada indireta Espra repactuou o contrato de financiamento com o BNB, segundo Resolução 4.798, de 6 de abril de 2020, do Conselho Monetário do Brasil, suspendendo as parcelas com vencimento de abril a dezembro de 2020 e redistribuindo-as entre as demais parcelas de principal, mantendo-se o prazo final do contrato original. Durante esse período, os encargos serão capitalizados, voltando a ser exigidos juntamente com as novas parcelas de principal.

#### b. Banco Safra

Em 19 de dezembro de 2013 a controlada Centrais Elétricas Itaparica S.A. – em recuperação (“Itaparica”) judicial assinou contrato de financiamento com a Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP no montante de R\$107.960, cujos recursos seriam destinados à implantação de uma usina de geração e distribuição de energia híbrida solar e eólica. O financiamento possuía carência de 36 meses entre a data da assinatura do contrato e a de vencimento da parcela de amortização e deveria ser pago em 85 prestações, vencendo-se a primeira em 15 de janeiro de 2017 e a última em 15 de janeiro de 2024.

Em razão da ocorrência de eventos de inadimplemento pela controlada Itaparica, a FINEP decretou vencimento antecipado do financiamento e o Banco Safra, na qualidade de fiador, honrou a integridade da dívida junto a FINEP utilizando R\$6.097 de recursos da Companhia aplicados em CDB no mesmo banco e se sub-rogou no saldo remanescente de R\$2.557, que constou na lista de credores em nome do FINEP na Classe III do plano de recuperação judicial. Contudo, o Banco Safra ingressou com execução de título extrajudicial fundamentado na sub-rogação e extraconcursalidade do crédito. A Companhia opôs embargos à execução que estão suspensos, uma vez que o juízo recuperacional foi instado a decidir acerca da concursalidade ou não do crédito, tendo decidido pela sua concursalidade. O Banco Safra interpôs recurso, que foi provido para declarar o crédito como extraconcursal. A Companhia interporá recurso em face da referida decisão.

#### c. BNDES (Empréstimo ponte)

Em 19 de dezembro de 2014, foi assinado o contrato de financiamento de curto prazo entre o BNDES e a Diamantina Eólica Participações S.A. – em recuperação judicial (“Diamantina”), no valor total de R\$700.000, dividido em dois subcréditos: Subcrédito “A” no valor de R\$140.000 e Subcrédito “B” no valor de R\$560.000, para os parques do LER 2013 e mercado livre. Em 18 de fevereiro de 2016, conforme 1º aditivo de contrato entre as partes, houve o remanejamento de parcela do Subcrédito “B” com a criação do subcrédito “C” no valor de R\$163.963.

Considerando que não houve nova prorrogação ou pagamento dessa dívida, em 17 de outubro de 2019 foram executadas as cartas fianças emitidas pelos bancos Bradesco S.A., Citibank S.A., Itaú Unibanco S.A. e ABC Brasil S.A., no montante de R\$568.075, reduzindo o saldo devido ao BNDES e criando uma dívida com esses bancos, mediante a sub-rogação desses bancos nos mesmos direitos do BNDES no referido Contrato de Financiamento.

A dívida com esse banco foi repactuada no âmbito do plano de recuperação judicial (Classe II). Em cumprimento dos planos de recuperação judicial, com a alienação da UPI Fase B 05 de abril de 2021, a Companhia amortizou R\$14.858.

São garantias desse financiamento: (i) penhor da totalidade das ações e dividendos da Alto Sertão Participações S.A. – em recuperação judicial (“Alto Sertão”), Diamantina e das SPEs na qualidade de intervenientes ao contrato, (ii) cessão fiduciária de 34,72% dos dividendos da Chipley, (iii) penhor das máquinas e equipamentos, (iv) dos direitos emergentes das Autorizações emitidas pela ANEEL, (v) dos direitos creditórios dos contratos de fornecimento dos aerogeradores, (vi) cessão fiduciária dos direitos creditórios dos contratos de venda de energia

celebrados entre as SPEs e ambiente livre (CCVEs), no ambiente regulado (CCEARs) e (CERs), e (vii) originalmente, fianças bancárias, as quais já foram executadas conforme mencionado acima.

d. Outros empréstimos – capital de giro

Banco Modal S.A.: em 10 de novembro de 2015, a controlada Alto Sertão emitiu uma Cédula de Crédito Bancário de R\$15.000 acrescida de 100% do CDI mais uma taxa pré-fixada de 6% a.a. junto ao Banco Modal S.A. cujo vencimento ocorreu em 10 de setembro de 2019. Essa operação tem a Companhia e a Diamantina como avalistas.

Em 23 de agosto de 2021, o Banco Modal, na condição de credor quirografário Classe III converteu os créditos detidos contra o Grupo Renova em ações da Companhia, quitando assim a dívida.

Bradesco S.A. e Itaú Unibanco S.A.: Em 19 de julho de 2019, a controlada indireta Diamantina contratou Cédulas de Crédito Bancário (“CCB”) junto aos bancos Bradesco S.A. e Itaú Unibanco S.A., no valor total de R\$24.400, com taxa de juros de 100% do CDI + 2,5% a.a. e vencimento em 14 de abril de 2020. São garantias da operação cartas fianças emitidas pela controlada Chipley e pela então controladora Light S.A. na proporção de 36,23% e 63,77%, respectivamente. Em razão da ocorrência de eventos de inadimplemento pelas controladas Diamantina e Chipley, os Bancos Itaú e Bradesco decretaram vencimento antecipado das CCBs e a Light, na qualidade de fiadora não solidária das obrigações, efetuou o pagamento em 21 de outubro de 2019, do montante de R\$15.893 (Nota 17) restando um saldo a pagar em favor dos Bancos de R\$9.412, bem como um saldo no valor de R\$15.962 perante a Light pela sub-rogação nos direitos da CCB.

As dívidas com os bancos mencionados no parágrafo anterior foram repactuadas no âmbito do plano de recuperação judicial (Classe III).

Banco Citibank S.A.: em 24 de março de 2016, a Companhia assinou Cédula de Crédito Bancário (“CCB”) com o Banco Citibank S.A., no valor principal de R\$120.500 com vencimento em 31 de janeiro de 2017 e juros de 4,5% a.a. acrescida de 100% do CDI. Essa dívida foi renegociada pela Companhia, que em 23 de julho de 2019, assinou com o Citibank, uma nova CCB no valor de R\$185.614, atualizada a 155% a.a. do CDI, com prazo total de 6 anos, sendo 1 ano de carência de principal.

Em 18 de dezembro de 2020 as partes assinaram o instrumento particular de transação, que dentre outras coisas i) reconhece natureza extraconcursal da integralidade do crédito do Citibank proveniente da CCB, ii) altera os juros remuneratórios para 100% do CDI desde a data do pedido de recuperação judicial, iii) determina o pagamento imediato de R\$10.000, cujo recurso foi disponibilizado em conta determinada pelo Citibank, e iv) amortização da dívida com recursos oriundo da venda de ativos (Nota 1.3). ). Com a alienação da UPI Fase B 05 de abril de 2021, a Companhia amortizou R\$16.914.

As principais garantias da operação são: i) aval da Chipley e ii) Cessão fiduciária de 35,28% dos dividendos distribuídos pela Chipley à Renova.

Banco BTG Pactual S.A.: em 29 de junho e 23 de agosto de 2017, a Companhia assinou dois instrumentos Particular de Transação e Confissão de Dívida (CD 8/17 e 14/17) com o Banco BTG Pactual S.A., no valor de R\$54.228 e R\$89.323, respectivamente. Em 3 de maio de 2019, a Companhia assinou o 2º e 1º aditivos a esses instrumentos estabelecendo as seguintes condições de pagamento: o valor do principal da dívida será pago em 20 parcelas trimestrais, iguais e consecutivas, após o período de carência de 1 ano a contar de 3 de maio de 2019. O principal está sujeito a juros remuneratórios de 155% a.a. do CDI. Considerando a natureza extraconcursal do crédito, essa dívida não está sujeita a recuperação judicial e será amortizada com recursos oriundos da venda da UPI Enerbras (Notas 1.2.3 e 1.3).

São garantias a essa operação a alienação fiduciária da totalidade das ações de emissão da Enerbras detidas pela Companhia, penhor em 2º grau da totalidade das ações de emissão da Espra, penhor em 2º grau dos direitos

emergentes das PCHs do Complexo Hidroelétrico Serra da Prata e hipoteca em 2º grau dos imóveis do Complexo Hidroelétrico Serra da Prata.

Em razão da ocorrência de eventos de inadimplemento, mesmo o Banco BTG não tendo decretado o vencimento antecipado da dívida, a Companhia reclassificou o saldo integral da dívida para o passivo circulante, conforme determina a norma contábil.

#### e. DIP Quadra

Em 17 de dezembro de 2020, a controlada Chipley assinou contrato de empréstimo na modalidade DIP, por meio de uma Cédula de Crédito Bancário emitida em favor da QI Sociedade de Crédito Ltda., estruturada pela Quadra Gestão de Recursos Ltda (“Quadra Capital”), no valor de R\$ 350.000, com coobrigações da Companhia e da controlada Renovapar, conforme previsto e autorizado no âmbito do processo de recuperação judicial do Grupo Renova.

Em 05 de março de 2021, o Grupo Renova recebeu o montante atualizado de R\$ 362.465 que estão sendo utilizados para conclusão da implantação e entrada em operação comercial do Complexo Eólico Alto Sertão III Fase A.

O pagamento do principal atualizado ou seu saldo deverá ser realizado de acordo com o cronograma de amortização abaixo, acrescido dos encargos remuneratórios previstos na referida cédula de crédito:

Vencimento	Saldo principal atualizado	Vencimento	Saldo principal atualizado	Vencimento	Saldo principal atualizado
15/04/2022	4,00%	15/04/2025	2,99%	15/04/2028	26,88%
15/10/2022	4,17%	15/10/2025	3,09%	15/10/2028	36,76%
15/04/2023	0,82%	15/04/2026	4,46%	15/04/2029	38,37%
15/10/2023	0,82%	15/10/2026	4,67%	15/10/2029	62,26%
15/04/2024	3,87%	15/04/2027	17,48%	15/04/2030	50,00%
15/10/2024	4,02%	15/10/2027	21,19%	15/10/2030	Saldo remanescente

#### f. Debêntures privadas

Para reforçar o capital de giro da Companhia e finalizar as obras do Complexo Eólico Alto Sertão III – Fase A., foram realizadas emissões privadas de debêntures não conversíveis em ações, em uma única série, remuneradas a juros equivalentes a variação acumulada da TR acrescidos a 0,5% a.a., subscritas integralmente pela controlada Chipley e pelas controladas que integram o Alto Sertão III – Fase B, conforme resumo a seguir:

Data	Subscritor	Emissão privada	Valor	Vencimento	Saldo em 30/09/2021
24/03/2020	Chipley	4 <sup>a</sup>	51.000	24/03/2025	51.271
05/03/2021	Chipley	5 <sup>a</sup>	348.519	05/03/2026	349.220
08/03/2021	Chipley	6 <sup>a</sup>	20.210	08/03/2026	20.250
24/03/2021	Chipley	7 <sup>a</sup>	20.400	24/03/2026	20.437
05/04/2021	Fase B	8 <sup>a</sup>	50.730	24/03/2025	50.818
01/09/2021	Chipley	9 <sup>a</sup>	6.872	01/09/2026	6.874
03/09/2021	Fase B	10 <sup>a</sup>	9.077	03/09/2026	9.079
			<u>506.808</u>		<u>507.949</u>

**15. Tributos a recolher**

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2021	31/12/2020	30/09/2021	31/12/2020
IRPJ a pagar	225	101	-	-
CSLL a pagar	55	19	-	-
COFINS a recolher	16	15	10	11
PIS a recolher	3	3	2	2
Tributos sobre folha de pagamento	976	1.091	976	1.091
Tributos retidos de terceiros	2.688	3.828	508	2.926
Tributos sobre operações de mútuo	69	12	69	12
Tributos em parcelamento	22.264	25.963	4.091	4.798
Outros impostos a recolher	22	521	-	-
	<u>26.318</u>	<u>31.553</u>	<u>5.656</u>	<u>8.840</u>
Transferência para passivos diretamente associados a ativos mantidos para venda (Nota 28.2)	(403)	(214)	-	-
<b>TOTAL</b>	<u><b>25.915</b></u>	<u><b>31.339</b></u>	<u><b>5.656</b></u>	<u><b>8.840</b></u>
Apresentados como:				
Circulante	10.224	11.064	2.865	5.179
Não circulante	15.691	20.275	2.791	3.661
<b>Total</b>	<u><b>25.915</b></u>	<u><b>31.339</b></u>	<u><b>5.656</b></u>	<u><b>8.840</b></u>

O saldo referente a tributos em parcelamento da Controladora, no valor de R\$4.091 refere-se a: i) débitos de IRRF sobre as operações de mútuo incluídos no parcelamento simplificado junto à Receita Federal do Brasil no ano de 2019, optando pelo pagamento em 60 prestações, sem redução de juros, cujo saldo a pagar em 30 de setembro de 2021 corresponde a R\$ 3.101, e ii) outros débitos de IRRF e IOF sobre operações de mútuo, parcelados junto a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (“PGFN”) em dezembro de 2020, através da transação excepcional, optando pelo pagamento em 84 prestações e com redução de até 50% de multa, juros e encargos, cujo saldo a pagar em 30 de setembro de 2021 é R\$ 990.

Em 2019, determinadas controladas como a Chipley SP Participações, Renova Comercializadora de Energia e determinadas controladas integrantes do Complexo Eólico Alto Sertão III, incluíram os saldos a pagar de IRRF, IRPJ, CSLL, PIS, COFINS e IOF sobre as operações de mútuo no programa de parcelamento simplificado de débitos fiscais da Receita Federal. Esses débitos foram parcelados em 60 meses, sem redução de juros.

Em dezembro de 2020, as controladas Chipley SP Participações e Renova Comercializadora de Energia parcelaram débitos IRPJ, CSLL, PIS, COFINS, IRRF e IOF sobre as operações de mútuo junto a PGFN por meio da transação excepcional, optando pelo pagamento em 84 prestações e com redução de até 50% de multa, juros e encargos. O total do montante de débitos parcelados pela controladas segue apresentado na linha de “Tributos em parcelamento” no consolidado no quadro acima.



**16. Contas a pagar - CCEE/Eletrobrás (consolidado)**

	Passivo	
	30/09/2021	31/12/2020
Circulante		
Eletrobras	14.529	3.640
CCEE	32.380	17.373
Total	46.909	21.013
Transferência para passivos diretamente associados a ativos mantidos para venda (Nota 28.2)	(14.529)	(3.640)
Total do circulante	32.380	17.373
Não circulante		
Eletrobras	11.071	12.432
CCEE	48.290	40.778
	59.361	53.210
Transferência para passivos diretamente associados a ativos mantidos para venda (Nota 28.2)	(11.071)	(12.432)
Total do não circulante	48.290	40.778
Total	80.670	58.151

Do saldo apresentado no quadro acima, R\$33.962 compõe a Classe III do plano de recuperação judicial e será pago conforme divulgado na nota 1.3.

**Eletrobrás**

O Contrato de Compra e Venda de Energia, celebrado entre a controlada indireta Espra e a Eletrobrás, estabelece que seja apurada em cada ano (período de janeiro a dezembro) o resultado da comercialização no âmbito da Eletrobrás, sendo a parcela de ajuste financeiro resultante dessa apuração compensada nas faturas mensais do ano subsequente.

Conforme estabelecido na Medida Provisória 688, em dezembro de 2015, o Governo sancionou a Lei 13.203/2015 que trata da repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica para os agentes participantes do Mecanismo de Relocação de Energia ("MRE"), com efeito iniciando em 2015. A controlada indireta Espra aderiu à repactuação do risco hidrológico referente às PCHs Colino I, Cachoeira da Lixa e Colino II, fazendo opção pela transferência integral do risco hidrológico (SP100) ao consumidor. Neste produto, o gerador transfere integralmente o risco hidrológico inerente aos contratos regulados mediante pagamento de prêmio de risco de 13,01 R\$/MWh para Colino I e Cachoeira da Lixa e de 15,35 R\$/MWh para Colino II (data-base de janeiro de 2021 anualmente atualizado pelo IPCA) até o final dos contratos de venda de energia ou ao final da autorização, dos dois o menor.

**CCEE**

Os Contratos de Energia de Reserva celebrados entre as controladas indiretas do LER 2013, do LER 2014 e a CCEE estabelecem que sejam apuradas em cada ano contratual as diferenças entre a energia gerada das usinas e a energia contratada. O ressarcimento por desvios negativos (abaixo da faixa de tolerância – 10%) de geração será pago em 12 parcelas mensais uniformes ao longo do ano contratual seguinte, valorado a 115% (ressarcimento anual – ressarcimento de 100% do volume + 15% de multa pela não entrega). Ao final de cada quadriênio, o

ressarcimento por desvios negativos de geração será pago em 12 parcelas mensais uniformes ao longo do ano contratual seguinte, valorado a 106%.

Os valores provisionados decorrem do reconhecimento da multa que está sendo aplicada pela CCEE pelo não fornecimento de energia em função da não conclusão dos parques eólicos, calculada conforme parágrafo anterior.

## 16.1 Movimentação

A movimentação dos exercícios está apresentada a seguir:

	31/12/2020	Provisão/ Reversão	Multa sobre ressarcimento	Amortização	Atualização	Transferência para passivos associados a ativos mantidos para venda	30/09/2021
Eletrobras	-	14.861	-	(5.333)	-	(9.528)	-
CCEE	58.151	-	29.934	(7.576)	161	-	80.670
Total do passivo	58.151	14.861	29.934	(12.909)	161	(9.528)	80.670

	31/12/2019	Provisão	Multa sobre ressarcimento	Amortização	30/09/2020
Eletrobras	22.777	793	-	(6.582)	16.988
CCEE	41.577	-	20.303	-	61.880
Total do passivo	64.354	793	20.303	(6.582)	78.868

## 17. Outras contas a pagar

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2021	31/12/2020	30/09/2021	31/12/2020
Penalidades Regulatórias <sup>(a)</sup>	71.291	61.080	-	-
Outros <sup>(b)</sup>	117.996	136.732	81.799	96.803
Total	189.287	197.812	81.799	96.803
Transferência de passivo para ativo mantido para venda (nota 28.2)	(842)	(1.051)		
Total	188.445	196.761	81.799	96.803
Apresentados como:				
Circulante	96.983	93.538	25.561	29.105
Não circulante	91.462	103.223	56.238	67.698
Total	188.445	196.761	81.799	96.803

(a) Refere-se a valores provisionados em favor da: i) ANEEL no montante de R\$61.080 referente as penalidades aplicadas pelo cancelamento das outorgas dos parques eólicos da Fase B do Complexo Eólico AS III, ocorrida em 4 de junho de 2019 e ii) CCEE no montante de R\$10.211 referente as penalidades aplicadas por insuficiência de lastro dos parques do LER 2013 e LER 2014.

(b) Refere-se, substancialmente a outras contas a pagar relacionados a: i) passivo com a AES, que será quitado futuramente seja por meio do plano de recuperação judicial, em caso de concursabilidade, seja por outros meios, inclusive um possível encontro de contas contra créditos futuros, em caso de não sujeição de tal crédito ao plano de recuperação judicial, no montante de R\$43.391 (Nota 1.2.2), ii) negociação realizada com a Casa dos Ventos, conforme descrito na Nota 11.8, no montante de R\$25.375, iii) valor pago pela Light, na





qualidade de fiadora não solidária das obrigações das CCBs junto aos bancos Bradesco e Itaú, conforme mencionado na Nota 14.6, no montante atualizado de R\$16.024 (Classe III), iv) valores a pagar relacionados a processos cíveis e trabalhistas, que compõem os credores do plano de recuperação judicial, conforme divulgado na nota 1.3, no montante de R\$28.445, sendo R\$89 na Classe I, R\$28.308, na Classe III e R\$48 na Classe IV e v) valor devido a Junto Seguros pelo pagamento de indenizações securitárias vinculadas às apólices de seguro-garantia em favor na ANEEL, pelo cancelamento das outorgas, dos parques Unha D'anta, Jurema Preta e Saboeiro, do Complexo Eólico AS III Fase A, no montante ajustado de R\$3.867.

## 18. Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas

Em 30 de setembro de 2021, o saldo da provisão consolidada para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas é de R\$148.235 (31 de dezembro de 2020, R\$132.826), sendo R\$43.063 cíveis, R\$8.173 trabalhistas, R\$93.949 fiscais, R\$550, administrativas e R\$2.500, regulatórias. A seguir apresentamos a movimentação do período findo em 30 de setembro de 2021:

	Cíveis	Trabalhistas	Fiscal	Administrativas	Regulatório	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	28.825	8.772	92.291	438	2.500	132.826
Adição <sup>(a)</sup>	10.600	162	-	-	-	10.762
Atualização	3.663	631	1.671	100	-	6.065
Baixa	(30)	(1.423)	-	-	-	(1.453)
Total	43.058	8.142	93.962	538	2.500	148.200
Honorários de êxito <sup>(b)</sup>	5	31	(13)	12	-	35
Saldos em 30 de setembro de 2021	43.063	8.173	93.949	550	2.500	148.235

	Cíveis	Trabalhistas	Tributário	Administrativas	Regulatório	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	96.944	8.757	89.318	156	-	195.175
Adição	11.148	1.060	-	-	-	12.208
Atualização	112	498	-	21	-	631
Baixa	(46.954)	(302)	-	-	-	(47.256)
Pagamento	(6.392)	-	-	-	-	(6.392)
Total	54.858	10.013	89.318	177	-	154.366
Honorários de êxito	4.797	552	54	58	2.500	7.961
Saldos em 30 de setembro de 2020	59.655	10.565	89.372	235	2.500	162.327

(a) refere-se substancialmente a complemento de provisão para ação cível ajuizada por terceiros.

(b) refere-se a complemento da provisão para os compromissos de honorários de êxito das causas com prognósticos de perdas possíveis, remotas e excepcionalmente prognóstico provável, constituídas com base na avaliação realizada pela Administração da Companhia nos processos que possuem honorários de êxito previstos para os assessores jurídicos e, baseada na opinião de seus assessores legais, para o prognóstico de resolução dos processos.

A Administração da Companhia e de suas controladas, consubstanciada na opinião de seus consultores legais quanto à possibilidade de êxito nas diversas demandas judiciais, entende que as provisões constituídas registradas no balanço são suficientes para cobrir prováveis perdas com tais causas.

Adicionalmente, a Companhia e suas controladas estão envolvidas em diversos processos contingentes no montante aproximado de R\$1.036.843 (31 de dezembro de 2020, R\$963.648), sendo R\$1.032.559 (31 de dezembro de 2020, R\$956.824) cíveis, R\$2.843 (31 de dezembro de 2020, R\$2.765) administrativas e R\$1.441 trabalhistas (31 de dezembro de 2020, R\$4.060), os quais a Administração, com base na opinião dos seus assessores jurídicos,

classificou como possíveis de perda e não constituiu nenhuma provisão para o período findo em 30 de setembro de 2021.

Os processos classificados como perda provável e possível questionam principalmente os seguintes temas:

#### Prováveis

(i) Cíveis - refere-se basicamente a:

- a) ação cível ajuizada pela Elite Serviços Administrativos e Processamento de Dados Ltda. que tem como objeto a execução do suposto descumprimento do contrato de prestação de serviço por parte da Companhia, para o qual a Companhia ingressou com ação declaratória para rescisão do contrato e reconhecimento do desequilíbrio contratual. A Companhia, com base na opinião dos seus assessores jurídicos entende que a probabilidade de perda neste processo é provável e mantiveram provisão de R\$27.461.
- b) As demais ações cíveis classificadas com expectativa de perda provável, no montante de R\$10.798 referem-se substancialmente a processos relacionados a execuções de títulos extrajudiciais, ações de cobrança, ações declaratórias e indenizatórias, sendo bastante pulverizadas.

#### Possíveis

Dentre as ações cíveis classificadas como perda possível destacam-se:

- a) processos decorrentes de multas relacionadas a contratos de arrendamento com diversos arrendantes cujo montante total corresponde a R\$551.792 (R\$313.393, 31 de dezembro de 2020) para os quais nossos assessores jurídicos externos classificam a expectativa de perda como possível. Ademais, a Companhia interpôs recurso que foi julgado procedente em março de 2019, afastando a referida multa e determinando a aplicação da cláusula contratual específica para hipótese de inadimplemento, que consiste em correção monetária pelo índice indicado em contrato, juros de mora de 1% ao mês e multa de 2% sobre o valor da anuidade em atraso.
- b) As demais ações cíveis classificadas com expectativa de perda possível, no montante de R\$480.767 referem-se substancialmente a processos relacionados a execuções de títulos extrajudiciais, ações de cobrança, ações declaratórias e indenizatórias, sendo bastante pulverizadas, que futuramente serão extintas/suspensas e quitadas nos termos do Plano de Recuperação Judicial.

### **18.1 Riscos relacionados a conformidade com leis e regulamentos**

Como divulgado no Fato Relevante publicado em 20 de fevereiro de 2020, o Conselho de Administração da Companhia constituiu, em março de 2018, um Comitê de Monitoramento formado por membros do próprio Conselho de Administração e também do Conselho Fiscal para supervisionar a realização de uma investigação interna, conduzida por empresa independente especializada em investigações forenses com suporte de um escritório de advocacia externo inicialmente para avaliação dos fatos tornados públicos relativos à investigação conduzida pela Polícia Civil de Minas Gerais (Investigação Mineira) que depois foi expandida para abranger os fatos tornados públicos relativos a outras investigações, inclusive aqueles relacionados à Operação “Descarte” e a Operação “E o Vento Levou”. A investigação independente foi iniciada em março de 2018 e concluída em fevereiro de 2020.

Ao final da investigação interna, o escritório de investigação independente emitiu seu relatório, que foi apresentado ao Comitê de Monitoramento e ao Conselho de Administração. O relatório final dessas investigações internas



acabou por não identificar provas concretas de atos de corrupção ou desvios para campanhas políticas. Todavia, foram identificadas irregularidades na condução e efetivação de contratos, incluindo: (i) pagamentos sem evidência de contraprestação de serviços no montante global aproximado de R\$40 milhões nos anos de 2012 a 2018, (ii) pagamentos em desconformidade com as políticas internas da empresa e boas práticas de governança no montante global aproximado de R\$137 milhões nos anos de 2012 a 2017 e (iii) falhas nos controles internos da Companhia.

Após análise minuciosa dos valores citados no relatório dos Investigadores Independentes a Administração concluiu que parte desses valores (R\$35 milhões) correspondem a gastos que resultaram em ativos efetivos da Companhia e assim devem ser mantidos. Por outro lado, a Administração constatou que o valor restante (R\$142 milhões) já havia sido lançado contra o resultado de exercícios em anos anteriores, e, portanto, não produziram nenhum impacto informações contábeis intermediárias do período findo em 30 de setembro de 2021 e de períodos anteriores.

A Companhia tem a informação de que os inquéritos policiais da Operação “E o Vento Levou” e da Investigação Mineira ainda não foram finalizados, sendo que as autoridades governamentais poderão levar tempo adicional para concluir todos seus procedimentos de apuração dos fatos. Dessa forma, novas informações relevantes poderão ser reveladas no futuro.

Em outubro de 2019, a Receita Federal do Brasil lavrou auto de infração abrangendo os exercícios sociais de 2014 e 2015 contra a Companhia questionando a apuração dos cálculos dos Impostos de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ), Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF), supostamente devidos pela Companhia em virtude da não comprovação de despesas, falta de recolhimento de IRPJ sobre a base de cálculo estimada e a não comprovação de custos e despesas operacionais. Conquanto a Companhia tenha apresentado impugnação desse Auto de Infração, a qual foi rejeitada em 1ª instância administrativa e tendo a Companhia apresentado tempestivamente o devido Recurso Voluntário que está pendente de julgamento. Os advogados externos contratados pela Companhia avaliaram como provável o risco de perda na esfera administrativa na defesa da Companhia.

Com o objetivo de fortalecer o Programa de *Compliance* a Companhia e aprimoramento contínuo, a Companhia tem investido nos seguintes planos de ação:

- (i) Implementação de metas de gestão relacionadas a Compliance em todas as diretorias;
- (ii) Revisão/implementação de políticas e procedimentos principalmente relacionados a contratação de fornecedores e arrendantes, revisão dos valores de alçadas de aprovação, análise reputacional e bloqueio de fornecedores em desacordo com os valores de integridade da Companhia;
- (iii) Implementação de monitoramento de terceiros de alto risco;
- (iv) Comunicação e treinamento de colaboradores relacionadas ao Código de Ética e Conduta, Política Corporativa Anticorrupção, LGPD;
- (v) Conscientização de fornecedores e parceiros de negócios sobre os principais pontos relacionados ao Código de Ética e Conduta e Política Corporativa Anticorrupção da Renova Energia, reforçando os valores da Companhia com a cadeia de valor intensificando também o destaque para o Canal Transparência para o reporte de eventuais irregularidades;
- (vi) Aprimoramento do canal de denúncia e de procedimentos de apuração de denúncias, com a definição de consequências e medidas disciplinares para eventuais desvios de conduta praticados por colaboradores e terceiros;
- (vii) Revisão de cláusulas de integridade nos contratos de prestação de serviços e de arrendamentos, permitindo a realização de auditorias desses contratos e possibilidade de rescisão imediata em casos de desvios de conduta por parte de seus terceiros;
- (viii) Obtenção de termos de adesão a Política Corporativa Anticorrupção e novo Código de Ética e Conduta por 100% dos colaboradores, membros do Conselho de Administração, além dos membros do Conselho Fiscal;

- (ix) Implementação de ferramentas eletrônicas de assinatura de contratos e documentos corporativos permitindo a formalização desses documentos mesmo diante do distanciamento social imposto pela COVID-19, assegurando maior agilidade e rastreabilidade das contratações;
- (x) Reforço dos protocolos de segurança do trabalho com seus fornecedores e colaboradores nas obras e escritórios da Companhia contribuindo para minimização dos riscos de disseminação da COVID 19;
- (xi) Monitoramento contínuo de riscos de invasão e ataques cibernéticos nos sistemas da Companhia com conscientização de colaboradores e testes recorrentes para medir a maturidade dos controles internos para mitigar malware e ransomware;
- (xii) Avaliação das práticas de ESG (ambiental, social e governança, em português), em linha com os requisitos do Global Reporting Initiative (“GRI”) e planejamento estratégico da Companhia para avaliação de maturidade dos nossos indicadores ESG, com o objetivo de aprimoramento contínuo;
- (xiii) Aprimoramento contínuo dos controles internos, políticas e procedimentos da Companhia;

Tais medidas complementam as atitudes e comprometimento da Alta Administração com o fortalecimento do Programa de *Compliance* da Renova Energia, sendo importante destacar que a Diretoria de Governança Riscos e Conformidade tem reportado periodicamente ao Conselho de Administração e ao Conselho Fiscal a evolução dos indicadores de evolução do referido Programa e mantém o reporte das principais iniciativas de aprimoramento dos controles e ações implementadas até o momento aos auditores internos e externos, contribuindo assim para a transparência na evolução e efetividade do Programa de *Compliance* da Renova Energia.

A Companhia informa que continuará à disposição para colaborar com as investigações conduzidas pelas autoridades competentes e avaliando, com base nos resultados apurados, a conveniência e a oportunidade de recorrer aos mecanismos legais que forem adequados não apenas à conclusão definitiva dessas investigações, mas também as medidas adequadas à proteção de seu patrimônio e de sua imagem perante nossos *stakeholders*.

Para além da conformidade com leis e regulamentos, a Renova Energia ciente do seu papel relevante para a transição energética para o segmento renovável no Brasil, está alinhada com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU (Organização das Nações Unidas), a saber: 7 Energias Renováveis e Acessíveis, 13 Ação climática, 16 Paz, justiça e instituições eficazes e 11 Cidades e comunidades sustentáveis.

Para contribuir com a disseminação da Integridade e Sustentabilidade da Companhia destacamos abaixo algumas ações corporativas abaixo relacionadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável:

- a. Direitos humanos: a Companhia respeita e promove os direitos humanos em suas operações, ao longo de sua cadeia de fornecedores e nas regiões onde está inserida, em conformidade com a Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU e em linha com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, estabelecendo relação com empresas terceiras que compartilhem os mesmos princípios e valores e que respeitem os direitos humanos.
- b. Diversidade: a Companhia respeita e valoriza de forma positiva as diferenças entre gênero, origem, etnia, orientação sexual, crença, práticas religiosas, convicção política, ideológica, classe social, condição de portador de deficiência, estado civil ou idade e não tolera qualquer forma de assédio (seja ele moral ou sexual), violência (verbal, física ou em redes sociais). A Companhia promove a diversidade e atualmente conta com percentual de 36% de mulheres em posições de liderança.
- c. Meio ambiente: a Companhia tem como valor cuidar do meio ambiente, especialmente nas localidades próximas aos seus empreendimentos. Entende ser fundamental para a sustentabilidade dos negócios atuar em consonância com a legislação ambiental vigente, bem como homologar parceiros de negócios que estejam alinhados com esses valores.
- d. Relações comunitárias: a Companhia mantém um diálogo transparente e permanente com as comunidades localizadas nos arredores dos seus empreendimentos, baseados em agenda comum positiva, de longo prazo,





voltada para o desenvolvimento local sustentável, respeitando a liberdade de expressão e a manifestação pacífica, de acordo com a lei e nos limites do Código de Conduta e Política Corporativa Anticorrupção.

- e. Canal Transparência: é o meio pelo qual eventuais situações de irregularidade devem ser reportadas, visando a efetiva apuração dos fatos e eventual plano de ação para mitigar os riscos existentes em nossas operações. O Canal Transparência está disponível aos públicos internos e externos da Companhia, sendo uma ferramenta de comunicação proativa, transparente, independente, imparcial e anônima para o reporte de violações ou suspeita de descumprimento de qualquer um dos pontos descritos no Código de Ética e Conduta da Companhia, nas políticas e procedimentos.

## 19. Provisão para contrato oneroso

Em função do atraso da entrada em operação dos parques do Complexo Eólico Alto Sertão III que atenderiam aos contratos no mercado livre, a controlada Renova Comercializadora mantém a obrigação dos contratos de compra e venda de energia com a CEMIG e a Light, cujos vencimentos estão previstos para agosto de 2035. Ambos os contratos estão inclusos no Plano de Recuperação Judicial. Considerando que os preços estabelecidos nesses contratos estavam inferiores aos preços da energia que estava sendo comprada para atendê-los, a Companhia identificou esses contratos como onerosos.

Em 30 de setembro de 2021 o saldo da provisão considerando os preços de compra de energia projetados e os fluxos de caixa estimados do contrato e, posteriormente, ajustada a valor presente utilizando a taxa CDI é de R\$7.010, (R\$18.335, em 31 de dezembro de 2020), assim a Companhia reduziu a provisão existente em R\$11.325.

## 20. Patrimônio líquido e remuneração aos acionistas

### a) Capital autorizado

De acordo com o seu Estatuto Social a Companhia está autorizada a aumentar o capital social mediante deliberação do Conselho de Administração, independentemente da reforma estatutária, por meio da emissão de ações ordinárias ou ações preferenciais, até o limite de R\$5.002.000.

### b) Capital social

No período findo em 30 de setembro de 2021, o Conselho de Administração aprovou a homologação parcial do aumento de capital social da Companhia, por subscrição privada de ações, dentro do limite do capital autorizado, conforme segue:

Data	Evento	Valor	Ações ON	Ações PN	Total de ações
06/05/2021	1ª Janela do Pedido de Conversão	334.397	19.502.468	38.920.274	58.422.742
23/08/2021	2ª Janela do Pedido de Conversão	54.763	4.666.882	4.670.700	9.337.582
	Total	389.160	24.169.350	43.590.974	67.760.324

As novas ações ordinárias foram emitidas ao preço de R\$ 6,29 (seis reais e vinte e nove centavos) por ação e as novas ações preferenciais, ao preço de R\$ 5,44 (cinco reais e quarenta e quatro centavos) por ação. O preço de emissão das ações foi determinado de acordo com o preço médio diário ponderado pelo volume diário de negociações das ações ordinárias e preferenciais, nos 30 (trinta) pregões anteriores à data do pedido de Recuperação Judicial das sociedades do Grupo Renova, em 16 de outubro de 2019, nos termos do artigo 170, §1º, inciso III, da Lei das Sociedades por Ações, da cláusula 14.1.3, do Plano Sociedades Consolidadas, e da cláusula 12.1.3, do Plano ASIII Fase A.



Em 30 de setembro de 2021, o capital social da Companhia subscrito e integralizado é de R\$3.349.936 (R\$2.960.776, em 31 de dezembro de 2020) dividido em 109.480.048 ações nominativas, escriturais e sem valor nominal, sendo 55.521.868 ações ordinárias e 53.958.180 ações preferenciais, distribuído conforme o quadro de acionistas a seguir:

RENOVA ENERGIA	Ações ON		Ações PN		Total de Ações	% do Capital Social Total
	Quantidade	%	Quantidade	%		
Bloco de Controle <sup>1</sup>	26.328.648	47,42%	1	0,00%	26.328.649	24,05%
Ricardo Lopes Delneri	1.642.183	2,96%	-	0,00%	1.642.183	1,50%
Renato do Amaral Figueiredo	884.252	1,59%	-	0,00%	884.252	0,81%
CG II Fundo de Investimento	8.686.842	15,65%	-	0,00%	8.686.842	7,93%
Cemig GT	15.115.371	27,22%	1	0,00%	15.115.372	13,81%
Outros Acionistas	29.193.220	52,58%	53.958.179	100,00%	83.151.399	75,95%
CG II Fundo de Investimento	27.359	0,05%	406.795	0,75%	434.154	0,40%
Ricardo Lopes Delneri	7.628.670	13,74%	18.481.269	34,25%	26.109.939	23,85%
Renato do Amaral Figueiredo	5.728.642	10,32%	5.787.941	10,73%	11.516.583	10,52%
Renato do Amaral Figueiredo <sup>2</sup>	36.162	0,07%	-	0,00%	36.162	0,03%
BNDESPAR	696.683	1,25%	1.393.366	2,58%	2.090.049	1,91%
Spectra Volpi Fundo de Investimento em participações Multiestratégia	1.712.178	3,08%	3.424.354	6,35%	5.136.532	4,69%
Outros	13.363.526	24,07%	24.464.454	45,34%	37.827.980	34,55%
Total	55.521.868	100,00%	53.958.180	100,00%	109.480.048	100,00%

Nota 1: Bloco de controle considera ações sujeitas ao acordo de acionistas

Nota 2: Ações bloqueadas pelo acordo de acionistas junto ao BNDESPAR

Em 13 de outubro de 2021, a Administração da Companhia informou em Comunicado ao Mercado o início da 3ª Janela de Pedido de Conversão, na qual credores das sociedades do Grupo Renova podem manifestar o seu interesse na conversão de seus créditos em ações da Companhia, nos termos da cláusula 14 do Plano de Recuperação Judicial da Companhia e demais Sociedades Consolidadas, e da cláusula 12 do Plano de Recuperação Judicial da Alto Sertão e demais sociedades que integram a Fase A do Projeto Alto Sertão III. O termo final dessa 3ª Janela de Pedido de Conversão ocorrerá no próximo dia 11 de novembro de 2021.

#### c) Custos na emissão de ações

A Companhia registra todos os custos das operações com emissão de ações em rubrica específica. Esses valores referem-se a gastos com consultoria e assessores financeiros, das operações de aumento de capital.

#### d) Outros resultados abrangentes – Ajuste de avaliação patrimonial

Refere-se ao efeito reflexo dos ganhos ou perdas acumuladas dos instrumentos de hedge de fluxo de caixa, considerados efetivos da controlada em conjunto Brasil PCH, que atrelou seus passivos financeiros de maior expressão a um indexador de preços que remunera os recebíveis ao I-GPM (Nota 10.3.1).



## 21. Receita líquida

	Consolidado							
	3º Trimestre				Acumulado 9 meses			
	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020
	MWh*	MWh*			MWh*	MWh*		
Geração								
Suprimento de energia elétrica - PCHs	15.910	32.896	2.613	12.637	53.403	109.885	30.630	37.122
Outras receitas								
Operações - comercialização de energia elétrica			14.191	14.221			37.538	14.221
			16.804	26.858			68.168	51.343
Deduções s/ receitas:								
(-) Tributos s/ receita (PIS/COFINS)			(1.408)	(1.778)			(4.590)	(2.671)
Total			15.396	25.080			63.578	48.672

(\*) Informações não revisadas pelos auditores independentes.

## 22. Custos e despesas (receitas)

	3º Trimestre				Acumulado 9 meses			
	Consolidado		Controladora		Consolidado		Controladora	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Custo dos serviços								
Compra de energia <sup>(1)</sup>	19.918	12.585	-	-	51.371	12.585	-	-
Custo da operação								
Serviços de terceiros	1.586	857	-	-	3.526	2.652	-	-
Seguros	53	51	-	-	157	153	-	-
Material de uso e consumo	381	125	-	-	651	646	-	-
Repactuação do risco hidrológico	562	538	-	-	1.669	1.603	-	-
Outros custos	7	-	-	-	17	7	-	-
	2.589	1.571	-	-	6.020	5.061	-	-
Depreciações e amortizações (Nota 11)	20	1.554	20	15	63	5.221	63	616
Encargos do uso do sistema de distribuição								
Tusd/Tust <sup>(2)</sup>	139	201	-	-	534	540	-	-
Taxa de fiscalização	35	32	-	-	103	96	-	-
	174	233	-	-	637	636	-	-
Total	22.701	15.943	20	15	58.091	23.503	63	616
Despesas								
Gerais e administrativas								
Pessoal e administradores	4.067	7.114	(1.216)	5.316	15.005	17.593	4.457	10.357
Serviços de terceiros	8.070	5.666	3.728	3.832	23.910	18.535	16.822	12.259
Aluguéis e arrendamentos	13	234	-	87	171	498	2	99
Viagens	346	100	(9)	13	723	423	11	71
Seguros	6	1.985	277	189	2.251	5.911	739	567
Telefonia e TI	741	801	81	267	1.982	1.688	377	578
Material de uso e consumo	189	112	48	28	384	456	77	82
Contingências cíveis e trabalhistas	1.733	11.894	1.733	11.894	8.241	17.986	11.377	21.215
Outras despesas	671	474	225	310	1.662	1.908	562	684
	15.836	28.380	4.867	21.936	54.329	64.998	34.424	45.912
Depreciações e amortizações (Nota 11)	502	1.540	378	1.385	1.535	4.766	1.156	4.286
Redução ao valor recuperável do ativo imobilizado (Nota 11.9)	-	-	-	-	-	3.646	-	-
Outras (receitas) despesas líquidas								
Multa sobre ressarcimento (Nota 16.1)	15.071	12.761	-	-	29.934	20.303	-	-
Penalidades contratuais e regulatórias (Nota 18)	3.412	-	-	-	10.211	-	-	-
Tusd/Tust <sup>(2)</sup>	4.134	4.588	-	-	11.487	15.978	-	-
Taxa de fiscalização	21	22	-	-	150	65	-	-
Licenças e estudos ambientais	27	152	-	-	271	647	-	-
Contrato oneroso (Nota 19)	(12.675)	9.526	-	-	(11.325)	(23.543)	-	-
Reversão provisão para perda a valor recuperável de crédito de pis/cofins	-	(280)	-	-	-	(285)	-	-
Outras despesas (receitas)	1.175	60	871	(4)	1.132	(1.491)	738	(1.535)
	11.165	26.829	871	(4)	41.860	11.674	738	(1.535)
Total	27.503	56.749	6.116	23.317	97.724	85.084	36.318	48.663

- (1) Refere-se a aquisição de energia no mercado livre para revenda realizada pela Renova Comercializadora para honrar os compromissos assumidos nos contratos de venda de energia dos parques em atraso na sua operação comercial. A controlada Renova Comercializadora suspendeu seus contratos de compra e venda de energia entre janeiro de 2019 e julho de 2020. Em agosto de 2020 a Renova Comercializadora voltou a comprar energia para atender o contrato com a LIGHTCOM.

- (2) TUSD - tarifa de uso do sistema de distribuição e TUST - tarifa de uso do sistema de transmissão. Os valores de TUST registrados nas despesas estão relacionados ao Complexo Eólico Alto Sertão III. A partir de agosto de 2020 a ONS suspendeu a cobrança da TUST para os parques da Fase B.

## 23. Resultado financeiro

	Nota explicativa	3º Trimestre				Acumulado 9 meses			
		Consolidado		Controladora		Consolidado		Controladora	
		2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Receitas financeiras									
Rendimentos de aplicações financeiras e cauções		4.102	269	378	87	7.637	882	751	323
Outras receitas financeiras		291	29	199	13	851	(1.079)	285	(1.012)
(-) PIS/COFINS s/ receita financeira <sup>1</sup>		(199)	(12)	(27)	(5)	(394)	(77)	(49)	(62)
Total das receitas financeiras		4.194	286	550	95	8.094	(274)	987	(751)
Despesas financeiras									
Encargos da dívida	14.4	(48.986)	(43.384)	(8.456)	(4.601)	(106.438)	(126.976)	(24.224)	(16.310)
Juros - partes relacionadas	25	(10.645)	(25.192)	(10.645)	(25.192)	(23.959)	(60.545)	(23.959)	(69.274)
Juros		(5.441)	(15.553)	(387)	(1.105)	(10.729)	(38.448)	(1.709)	(2.229)
Fiança bancária para dívida		(60)	(2.467)	(60)	(85)	(143)	(8.125)	(143)	(192)
Atualização monetária contencioso		(1.467)	-	(1.460)	-	(6.066)	-	(5.990)	-
IOF		(89)	(4)	(1)	(2)	(201)	(2.006)	(3)	(1.311)
Juros sobre obrigação de arrendamento	12	(1.339)	(1.386)	(448)	(589)	(4.012)	(4.199)	(1.393)	(1.829)
Outras despesas financeiras		(805)	(576)	(12)	(501)	(1.941)	(1.197)	(509)	(810)
Total das despesas financeiras		(68.832)	(88.562)	(21.469)	(32.075)	(153.489)	(241.496)	(57.930)	(91.955)
Total do resultado financeiro		(64.638)	(88.276)	(20.919)	(31.980)	(145.395)	(241.770)	(56.943)	(92.706)

- (1) Inclui PIS e COFINS sobre receita financeira apurada nas operações de mútuo com controladas que são eliminadas no consolidado.

De acordo com a sua política e com o Pronunciamento Técnico CPC 48 - "Instrumentos Financeiros", a Companhia atualizou o saldo dos seus passivos provisionando os juros com base nas premissas existentes nos contratos vigentes anteriores a 16 de outubro de 2019, data do deferimento do pedido de recuperação judicial. Com a aprovação do plano de recuperação judicial esses valores foram revisados e atualizados conforme previsto no referido plano.

## 24. Imposto de renda e contribuição social

	3º Trimestre				Acumulado 9 meses			
	Consolidado		Controladora		Consolidado		Controladora	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(44.943)	(117.875)	(45.179)	(118.314)	(128.317)	(221.656)	(129.533)	(222.939)
Alíquota combinada do imposto de renda e contribuição social	34%	34%	34%	34%	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	15.281	40.077	15.361	40.226	43.628	75.363	44.041	75.799
<u>Exclusões (adições) permanentes</u>								
Despesas não dedutíveis	(819)	(524)	(819)	(520)	(1.814)	(860)	(1.814)	(852)
Resultado da equivalência patrimonial	15.445	6.124	(6.162)	(21.420)	36.682	27.210	(12.311)	(27.524)
Efeito das controladas optantes pelo lucro presumido	(2.516)	1.311	-	-	1.612	2.034	-	-
Efeito dos impostos diferidos ativos não reconhecidos sobre:								
Provisões temporárias	3.017	(29.253)	2.202	(13.805)	(18.913)	(38.912)	(5.209)	(17.636)
Prejuízo fiscal e base negativa	(30.644)	(18.174)	(10.582)	(4.481)	(62.411)	(66.118)	(24.707)	(29.787)
Imposto de renda e contribuição social registrado no resultado	<u>(236)</u>	<u>(439)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(1.216)</u>	<u>(1.283)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Taxa efetiva	-1%	0%	-	-	-1%	-1%	-	-

A controladora não apurou lucro tributável nos períodos findos em 30 de setembro de 2021 e 2020 e possui saldo de prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social, nos montantes a seguir para os quais não foram constituídos tributos diferidos:

	Controladora	
	2021	2020
Prejuízo fiscal do período	(72.666)	(74.430)
Prejuízos fiscais e bases negativas acumulados de períodos anteriores	<u>(990.988)</u>	<u>(911.811)</u>
Total de prejuízos fiscais e bases negativas acumulados	<u><u>(1.063.654)</u></u>	<u><u>(986.241)</u></u>

## 25. Transações com partes relacionadas

### 25.1. Controladora

	Controladora							
	Ativo		Passivo		Resultado financeiro		Despesa	
	30/09/2021	31/12/2020	30/09/2021	31/12/2020	30/09/2021	30/09/2020	30/09/2021	30/09/2020
<u>Mútuo<sup>(1)</sup></u>								
Energética Serra da Prata S.A.	-	-	63.770	63.770	-	(1.918)	-	-
Renova Comercializadora de Energia S.A. - em recuperação judicial	-	-	-	874	-	(33)	-	-
Chipley SP Participações S.A. - em recuperação judicial	-	-	116.926	278.554	-	(6.778)	-	-
Renova Comercializadora de Energia S.A. - em recuperação judicial	29.309	36.889	-	-	-	-	-	-
Diamantina Eólica Participações S.A. - em recuperação judicial	-	2.019	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Botuquara S.A. - em recuperação judicial	-	1	-	-	-	-	-	-
Subtotal	29.309	38.909	180.696	343.198	-	(8.729)	-	-
<u>Partes relacionadas<sup>(5, 6, 7)</sup></u>								
CEMIG Geração e Transmissão S.A.	-	-	772.389	750.320	(22.251)	(30.929)	-	-
Ricardo Lopes Delneri	-	-	-	174.704	(1.095)	(19.250)	-	-
Renato do Amaral Figueiredo	-	-	-	97.748	(613)	(10.366)	-	-
CG I Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	-	-	772.389	1.022.772	(23.959)	(60.545)	-	-
<u>Rateio de despesa<sup>(2)</sup></u>								
Energética Serra da Prata S.A.	510	258	-	-	-	-	(4.758)	(2.408)
Renova Comercializadora de Energia S.A. - em recuperação judicial	1.864	514	-	-	-	-	(1.350)	(1.380)
Controladas - LER 2013	1.241	5.734	-	-	-	-	(4.499)	(2.348)
Controladas - ACL (Mercado livre I)	175	427	-	-	-	-	(649)	(143)
Controladas - ACL (Light I)	1.984	8.803	-	-	-	-	(7.177)	(3.926)
Controladas - ACL (Light II)	-	5.570	-	-	-	-	(75)	(1.221)
Controladas - ACL (Mercado livre II)	-	2.971	-	-	-	-	(50)	(653)
Bahia Holding S.A. - Em recuperação judicial	4.076	1.518	-	-	-	-	(5.043)	(823)
SF 120 Participações Societárias S.A.	380	187	-	-	-	-	(491)	(102)
Centrais Eólicas Bela Vista XIV S.A. - Em recuperação judicial	543	84	-	-	-	-	(646)	(46)
Subtotal	10.773	26.066	-	-	-	-	(24.738)	(13.050)
Transferência para ativos mantidos para venda	(380)	(187)	-	-	-	-	-	-
Subtotal	10.393	25.879	-	-	-	-	(24.738)	(13.050)
<u>Adiantamento para futuro aumento de capital<sup>(3)</sup></u>								
CEMIG Geração e Transmissão S.A.	-	-	5.000	5.000	-	-	-	-
Alto Sertão Participações S.A. - em recuperação judicial	-	99.830	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Carrancudo S.A. - em recuperação judicial	-	1.109	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Botuquara S.A. - em recuperação judicial	-	1.210	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Alcacuz S.A. - em recuperação judicial	-	1.695	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Tamboril S.A. - em recuperação judicial	-	1.934	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Conquista S.A. - em recuperação judicial	-	1.311	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Coxilha Alta S.A. - em recuperação judicial	-	1.055	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Tingui S.A. - em recuperação judicial	-	1.307	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Cansanção S.A. - em recuperação judicial	-	798	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Macambira S.A. - em recuperação judicial	-	1.429	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Imburana de Cabão S.A. - em recuperação judicial	-	1.450	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Ipê Amarelo S.A. - em recuperação judicial	-	1.674	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Putumaju S.A. - em recuperação judicial	-	1.371	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Lençóis S.A. - em recuperação judicial	-	583	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Anísio Teixeira S.A. - em recuperação judicial	-	741	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Ico S.A. - em recuperação judicial	-	696	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Jequitiba S.A. - em recuperação judicial	-	1.079	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Calíandra S.A. - em recuperação judicial	-	693	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Canjoão S.A. - em recuperação judicial	-	614	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Cabeça de Frade S.A. - em recuperação judicial	-	324	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Embiruçu S.A. - em recuperação judicial	-	375	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Itapua VII Ltda. - em recuperação judicial	-	1.876	-	-	-	-	-	-
Centrais Elétricas Itaparica S.A. - em recuperação judicial	-	13.422	-	-	-	-	-	-
Outras participações	-	1.174	-	-	-	-	-	-
Subtotal	-	137.750	5.000	5.000	-	-	-	-
Total	39.702	202.538	958.085	1.370.970	(23.959)	(69.274)	(24.738)	(13.050)



## 25.2. Consolidado

	Consolidado					
	Passivo		Receita	Custo	Despesa	Resultado financeiro
	30/09/2021	31/12/2020	30/09/2021	30/09/2020	30/09/2020	30/09/2021 30/09/2020
CEMIG Geração e Transmissão S.A.						
Contas a receber de clientes (venda de energia) <sup>(4)</sup>	-	-	7.070	-	-	- -
TARD <sup>(5)</sup>	724.550	707.189	-	-	-	(17.362) (25.600)
Adiantamento para futuro aumento de capital <sup>(7)</sup>	5.000	5.000	-	-	-	- -
Outras operações com partes relacionadas <sup>(7)</sup>	47.839	43.131	-	-	-	(4.889) (5.329)
Total	777.389	755.320	7.070	-	-	(22.251) (30.929)
TARD <sup>(6)</sup>						
Ricardo Lopes Delneri	-	174.704	-	-	-	(1.095) (19.250)
Renato do Amaral Figueiredo	-	97.748	-	-	-	(613) (10.366)
	777.389	1.027.772	7.070	-	-	(23.959) (60.545)
Apresentados como:						
<u>Circulante</u>	47.839	43.131				
Passivo						
Partes relacionadas (Nota 25)	47.839	43.131				
<u>Não circulante</u>	729.550	984.641				
Passivo						
Partes relacionadas (Nota 25)	729.550	984.641				
Total	777.389	1.027.772				

## 25.3. Movimentação

	Consolidado	Controladora	
	Passivo	Ativo	Passivo
Saldos em 31 de dezembro de 2019	1.020.822	81.006	1.287.241
Adição	26.345	90.647	64.377
Amortização	-	(4.578)	(4.508)
Encargos financeiros provisionados	60.545	-	69.274
Saldos em 30 de setembro de 2020	1.107.712	167.075	1.416.384
Saldos em 31 de dezembro de 2020	1.027.772	202.538	1.370.970
Adição	(182)	44.911	(182)
Amortização	-	(34.279)	(1.876)
Encargos financeiros provisionados	23.959	-	23.959
Capitalização dos créditos com partes relacionadas	(274.160)	-	(274.160)
Compensação dos mútuos com dividendos	-	-	(160.626)
Capitalização dos adiantamentos para futuro aumento de capital e rateio de despesas	-	(163.275)	-
Transferência do adiantamento para futuro aumento de capital para o investimento	-	(10.000)	-
Transferência para ativos mantidos para venda (nota 28.2)	-	(193)	-
Saldos em 30 de setembro de 2021	777.389	39.702	958.085

## 25.4. Resumo das operações

As principais condições relacionadas as operações entre partes relacionadas estão descritas a seguir:

- (1) Mútuos realizados com as controladas com o objetivo de suprir a necessidade de caixa da Companhia. Esses contratos estão sujeitos a atualização pela TR (TJLP, acrescido de juros de 0,25% a.a, até março de 2020).
- (2) Reembolso de despesas a receber das controladas, no âmbito do contrato de rateio firmado entre as partes. Essas despesas referem-se basicamente a gastos com pessoal, aluguel e telefonia centralizados na Companhia.
- (3) Os saldos mantidos como adiantamento para futuro aumento de capital estão relacionados a: i) adiantamentos da Renova para as controladas e ii) da CEMIG GT para a Renova.
- (4) Operação de compra e venda de energia, no âmbito dos contratos firmados entre as partes, conforme segue:
  - a. Contrato Light I, com fornecimento de energia para a LIGHTCOM e para a CEMIG GT até agosto de 2035.
    - i. Em 21 de setembro de 2020, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a proposta realizada pela CEMIG GT para a suspensão das obrigações previstas no contrato até o início da operação comercial dos empreendimentos destinados ao Ambiente de Contratação Livre, previsto para dezembro de 2022.
    - ii. Em 10 de outubro de 2019 a controlada Renova Comercializadora e LIGHTCOM assinaram o 4º termo aditivo ao contrato de compra e venda de energia elétrica (Light I) para dentre outros assuntos: i) suspender o fornecimento da energia elétrica contratada para o período de 1º de janeiro de 2020 a 31 de julho de 2020; ii) alterar os volumes de energia elétrica contratada a serem disponibilizados durante o período de suprimento; e iii) alterar o preço da energia elétrica contratada.
- (5) TARDs CEMIG – Termos de acordo e reconhecimento de dívida firmados entre a CEMIG GT e a Renova Comercializadora, referentes aos adiantamentos recebidos, no âmbito dos contratos de Compra e Venda de Energia cancelados ou suspensos entre outubro de 2016 e abril de 2019.
- (6) TARDs Ricardo Lopes Delneri e Renato do Amaral Figueiredo – Termos de acordo e reconhecimento de dívida firmados originalmente entre a LIGHTCOM e a Renova Comercializadora, referentes aos adiantamentos recebidos, no âmbito dos contratos de Compra e Venda de Energia cancelados ou suspensos entre março e outubro de 2019.

Em 21 de dezembro de 2020, o acionista Ricardo Lopes Delneri cedeu parte dos seus créditos para terceiros. Assim o montante de R\$6.828 foi reclassificado para a rubrica de outras contas a pagar (Nota 17).

Conforme plano de recuperação judicial, os créditos detidos por credores partes relacionadas poderão ser quitados da seguinte forma:

- a. Durante os primeiros 24 meses contados da data de homologação, e desde que observada a Cláusula 6.1.2 do plano de recuperação judicial, poderão converter, a qualquer tempo e a seu exclusivo critério, parte ou a integralidade de seus créditos concursais ou créditos extraconcursais em capital social da Companhia. O preço de emissão das ações que resultarem da conversão dos créditos em capital social será equivalente ao preço médio de fechamento das ações da Companhia na B3 apurado nos 30 dias anteriores à data do pedido de recuperação judicial.

Os créditos serão corrigidos a 100% da variação do CDI, a partir da data de homologação até a data da sua conversão em ações.

- b. Decorrido o prazo de 24 meses contados da data de homologação, os créditos não poderão mais ser convertidos em capital da Companhia. Eventuais saldos de créditos concursais serão pagos por meio de debêntures emitidas pela Renova Energia e não conversíveis em capital social.

Essas Debêntures terão vencimento em 60 dias contados da data de quitação integral dos Credores Concurais e Extraconcurais e, em nenhuma hipótese serão total ou parcialmente amortizadas ou serão objeto de compensação antes da quitação integral dos demais credores concursais. Serão remuneradas a 100% do CDI, desde a data de homologação.

A CEMIG, em razão das garantias fiduciárias que detém, terá direito à amortização parcial antecipada dessas debêntures fazendo jus ao recebimento de valor equivalente a 10% (dez por cento) dos recursos líquidos obtidos com a alienação das UPIs Projetos em Desenvolvimento. E ainda, poderá optar por não receber debêntures e, nesse caso, se realizará aditamento aos seus atuais instrumentos de dívida.

Em 06 de maio de 2021 a totalidade dos créditos detidos por Ricardo Lopes Delneri e Renato do Amaral Figueiredo, bem como o valor cedido a terceiros foram capitalizadas (nota 20.b).

#### Garantias às antecipações e aos TARDs

O saldo devedor dos TARDs CEMIG são garantidos da seguinte forma:

- (i) alienação fiduciária de 30% das ações da Chipley de titularidade da Controladora (Nota 14.6.d);
- (ii) cessão fiduciária de 30% do fluxo dividendos e/ou de juros sobre capital próprio limitados a R\$35.000 anuais da Chipley.
- (iii) cessão fiduciária sobre 30% dos recebíveis oriundos da venda das ações da Chipley de titularidade da Controladora e alienadas na forma do item (i) acima (Nota 14.6.d);
- (iv) alienação fiduciária sobre a integralidade das ações da Bahia Holding e sobre 49,9% das ações da Ventos de São Cristóvão;
- (v) cessão fiduciária sobre as sobras do produto da execução das garantias representadas pelos itens (i) e (iv) acima.

#### (7) Outras operações com partes relacionadas:

Entre novembro de 2019 e janeiro de 2020 a Companhia firmou contratação de empréstimos do tipo DIP junto à CEMIG, necessários para suportar as despesas de manutenção das atividades da Companhia e suas controladas, após a devida autorização do juízo da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca do Estado de São Paulo, no processo de recuperação judicial nº 110325754.2019.8.26.0100. O resumo dessas contratações está apresentado a seguir:

	DIP	DIP 2	DIP 3	Total
Data	25/11/2019	27/12/2019	27/01/2020	
Valor	10.000	6.500	20.000	36.500
Atualização	100%DI + 1,083% a.a.	100%DI + 1,5% a.a.	100%DI + 1,5% a.a.	
Vencimento	31/07/2020	31/07/2020	31/07/2020	
Saldo em 30 de setembro de 2021	13.157	8.523	26.159	47.839

O vencimento dos DIPs ocorreu em 31 de julho de 2020, e como o pagamento não foi efetuado, o montante devido está sendo remunerado pelas taxas apresentadas no quadro acima acrescidos de juros de mora de 1% ao mês sobre o referido valor em atraso e multa moratória de 0,3% ao dia limitada 10% sobre o valor total devido, conforme

previsto em contrato. São garantias dessa operação fiança e alienação fiduciária de 73% das ações da controlada SF120 Participações S.A.

Adicionalmente, em 25 de outubro de 2019 a acionista Cemig GT aportou R\$5.000 como adiantamento para futuro aumento de capital na Companhia.

Conforme previsto no plano de recuperação judicial esses valores serão quitados com recursos provenientes da venda da UPI Mina de Ouro. Em 15 de setembro de 2021 a Companhia comunicou ao mercado que devido à falta de interessados, nas ações representativas do capital da SF 120 Participações Societárias S.A., não ocorreu o Leilão por Proposta Fechada da UPI Mina de Ouro.

A Companhia emitiu instrumentos particulares de escritura privada de debêntures não conversíveis em ações subscritas pela parte relacionada Chipley (Nota 14.6.e).

## 25.5 Remuneração do pessoal-chave da Administração

A remuneração do pessoal-chave da Administração para os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2021 e de 2020, conforme requerido pela Deliberação CVM nº 560, de 11 de dezembro de 2008, alcançou o montante de R\$8.311 e R\$7.783, respectivamente, valores compostos somente por benefícios de curto prazo.

### Remuneração da Diretoria, Conselho de Administração e Conselho Fiscal

	30/09/2021					
	Diretoria Estatutária	Diretoria não estatutária	Total	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Total
Número de membros remunerados	2,00	3,22	5,22	3,00	5,00	13,22
Remuneração fixa acumulada	1.520	2.197	3.717	252	374	4.343
Salário ou pró-labore	1.392	1.955	3.347	252	374	3.973
Benefícios diretos e indiretos	128	242	370	-	-	370
Outros	-	-	-	-	-	-
Encargos decorrentes da remuneração fixa	-	-	-	-	-	-
Remuneração variável acumulada	1.457	1.244	2.701	-	-	2.701
Bônus	218	66	284	-	-	284
Provisão Programa de participação no resultado	1.239	1.178	2.417	-	-	2.417
Benefícios pós emprego	-	17	17	-	-	17
Benefícios motivados pela cessação do cargo	273	977	1.250	-	-	1.250
Valor total da remuneração por órgão	3.250	4.435	7.685	252	374	8.311

	30/09/2020					
	Diretoria Estatutária	Diretoria não estatutária	Total	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Total
Número de membros remunerados	2,00	2,78	4,78	3,00	4,22	12,00
Remuneração fixa acumulada	1.772	1.939	3.711	302	337	4.350
Salário ou pró-labore	1.260	1.241	2.501	252	281	3.034
Benefícios diretos e indiretos	159	266	425	-	-	425
Outros	353	432	785	50	56	891
Encargos decorrentes da remuneração fixa	353	432	785	50	56	891
Remuneração variável acumulada	1.429	1.188	2.617	-	-	2.617
Bônus	251	165	416	-	-	416
Provisão Programa de participação no resultado	1.178	1.023	2.201	-	-	2.201
Benefícios pós emprego	-	-	-	-	-	-
Benefícios motivados pela cessação do cargo	649	167	816	-	-	816
Valor total da remuneração por órgão	3.850	3.294	7.144	302	337	7.783

#### Remuneração média acumulada da Diretoria, Conselho de Administração e Conselho Fiscal

	30/09/2021				30/09/2020			
	Diretoria Estatutária	Diretoria não estatutária	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária	Diretoria não estatutária	Conselho de Administração	Conselho Fiscal
Número de membros	2,00	3,22	3,00	5,00	2,00	2,78	3,00	4,22
Valor da maior remuneração individual	2.184	1.920	108	75	2.313	1.811	130	82
Valor da menor remuneração individual	1.066	594	72	74	1.215	999	86	82
Valor médio de remuneração individual	1.625	1.376	84	75	1.925	1.185	101	80

Foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2021, o montante de até R\$6.473 para a remuneração global dos administradores referente ao período de maio de 2021 a abril de 2022.

No desligamento dos membros da diretoria, além dos benefícios definidos pela legislação trabalhista vigente no Brasil, a Companhia poderá efetuar o pagamento de bônus ou gratificação pela cessação do exercício do cargo, conforme o caso.

## 26. Instrumentos financeiros e gestão de riscos

A Companhia e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégia operacional e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. Os resultados obtidos com estas operações estão de acordo com as práticas adotadas pela Administração da Companhia.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de práticas definidas pela Administração e inclui o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado e previsão de fluxo de caixa futuros. Essas práticas determinam também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a informação e operacionalização das transações com as contrapartes sejam feitas.

### a) Valor justo dos instrumentos financeiros

Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos. O conceito de



valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável.

A apuração do valor justo foi determinada utilizando as informações de mercado disponíveis e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, um julgamento considerável é necessário para interpretar informações de mercado e estimar o valor justo. Algumas rubricas apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo. Essa situação acontece em função desses instrumentos financeiros possuírem características similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados. As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas em nosso balanço pelo seu valor contábil, que equivale ao seu valor justo nas rubricas de caixa e equivalentes de caixa, clientes, partes relacionadas, cauções e depósitos vinculados e fornecedores. Para empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas, os saldos contábeis diferem do valor justo.

	Consolidado			
	Valor justo		Valor Contábil	
	30/09/2021	31/12/2020	30/09/2021	31/12/2020
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	246.930	10.237	246.930	10.237
Aplicações financeiras	-	37.914	-	37.914
Contas a receber de clientes	5.580	4.220	5.580	4.220
Não circulante				
Aplicações financeiras	251	296	251	296
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores	90.165	45.492	90.165	45.492
Empréstimos e financiamentos	413.841	380.461	413.841	380.461
Partes relacionadas	47.839	43.131	47.839	43.131
Não circulante				
Fornecedores	198.568	301.826	198.568	301.826
Empréstimos e financiamentos	1.418.120	1.082.641	1.418.120	1.082.641
Partes relacionadas	729.550	984.641	729.550	984.641



	Controladora			
	Valor justo		Valor Contábil	
	30/09/2021	31/12/2020	30/09/2021	31/12/2020
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	15.998	10.070	15.998	10.070
Contas a receber de clientes	-	150	-	150
Partes relacionadas	10.393	25.879	10.393	25.879
Não circulante				
Aplicações financeiras	251	296	251	296
Partes relacionadas	29.309	176.659	29.309	176.659
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores	24.776	9.485	24.776	9.485
Empréstimos e financiamentos	374.073	380.348	374.073	380.348
Partes relacionadas	47.839	43.131	47.839	43.131
Não circulante				
Fornecedores	31.457	44.067	31.457	44.067
Debêntures privadas	507.949	51.137	507.949	51.137
Partes relacionadas	910.246	1.327.839	910.246	1.327.839

**b) Categorias de instrumentos financeiros**

A seguir demonstramos a classificação dos instrumentos financeiros e seus saldos contábeis:

	Consolidado			
	30/09/2021		31/12/2020	
	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	246.930	-	10.237	-
Aplicações financeiras	-	-	37.914	-
Contas a receber de clientes	-	5.580	-	4.220
Não circulante				
Aplicações financeiras	251	-	296	-
Passivos Financeiros				
Circulante				
Fornecedores	-	90.165	-	45.492
Empréstimos e financiamentos	-	413.841	-	380.461
Partes relacionadas	-	47.839	-	43.131
Não circulante				
Fornecedores	-	198.568	-	301.826
Empréstimos e financiamentos	-	1.418.120	-	1.082.641
Partes relacionadas	-	729.550	-	984.641

	Controladora			
	30/09/2021		31/12/2020	
	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	15.998	-	10.070	-
Contas a receber de clientes	-	-	-	150
Partes relacionadas	-	10.393	-	25.879
Não circulante				
Aplicações financeiras	251	-	296	-
Partes relacionadas	-	29.309	-	176.659
Passivos Financeiros				
Circulante				
Fornecedores	-	24.776	-	9.485
Empréstimos e financiamentos	-	374.073	-	380.348
Partes relacionadas	-	47.839	-	43.131
Não circulante				
Fornecedores	-	31.457	-	44.067
Debêntures privadas	-	507.949	-	51.137
Partes relacionadas	-	910.246	-	1.327.839

**c) Mensuração pelo valor justo**

Os quadros a seguir demonstram a hierarquia da mensuração do valor justo dos ativos do Grupo Renova:

Consolidado				
Descrição	Saldo em 30/09/2021	Valor justo em 30 de setembro de 2021		
		Mercado ativo - preço cotado (nível 1)	Sem mercado ativo - técnica de avaliação (nível 2)	Sem mercado ativo - inputs não observáveis (nível 3)
Ativos				
Aplicações financeiras	270.564	270.564	-	-
Consolidado				
Descrição	Saldo em 31/12/2020	Valor justo em 31 de dezembro de 2020		
		Mercado ativo - preço cotado (nível 1)	Sem mercado ativo - técnica de avaliação (nível 2)	Sem mercado ativo - inputs não observáveis (nível 3)
Ativos				
Aplicações financeiras	38.210	38.210	-	-

Aplicações financeiras: elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

Para aumentar a coerência e a comparação, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue:

Nível 1. Mercado Ativo: Preço - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.

Nível 2. Sem Mercado Ativo: Técnica de Avaliação - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.

Nível 3. Sem Mercado Ativo: Inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (inputs não observáveis). Para 30 de setembro de 2021 a Companhia não possuía nenhum instrumento financeiro classificado nesta categoria.

No período findo em 30 de setembro de 2021 não houve transferências entre avaliações de valor justo nível 1 e nível 2 nem entre o nível 3 e nível 2.

#### ***d) Risco de Mercado***

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros.


Os empréstimos e financiamentos captados pela Companhia e suas controladas apresentados na Nota 14, possuem como contrapartes o BNDES, Bradesco, Citibank, BTG, Itaú, ABC e dívidas com partes relacionadas. As regras contratuais para os passivos financeiros criam riscos atrelados a essas exposições. Em 30 de setembro de 2021, a Companhia e suas controladas possuíam risco de mercado associado ao CDI.

#### ***e) Análise de sensibilidade (Consolidado)***

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores nos investimentos e nas dívidas aos quais a Companhia e suas controladas estão expostas na data base de 30 de setembro de 2021, foram adotadas as seguintes premissas:

- definição de um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, possa gerar resultados adversos para a Companhia, e que é referenciado por fonte externa independente (Cenário I);
- definição de dois cenários adicionais com deteriorações de, pelo menos, 25% e 50% na variável de risco considerada (Cenário II e Cenário III, respectivamente); e
- apresentação do impacto dos cenários definidos no valor justo dos instrumentos financeiros operados pela Companhia e suas controladas.

Os saldos apresentados nos quadros a seguir contemplam os valores consolidados.



Risco	Operação	Cenário I - Cenário Provável	Cenário II - variação de 25%	Cenário III - variação de 50%
Baixa do CDI	Taxa efetiva em 30 de setembro de 2021	6,15%	6,15%	6,15%
	Aplicações financeiras:	270.564	270.564	270.564
	Taxa anual estimada do CDI para 2022	8,50%	6,38%	4,25%
	Efeito anual nas aplicações financeiras:			
	Perda	-	-	(5.136)
Alta do CDI	Empréstimos:	1.437.498	1.437.498	1.437.498
	Partes relacionadas:	772.389	772.389	772.389
	Taxa anual estimada do CDI para 2022	8,50%	10,63%	12,75%
	Perda anual nos outros empréstimos e partes relacionadas	(25.454)	(48.472)	(71.489)

Para as aplicações financeiras o cenário provável considera as taxas futuras da SELIC, que é base para determinação da taxa CDI, conforme expectativas obtidas junto ao Banco Central do Brasil, com horizonte de um ano, 8,5%. Os cenários II e III consideram uma redução dessa taxa em 25% (6,38% a.a.) e 50% (4,25% a.a.), respectivamente. Estas projeções também são realizadas para empréstimos e operações com partes relacionadas que são vinculados a taxa CDI as quais foram projetadas nos cenários II e III considerando um aumento dessa taxa em 25% (10,63% a.a.) e 50% (12,75% a.a.).

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade que está contida no processo utilizado na preparação dessas análises.

#### **f) Risco de Liquidez**

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia e suas controladas em liquidarem as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia e suas controladas em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os empréstimos captados pela Companhia e suas controladas são apresentadas na Nota 14.

A Administração da Companhia e suas controladas somente utiliza linhas de crédito que possibilitem sua alavancagem operacional. Essa premissa é afirmada quando observamos as características das captações efetivadas.

Em 18 de dezembro de 2020 os planos de recuperação judicial da Companhia e determinadas controladas foram aprovados, permitindo alinhar a capacidade de pagamento das dívidas à geração de recursos, conforme apresentado na Nota 1.3. Assim a Administração entende que, com o sucesso do plano de recuperação judicial e das medidas mencionadas na referida Nota, será possível retomar o equilíbrio econômico, financeiro e de liquidez da Companhia.

##### **f.1. Tabela do risco de liquidez e juros**

As tabelas a seguir mostram em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Companhia e suas controladas e os prazos de amortização contratuais. As tabelas foram elaboradas de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Companhia e suas controladas devem quitar as respectivas obrigações. As tabelas incluem os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do exercício.



Instrumentos a taxa de juros	Consolidado				
	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 ano a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Classe I	-	18.939	-	-	18.939
Classe II	100	101	212.725	850.500	1.063.426
Classe III	-	200	111.754	384.600	496.554
Classe IV	-	3.520	-	-	3.520
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	374.072	-	-	-	374.072
DIP	-	41.052	90.659	264.469	396.180
Partes relacionadas	575.697	-	-	-	575.697
Total	949.869	63.812	415.138	1.499.569	2.928.388

### g) Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade de a Companhia não realizar seus direitos. Essa descrição está diretamente relacionada à rubrica de clientes.

Ativos financeiros	Nota	Valor contábil		
		Consolidado		Controladora
		30/09/2021	31/12/2020	31/12/2020
Circulante				
Contas a receber de clientes	8	5.580	4.220	150

No setor de energia elétrica as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida. A partir dessa estrutura planejamentos são criados buscando o funcionamento do sistema sem interferências ou interrupções. As comercializações são geradas a partir de leilões, contratos, entre outras. Esse mecanismo agrega a confiabilidade e controla a inadimplência entre participantes setoriais.

A Companhia gerencia seus riscos de forma contínua, avaliando se as práticas adotadas na condução das suas atividades estão em linha com as políticas preconizadas pela Administração. A Companhia não faz uso de instrumentos financeiros de proteção patrimonial, pois acredita que os riscos aos quais estão ordinariamente expostos seus ativos e passivos compensam-se entre si no curso natural das suas atividades. A administração dos instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste no acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. Em 30 de setembro de 2021 a Companhia não efetuou aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

### h) Gestão de capital

	Consolidado	
	30/09/2021	31/12/2020
Dívida de empréstimos, financiamentos e partes relacionadas	(2.609.350)	(2.490.874)
Patrimônio líquido negativo	(828.222)	(1.107.637)
(-) Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	247.181	48.447
Dívida líquida + Patrimônio líquido negativo	(3.190.391)	(3.550.064)

Os planos de recuperação judicial permitiram a celebração de acordos, repactuação das taxas de juros e alongamento dos prazos para quitação da dívida.

A Administração acredita que o cumprimento dos Planos aprovados em 18 de dezembro de 2020 fornecerão condições para a recuperação econômica e operacional das empresas do Grupo Renova.

#### *i) Risco hidrológico*

O suprimento de energia do Sistema Interligado Nacional (SIN) é realizado, na sua maior parte, por usinas hidrelétricas. Como o SIN opera em sistema de despacho otimizado e centralizado pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), cada usina hidrelétrica, incluindo as da Espira, estão sujeitas a variações nas condições hidrológicas verificadas, tanto na região geográfica em que opera como em outras regiões do País.

A ocorrência de condições hidrológicas desfavoráveis, em conjunto com a obrigação de entrega da energia contratada, poderá resultar em uma exposição dos respectivos CCVE-PROINFA das usinas da Companhia, o que afetaria seus resultados financeiros futuros. Entretanto, a totalidade da capacidade de geração hidrelétrica da Companhia está inserida no Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), que mitiga parte do risco hidrológico, alocando-o entre todas as usinas vinculadas ao MRE. As três PCHs da controlada indireta, Espira, optaram pela repactuação do risco hidrológico tendo como contrapartida o pagamento de prêmio, mitigando assim suas eventuais exposições contratuais.

## 27. Prejuízo por ação

O prejuízo básico por ação é calculado por meio da divisão do prejuízo do período atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o período.

O prejuízo diluído por ação é calculado por meio da divisão do prejuízo atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o período, mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas no pressuposto do exercício das opções de compra de ações com valor de exercício inferior ao valor de mercado.

De acordo com o estatuto social da Companhia as ações preferenciais possuem participação nos lucros distribuídos em igualdade com as ações ordinárias.

O quadro a seguir apresenta os dados de resultado e quantidade de ações utilizadas no cálculo dos prejuízos básico e diluído por ação para cada um dos exercícios apresentados na demonstração de resultados:

	Controladora			
	3º Trimestre		Acumulado 9 meses	
	2021	2020	2021	2020
Prejuízo do período	(45.179)	(118.314)	(129.533)	(222.939)
<u>Prejuízo básico e diluído por ação:</u>				
Média ponderada das ações ordinárias e preferenciais disponíveis (em milhares)	74.478	41.720	74.478	41.720
Prejuízo básico e diluído por ação (em R\$)	<u>(0,61)</u>	<u>(2,84)</u>	<u>(1,74)</u>	<u>(5,34)</u>

## 28. Ativos classificados como mantidos para venda

Conforme mencionado na Nota 1.3, os planos de recuperação judicial preveem a alienação da UPI Brasil PCH, UPI Mina de Ouro e UPI Enerbras. Assim, em 30 de setembro de 2021, os ativos e passivos relacionados a essas UPIs e a outros projetos em desenvolvimento foram classificados como ativos mantidos para venda e passivo diretamente associados a ativos mantidos para a venda.

### 28.1 Controladora

Ativos classificados como mantidos para venda	30/09/2021
Enerbras Centrais Elétricas S.A.	155.368
SF 120 Participações Societárias S.A.	13.056
Projetos eólicos em desenvolvimento	33.829
Total	202.253
Passivos diretamente associados a ativos mantidos para venda	30/09/2021
Arrendamentos a pagar	14.995

### 28.2 Consolidado

#### Balanço patrimonial

	SF 120 - Mina de Ouro	Projetos em desenvolvimento	Brasil PCH	Enerbras	Total
<b>ATIVOS</b>					
<b>CIRCULANTES</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	-	-	-	33.240	2.981
Contas a receber de clientes	-	-	-	6.591	6.591
Impostos a recuperar	-	-	-	9	9
Adiantamentos a fornecedores	-	-	-	126	126
Total dos ativos circulantes	-	-	-	39.966	39.966
<b>NÃO CIRCULANTES</b>					
Cauções e depósitos vinculados	-	-	-	12.104	12.104
Depósitos judiciais	-	-	-	67	67
Tributos diferidos	-	-	-	1.711	1.711
Partes relacionadas	-	-	-	79.244	79.244
Investimento	-	-	571.813	-	571.813
Imobilizado	15.539	108.305	-	149.536	273.380
Total dos ativos não circulantes	15.539	108.305	571.813	242.662	938.319
<b>TOTAL DOS ATIVOS</b>	<b>15.539</b>	<b>108.305</b>	<b>571.813</b>	<b>282.628</b>	<b>978.285</b>

	SF 120 - Mina de Ouro	Projetos em desenvolvimento	Brasil PCH	Enerbras	Total
<b>PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>					
<b>CIRCULANTES</b>					
Fornecedores	-	-	-	873	873
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	11.913	11.913
Impostos a recolher	-	-	-	403	403
Contas a pagar - Eletrobras	-	-	-	14.529	14.529
Dividendos a pagar	-	-	-	30.364	30.364
Partes relacionadas	380	-	-	510	890
Outras contas a pagar	-	-	-	1.320	1.320
Arrendamentos a pagar	37	6.382	-	372	6.791
Total dos passivos circulantes	417	6.382	-	60.284	67.083
<b>NÃO CIRCULANTES</b>					
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	44.732	44.732
Contas a pagar - Eletrobras	-	-	-	11.071	11.071
Arrendamentos a pagar	813	8.507	-	10.636	19.956
Outras contas a pagar	-	-	-	536	536
Total dos passivos não circulantes	813	8.507	-	66.975	76.295
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>					
Capital social	12.938	-	-	101.955	114.893
Recursos para futuro aumento de capital	14	-	-	-	14
Dividendo adicional proposto	-	-	-	30.547	30.547
Reservas de capital	-	-	-	4.238	4.238
Reserva de lucros	-	-	-	5.956	5.956
Lucro (prejuízo) acumulado	(277)	-	-	12.673	12.396
Total do patrimônio líquido	12.675	-	-	155.369	168.044
<b>TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>13.905</b>	<b>14.889</b>	<b>-</b>	<b>282.628</b>	<b>311.422</b>

Classificados como:

30/09/2021

Ativos classificados como mantidos para venda

899.041

Passivos diretamente associados a ativos mantidos para a venda<sup>(\*\*)</sup>

112.124

(\*\*) O saldo dos passivos diretamente associados a ativos mantidos para a venda difere do total dos passivos apresentados no balanço patrimonial acima devido as eliminações das transações com partes relacionadas entre as companhias classificadas como mantidas para venda e a Renova Energia, no valor total de R\$30.874.

Demonstrações do resultado e dos fluxos de caixa para o período findo em 30 de setembro de 2021:

<b>Lucro dos ativos classificados como mantidos para venda</b>	<b>Enerbras</b>	<b>SF120</b>	<b>Total</b>
Receita	29.512	-	29.512
Custos e despesas	(16.573)	(204)	(16.777)
Lucro antes dos impostos	12.939	(204)	12.735
Resultado financeiro	(3.797)	-	(3.797)
Imposto de renda e contribuição social	(1.215)	-	(1.215)
Prejuízo do período	<u>7.927</u>	<u>(204)</u>	<u>7.723</u>
<b>Fluxo de caixa dos ativos classificados como mantidos para venda</b>			
Fluxo de caixa líquido das atividades operacionais	19.338	(204)	19.134
Fluxo de caixa líquido das atividades de investimento	(14.074)	(301)	(14.375)
Fluxo de caixa líquido das atividades de financiamento	(9.178)	505	(8.673)
Redução do saldo de caixa e equivalentes de caixa	<u>(3.914)</u>	<u>-</u>	<u>(3.914)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	6.895	-	6.895
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	2.981	-	2.981
Redução do saldo de caixa e equivalentes de caixa	<u>(3.914)</u>	<u>-</u>	<u>(3.914)</u>

## 29. Cobertura de Seguros

A Companhia e suas controladas mantêm seguros para determinados bens do ativo imobilizado bem como para responsabilidade civil e outras garantias contratuais, com montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas. O resumo das apólices vigentes em 30 de setembro de 2021 é como segue:

<b>Risco de operação</b>			
<b>Objeto da Garantia</b>	<b>Importância Segurada</b>	<b>Vigência</b>	
		<b>Início</b>	<b>Fim</b>
Riscos operacionais	R\$ 74.116	25/10/2016	25/10/2022
Responsabilidade civil	R\$ 30.000	25/10/2016	25/10/2022
<b>Risco de construção</b>			
<b>Objeto da Garantia</b>	<b>Importância Segurada</b>	<b>Vigência</b>	
		<b>Início</b>	<b>Fim</b>
Garantia executante construtor (LER 2014)	R\$ 5.334	17/04/2019	18/04/2022
Garantia executante construtor (LER 2013)	R\$ 19.050	15/03/2018	13/05/2022
Garantia executante construtor (LIGHT I)	R\$ 34.460	28/04/2014	31/01/2022
Garantia executante construtor (LIGHT II)	R\$ 40.560	19/09/2014	31/01/2022
Garantia executante construtor (Mercado livre II)	R\$ 20.520	07/03/2013	31/01/2022
Responsabilidade civil	R\$ 20.000	14/11/2014	27/03/2022
Risco de engenharia	R\$ 2.523.189	14/11/2014	23/10/2022



Risco de administração e portfólio			
Objeto da Garantia	Importância Segurada	Vigência	
		Início	Fim
Seguros de responsabilidade civil geral de administradores – D&O	R\$ 50.000	31/01/2018	31/01/2022
Seguro empresarial dos escritórios	R\$ 3.850	07/11/2018	07/11/2022
Seguro de riscos diversos – equipamentos	R\$ 915	07/11/2019	07/11/2022
Proteção de dados e responsabilidade cibernética	R\$ 5.000	29/03/2021	29/03/2022

### 30. Transações não envolvendo caixa

Em 30 de setembro de 2021, a Companhia e suas controladas realizaram as seguintes operações não envolvendo caixa, portanto, essas não estão refletidas na demonstração dos fluxos de caixa:

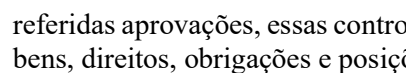
	Nota explicativa	Consolidado		Controladora	
		30/09/2021	30/09/2020	30/09/2021	30/09/2020
Ajuste de avaliação patrimonial	10.3.1	19.788	2.279	19.788	2.279
Provisão para perda sobre investimento	10	-	-	(225.896)	(189.283)
Aumento de capital em controladas com capitalização de adiantamento para futuro aumento de capital	10.3.2	-	-	127.750	-
Aumento de capital em controladas com rateio de despesas	10.3.2	-	-	35.525	-
Aumento de capital em controladas com capitalização de créditos de terceiros - Fornecedor	10.3.2 e 20	(80.716)	-	102.290	-
Aumento de capital em controladas com capitalização de créditos de terceiros - Empréstimos	14 e 20	(21.574)	-	-	-
Direiro de uso - arrendamento	11	3.789	1.701	725	(17)
Imobilizado - capitalização da folha de pagamento	11	10.952	2.358	458	1.750
Reclassificação entre Outras contas a pagar e Fornecedor	13	6.181	-	6.181	-
Aumento de capital com capitalização de créditos de terceiros - Partes Relacionadas	20 e 25.3	(274.160)	-	(274.160)	-
Aumento de capital com capitalização de créditos de terceiros - Outras Contas a Pagar	20	(11.106)	-	(11.106)	-
Contingências x Outras contas a pagar	1.2.2	-	(43.391)	-	(43.391)
Aumento (redução) de capital na Bahia Holding	11.4	-	-	-	(45.867)
Depósitos judiciais x Contingências	18	-	(6.392)	-	(6.392)

### 31. Eventos subsequentes

#### 31.1 Reorganização societária (incorporação de controladas)

Em 29 de outubro de 2021, a Assembleia Geral Extraordinária os acionistas da Companhia aprovaram o Protocolo e a proposta de incorporação, pela Companhia, das controladas (i) Chipley, (ii) Espra Holding S.A., (iii) CMNPAR Fifty-Four Participações S.A., (iv) SF 123 Participações S.A., (v) Centrais Eólicas Itapuã IV Ltda. – em Recuperação Judicial, (vi) Centrais Eólicas Itapuã V Ltda. – em Recuperação Judicial, (vii) Centrais Eólicas Itapuã XV Ltda. – em Recuperação Judicial, (viii) Centrais Eólicas Itapuã XX Ltda. – em recuperação Judicial, e (ix) Parque Eólico Iansã Ltda. – em Recuperação Judicial, nos termos da legislação pertinente e no Protocolo, sem alteração do capital social da Companhia nem a emissão de novas ações pela Companhia, com a consequente extinção das controladas incorporada sua sucessão pela Companhia.

A incorporação de cada uma das controladas incorporadas pela Companhia somente será efetivada mediante a sua aprovação nas instâncias societárias competentes da respectiva controlada incorporada, sendo que, na data das



referidas aprovações, essas controladas são extintas e sucedidas pela Companhia em todos os seus ativos, passivos, bens, direitos, obrigações e posições contratuais, de qualquer natureza, de forma automática, para todos os fins.

\* \* \*

Marcelo José Milliet  
Diretor Presidente e de Relação com Investidores

Gustavo Henrique Simões dos Santos  
Diretor Vice-Presidente Jurídico, Regulação e de  
Relações Institucionais

Gina Abreu Batista dos Santos  
Contadora CRC 027321-O-BA

## Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

### RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE A REVISÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos  
Acionistas, Conselheiros e Administradores da  
Renova Energia S.A. – em recuperação judicial  
São Paulo - SP

#### Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Renova Energia S.A. – em recuperação judicial (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR), identificadas como Controladora e Consolidado, referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2021, que compreendem o balanço patrimonial intermediário individual e consolidado em 30 de setembro de 2021 e as respectivas demonstrações intermediárias individuais e consolidadas do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos nessa data e das demonstrações intermediárias individuais e consolidadas das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo nessa data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia e suas controladas é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração intermediária e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

#### Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

#### Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas Informações Trimestrais (ITR) acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) e a norma internacional IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

#### Ênfase

##### Plano de Recuperação Judicial (PRJ)

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1.3, às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, a Renova Energia S.A. – Em recuperação judicial e determinadas controladas protocolaram, em 16 de outubro de 2019, pedido de Recuperação Judicial, tendo ele sido deferido pelo Juízo da Recuperação Judicial da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca do Estado de São Paulo, nessa mesma data. Adicionalmente, em 18 de dezembro de 2020, a Renova Energia S.A. – Em recuperação judicial e determinadas controladas protocolaram os novos planos de recuperação judicial, os quais foram aprovados Assembleia Geral de Credores e homologados pelo Juízo da Recuperação Judicial nessa mesma data, com decisão publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 14 de janeiro de 2021. Com base na opinião de seus assessores jurídicos, bem como no seu melhor entendimento, a Administração reconheceu os efeitos contábeis do Plano de Recuperação Judicial, na data da homologação do plano e tem dado sequência às diretrizes determinadas no referido plano. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

#### Outros assuntos

##### Revisão dos valores correspondentes

As informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas da Companhia e suas controladas, correspondentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2020, apresentados para fins de comparação, foram revisadas por nós, no qual emitimos relatório de revisão com abstenção de conclusão em 12 de novembro de 2020, devido à incertezas relacionadas ao Plano de Recuperação Judicial que na época não se encontrava aprovado pela Assembleia Geral de Credores (“AGC”) e devido a existência de prejuízos recorrentes, patrimônio líquido negativo e excessos de passivos circulantes sobre ativos circulantes, situação essa que reforçava a existência de incerteza relevante quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas e deixava

dúvida quanto à base de preparação das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas. Com a aprovação do Plano de Recuperação Judicial pela Assembleia Geral de Credores e homologado pelo juiz, em 18 de dezembro de 2020, entendemos que os motivos que nos levaram a emissão de um relatório de revisão com abstenção de conclusão foram atenuados.

**Demonstrações intermediárias do valor adicionado (DVA) individual e consolidada – informação suplementar**

As demonstrações intermediárias do valor adicionado (DVA), individual e consolidada, referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e suas controladas, apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das Informações Trimestrais (ITR) da Companhia e suas controladas. Para a formação de nossa conclusão, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações intermediárias do valor adicional, individual e consolidado, não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de maneira consistente com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, tomadas em conjunto.

Salvador, 11 de novembro de 2021.

BDO RCS Auditores Independentes SS  
CRC 2 SP 013846/O-1

Jairo da Rocha Soares  
Contador CRC 1 SP 120458/O-6

**Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras****DECLARAÇÃO**

Em atendimento ao artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução CVM 480 de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concorda com as Demonstrações Financeiras contidas neste Relatório e com as opiniões expressas no Parecer dos Auditores Independentes - BDO RCS Auditores Independente.

São Paulo, 11 de novembro de 2021.

---

Marcelo José Milliet  
Diretor Presidente e de Relação com Investidores

---

Gustavo Henrique Simões dos Santos  
Diretor Vice Presidente Jurídico, Regulação e de Relações Institucionais



## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente**

### **DECLARAÇÃO**

Em atendimento ao artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução CVM 480 de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concorda com as Demonstrações Financeiras contidas neste Relatório e com as opiniões expressas no Parecer dos Auditores Independentes - BDO RCS Auditores Independente.

São Paulo, 11 de novembro de 2021.

---

Marcelo José Milliet  
Diretor Presidente e de Relação com Investidores

---

Gustavo Henrique Simões dos Santos  
Diretor Vice Presidente Jurídico, Regulação e de Relações Institucionais